

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
CURSO DE MESTRADO EM DIREITOS HUMANOS**

Fabiana Moura Paulino

A FORMAÇÃO DE MULHERES COM A *LINHA DA VIDA*:
Sentidos que emergem de experiências na Região Metropolitana do Recife

RECIFE
2017

FABIANA MOURA PAULINO

A FORMAÇÃO DE MULHERES COM A *LINHA DA VIDA*:

Sentidos que emergem de experiências na Região Metropolitana do Recife

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Direitos Humanos, sob orientação da Prof.^a Dra. Maria Betânia do Nascimento Santiago.

RECIFE

2017

Catálogo na fonte

Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

P328f Paulino, Fabiana Moura

A formação de mulheres com a Linha da Vida: sentidos que emergem de experiências na Região Metropolitana do Recife / Fabiana Moura Paulino. – Recife, 2017.

100 f.: il., fig.

Orientadora: Maria Betânia do Nascimento Santiago.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Direitos Humanos, 2017.

Inclui referências e anexo.

1. Linha da Vida. 2. Ação formativa. 3. Mulheres. 4. Direitos humanos. I. Santiago, Maria Betânia do Nascimento (Orientadora). II. Título.

341.48 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2017-194)

FABIANA MOURA PAULINO

A FORMAÇÃO DE MULHERES COM A *LINHA DA VIDA*:

Sentidos que emergem de experiências na Região Metropolitana do Recife

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Direitos Humanos, em 07/08/2017.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Maria Betânia do Nascimento Santiago
Orientadora – PPGDH / UFPE

Prof^a. Dra. Ana Maria de Barros
PPGDH / UFPE

Prof^o. Dr. Nelio Vieira de Barros
CAA / UFPE

Recife – PE

2017

À Janete Moura Ferreira – minha mãe
e às minhas irmãs, que foram minhas
primeiras referências de mulher.

AGRADECIMENTOS

A Davi, meu filho, pela paciência cotidiana com a minha ausência.

À minha família que tanto me apoiou para vencer este desafio.

A Márcio Sá e Taíza Maria pela amizade tão presente e pelo encorajamento que me passaram para conclusão deste trabalho.

A Carmen Silva, Dulcinéia Xavier, Gigi e Silvia Carmurça pela confiança e generosidade com a qual participaram desta pesquisa através das entrevistas.

A Professora e orientadora Dra. Maria Betânia do Nascimento Santiago por sua confiança, paciência e dedicação no acompanhamento para feitura deste trabalho, apesar de minhas adversidades.

Às professoras e professores que integram o colegiado do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos que concederam a prorrogação de prazo necessária para conclusão deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação busca refletir sobre a ação formativa com mulheres, tendo como referência a metodologia da Linha da Vida, utilizada para focalizar a história individual e social de mulheres de contextos diversos através dos chamados grupos de autoconsciência. Esta ação parte de uma abordagem feminista e vem sendo realizada por organizações que integram movimentos de mulheres desde a década de 1960, nos continentes americano e europeu, no intuito político formativo e de produção de conhecimento. Nosso objetivo é compreender como uma ação formativa, realizada com mulheres na Região Metropolitana do Recife, pode contribuir para refletir sobre ações políticas coletivas e apresentar elementos que venham a integrar os debates acerca dos direitos humanos nos dias de hoje. Trata-se de um estudo que se apoia numa pesquisa qualitativa que está ancorada na abordagem da fenomenologia hermenêutica como caminho para compreender as categorias centrais que ofereceram o lastro necessário para análise da experiência. As análises realizadas tiveram como suporte as entrevistas reflexivas realizadas com quatro educadoras que vivenciaram a experiência metodológica da Linha da Vida; as contribuições de Bauman (2003) – uma vez que esse teórico apresenta uma visão acerca das comunidades no contexto contemporâneo, apresentando a problemática da fluidez liquefeita das mesmas; de Hannah Arendt (2015), os conceitos de *singularidade e pluralidade* que marca a condição humana; e, de Françoise Collin (1996, 2006, 2008, 2010), a articulação das contribuições de Arendt às questões das mulheres, que tem a práxis da diferença dos sexos como tema central.

Palavras-chave: Linha da Vida. Ação formativa. Mulheres. Direitos Humanos.

ABSTRACT

This dissertation seeks to reflect on the formative action with women, having as reference the Life Line methodology, used to focus the individual and social history of women from different contexts through so-called groups of self-consciousness. This action is based on a feminist approach and has been carried out by organizations that integrate women's movements since the 1960s, in the American and European continents, for the political purpose of formative action and knowledge production. Our objective is to understand how a formative action, carried out with women in Recife's Metropolitan Region, can contribute to reflect on collective political actions and to present elements that will integrate debates on human rights nowadays. This is a study based on a qualitative research which is anchored in the approach of hermeneutic phenomenology as a way to understand the central categories that offered the necessary ballast to analyze the experience. The analyzes were supported by reflective interviews conducted with four educators who lived the Life Line methodological experience; the contributions of Bauman (2003) – once this theorist presents a vision about communities in contemporary context, presenting the problematic of their liquefied fluidity; from Hannah Arendt (2015), the concepts of *singularity* and *plurality* which marks the human condition; and, from Françoise Collin (1996, 2006, 2008, 2010), the articulation of Arendt's contributions to women's issues, which has the praxis of gender difference as central theme.

Keywords: Life Line. Formative action. Women. Human Rights.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	NAS ENTRELINHAS DE COMUNIDADES E IDENTIDADES	15
2.1	Comunidades contemporâneas, a condição de <i>pluralidade</i> e os direitos humanos	155
2.1.1	Desafios à afirmação de grupos no século XXI	15
2.2	As mulheres, o feminino e as diferenças	22
2.2.1	Práxis da diferença	222
2.2.2	Mulheres: assumindo uma categoria	27
2.3	As mulheres e os direitos humanos	30
2.3.1	Os (des)encontros entre as mulheres e os direitos humanos	30
2.3.2	Direitos humanos e a participação política das mulheres	33
3	TRILHAS PERCORRIDAS.....	39
3.1	A Fenomenologia hermenêutica: metodologia e procedimentos assumidos	40
3.2	Sujeitos da pesquisa: sobre a escolha e as personagens	42
3.3	Sobre a Análise dos dados.....	44
4	LINHA DA VIDA EM AÇÕES FORMATIVAS COM MULHERES.....	49
4.1	Que sentidos?	49
4.1.1	Uma história/narrativa da Linha da Vida	50
4.1.2	A identidade do sujeito-mulher	54
4.1.3	Educação popular e formação política.....	58
4.1.4	Experiência de formação integral	61
4.1.5	Singularidade, pluralidade e os direitos humanos das mulheres	62
4.1.6	Uma práxis do conhecimento	65
4.1.7	Linha da Vida enquanto autoformação.....	67
4.1.8	Linha da Vida e seus desafios.....	69
4.2	Formando singularidades em comunidades plurais.....	70
4.3	No enfrentamento das desigualdades	76
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS - Diálogos para além-fronteiras das humanidades..	79
	REFERÊNCIAS	90
	ANEXO ÚNICO	93

INTRODUÇÃO

Nosso primeiro contato com a experiência estudada – Linha da Vida – foi em 2014 quando da participação da *Jornada de Formação de Educadoras Feministas*, organizada pelo SOS Corpo – Instituto Feminista pela Democracia. Neste evento, estavam presentes educadoras com distintas perspectivas feministas, de diferentes movimentos de mulheres e de vários estados brasileiros. Tal pluralidade justificava-se, pois, dentre os objetivos do evento, estava o de promover um intercâmbio de experiências formativas.

O encontro envolvia algo em torno de setenta mulheres e, dentre as experiências que foram relatadas, uma em especial, tomou nossa atenção pela capacidade de fomentar o diálogo entre diferentes educadoras, numa mesma sala, para tratar de temas diversos, como: artes, política, economia, sexualidade, direitos, história, saúde, educação, autocuidado.

O interesse pela vivência somou-se à inquietude ante as oficinas ‘conteudistas’ que priorizavam assuntos da macropolítica, nos quais eram abordados temas como economia, política e violência, entretanto sem fazer conexões mais íntimas com a multiplicidade de temas que constitui a vida, ou seja, com questões vinculadas à realidade interconectada que nos constitui. Nesse cenário se fazia necessário falar de “ODV – outras dimensões da vida”, afirma Carmem Silva, uma das educadoras envolvida nessa experiência.

Portanto, este estudo se propôs a pesquisar sobre a metodologia da Linha da Vida – ação formativa realizada com mulheres na década de 1980 na Região Metropolitana do Recife (adiante RMR) e também em outras localidades. Para isso, toma como referência os relatos de educadoras (militantes feministas) que atuaram nessa experiência no período em questão. Trata-se do momento histórico no qual algumas das mulheres que participaram deste estudo estavam retornando do exílio pós-ditadura militar e o país vivenciava seu período de redemocratização, com o movimento “Diretas Já”.

Este estudo foi conduzido junto a algumas das educadoras que integram ou integraram a equipe de educadoras do SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia. Trata-se de uma organização não governamental situada na cidade do Recife-PE e fundada em 1981.

Antes de adentrar no tema da pesquisa, julgamos importante anunciar de onde parte nosso olhar sobre as questões que aqui serão abordadas. Dessa forma, é oportuna uma breve apresentação da pesquisadora que realizou o estudo, compreendendo o relato da nossa experiência pessoal como elemento que se encontra entrelaçado com nosso objeto de estudo, e com o caminho escolhido na abordagem dele.

Nos últimos anos estivemos vinculadas com organizações não governamentais que atuaram e/ou atuam no campo da educação popular, dos direitos humanos, de movimentos sociais de mulheres. Em tais esferas, se estabeleceram relacionamentos por afinidade política, seja como trabalhadora autônoma e/ou militante, por meio de atuação no Centro Nordestino de Medicina Popular, no Grupo Curumim, no GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica em Organizações Populares, bem como no SOS Corpo.

De inquietações quanto a nossa atuação enquanto educadora em alguns desses espaços, surgiu o desejo de organizar em uma pesquisa algumas das experiências mais significativas vividas ao longo de quase quinze anos de atividade neste campo. Deste modo, se espera contribuir com debates acadêmicos, assim como dar maior visibilidade às iniciativas realizadas em organizações que se dedicam à formação política de pessoas comprometidas em pensar um mundo melhor, mais justo.

A oportunidade de ocupar funções distintas – assistente de projetos, pesquisadora, educadora, relatora, representante institucional, como geralmente ocorre quando nos integramos de forma militante às organizações desses campos – nos possibilitou hoje lançar um olhar mais tranquilo e menos passional sobre algumas questões.

Durante essa trajetória profissional, acompanhamos a atuação de educadoras, educadores e outros profissionais naqueles espaços. O empenho observado entre tais profissionais, no sentido da construção e/ou incorporação de referenciais teórico-metodológicos distintos para o trabalho educativo e formativo, sugere a importância de se observar cada mulher e seus grupos, em suas diversas dimensões (ex. suas histórias pessoais, seus contextos, realidades e dinâmicas específicas de vidas). Revelava, ainda, uma sensibilidade às singularidades individuais e coletivas, fundamentada num atento lastro teórico-metodológico no sentido da melhor realização possível de suas atividades, expressamente comprometidas com os grupos com os quais atuavam.

Quanto a essa realidade, é relevante destacar que experiências educativas têm sido realizadas em nosso país por iniciativas públicas, privadas e não governamentais, em vários contextos, com distintas intencionalidades (ex.: econômica, social, política, ideológica, cultural). No entanto, encontramos pouca informação sistematizada sobre ações formativas realizadas por organizações não governamentais (ONGs) direcionadas às mulheres.

É significativa a incidência histórica dessas organizações no processo de formação de grupos de mulheres, em sentidos múltiplos, em contextos históricos distintos na RMR. Muitas destas ações educativas parecem ter rebatimento em processos organizativos das mesmas, seja em forma de grupos de bairros, associações comunitárias, clube de mães, organizações não

governamentais, redes, coletivos, fóruns, e tantas outras formas de articulação de pensamentos e ações. Estes processos educativos influenciaram, por vezes, a luta pelo exercício à cidadania (direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais) tanto no âmbito local quanto regional e internacional, o que se evidencia, por exemplo, na história das políticas públicas de saúde no país, na qual as mulheres organizadas, inicialmente através de grupos de autoconsciência e/ou autorreflexão, conseguiram inserir especificidades de suas lutas.

Acreditamos nesta perspectiva como uma via alternativa, que oferece e disponibiliza para as mulheres a possibilidade de refletirem criticamente sobre suas condições de vida, favorecendo uma postura política de resistência a processos de dominação e a busca por acesso às condições de vida com dignidade. Tal contribuição torna-se ainda mais relevante se considerarmos os grupos específicos, minoritários sobre os quais pesam as maiores e piores violações dos direitos humanos, a exemplo das mulheres pobres, que em sua maioria são negras.

Este entendimento nos move a querer compreender a contribuição de ações formativas com mulheres para orientar ações políticas na busca por cidadania. Dessa forma, e a fim de responder a essa questão-problema, objetivamos compreender o sentido atribuído pelas educadoras à experiência de ação formativa com a Linha da Vida e sua contribuição para refletir sobre ações políticas coletivas considerando o atual cenário. Para tanto, a investigação se propôs: (a) caracterizar a situação das mulheres no âmbito das dimensões de singularidade e pluralidade, pontuando a problemática contemporânea para organização política; (b) descrever tais experiências formativas com a Linha da Vida realizadas na RMR, a partir dos relatos de educadoras de organizações feministas; e (c) compreender os sentidos que emergem dos relatos dessas educadoras que realizaram as experiências formativas, relacionando essas reflexões com a problemática dos direitos humanos.

Este estudo, na medida em que se propõe a elucidar os sentidos produzidos por tais ações, estrutura-se como um percurso analítico que pode tornar visível uma faceta da caminhada de alguns segmentos de organizações – que contribuem tanto na militância quanto na abordagem acadêmica, sendo ambas relacionadas a um histórico debate voltado para desafios no campo educativo e dos direitos humanos hoje, a saber: a singularidade dos sujeitos envolvidos, que se confirma na pluralidade que marca a condição humana. Tal olhar é anunciado de maneira emblemática pela pensadora Hannah Arendt, especialmente em sua obra *A Condição Humana* (2015). Essa leitura é atualizada por Françoise Collin (1996, 2006, 2008, 2010) – escritora, filósofa e feminista belga, que viveu na França, foi fundadora da primeira revista feminista francesa *Cahiers Du Grife* uma das primeiras a introduzir o

trabalho de Hannah Arendt no campo filosófico e feminista francês. A sua participação em nosso estudo se deu considerando que articula as contribuições de Arendt às questões das mulheres tendo como tema central a “práxis da diferença” – termo cunhado por Collin, e que dá nome a obra da autora que tomamos como referência para esse estudo – *Práxis de la diferencia: liberación y libertad*(2006).

A essas contribuições é somado o olhar de Zygmunt Bauman (2003), uma vez que apresenta visão do contexto contemporâneo acerca das comunidades, em particular por meio da problemática da fluidez liquefeita das mesmas. A partir dessa leitura, pretende-se compreender a fragmentação da sociedade em guetos.

Dar conta disso se faz pertinente, uma vez que considerando as problemáticas vigentes em torno do pensamento dual – que remete ao fragmentário e abrangente, singular e plural, local e universal, propomo-nos a compreender como uma caminhada política, que a princípio foca num sujeito específico, contribuiu (e contribui) para alimentar pautas coletivas. Assim, considera-se que o estudo se mostra como um caminho analítico, no que se refere à possibilidade de acessarmos pistas, que contribuam com o desenvolvimento de um olhar integrado e amplo do humano e ao mesmo tempo atento às especificidades da ação formativa aqui em foco, garantindo o caráter fenomenológico proposto para este estudo.

Há um enfoque educativo “tecnicista” predominante na contemporaneidade, que restringe e/ou influencia práticas educativas (formal e também não formal) à constituição de competências e habilidades técnico-produtivas e limita o desenvolvimento do potencial humano, de modo que concepções simplistas têm sido questionadas por serem reducionistas, desconsiderando sua complexidade. É nesse sentido que aqui se apresenta um estudo que procura refletir acerca dessas polaridades.

Por outro lado, temos o sentimento de que há um crescimento do interesse de diversos campos do conhecimento – que contribuem para estudos e avaliações sobre ações, programas, políticas públicas, projetos sociais de micro e macro abrangência – na busca por alternativas que considerem o humano a partir de abordagens mais amplas, e que reorientem processos educativos (ex. grupos de pesquisas em fundações, centros acadêmicos, institutos de pesquisa e projetos de extensão).

Sendo assim, este trabalho se propõe produzir conteúdo sobre os sentidos de práticas formativas, contribuindo para a reflexão sobre estas no campo dos direitos humanos, através do diálogo entre experiências de organizações não governamentais e a produção acadêmica. Além disso, a importância desta pesquisa se evidencia pela sua iniciativa em identificar no âmbito de uma luta tida como eminentemente particularizada, os rastros de causas mais

amplas, colaborando assim para agregar mais elementos para os debates que abordam os tensionamentos presentes na perspectiva dual dos sentidos de mundo, da vida humana e dos seres.

Neste contexto, partimos da hipótese de que é possível identificar ações formativas com mulheres que consideram suas especificidades/singularidades e contribuem, simultaneamente, para o fortalecimento de suas causas coletivas. De outro modo, pressupomos que a Linha da Vida é uma experiência importante que contribuiu e contribui com o processo formativo e político da afirmação das mulheres, enquanto (a) produtoras de conhecimentos sobre si mesmas, (b) na busca por materialização de seus interesses através de políticas públicas específicas, e (c) na luta por cidadania na esperança de acesso a uma condição de vida digna que possibilite se formarem integralmente e virem a ter autonomia em suas vidas e, por conseguinte, liberdade.

A presente dissertação está organizada em cinco partes. A primeira delas é a Introdução, na qual, além de apresentarmos nossas motivações para este estudo, também delinea a estrutura do trabalho e apresenta a questão-problema, questão central, objetivos, justificativa e os/as autores/as identificados/as nos quais nos ancoramos

Na sequência, surge o primeiro capítulo, intitulado *Nas entrelinhas de comunidades e identidades: impasses à participação em grupos*, que propõe refletir sobre a problemática enfrentada por grupos, coletivos, articulações, redes, fóruns e outras organizações políticas para se afirmarem, se constituírem e construírem pautas comuns haja vista, dentre outros fatores, a fluidez com que se apresentam as relações na contemporaneidade. A intenção aqui é apresentar uma perspectiva de caracterização do atual contexto e um olhar possível à problemática dos Direitos Humanos. Para demarcar o contexto do qual estamos nos referindo, nos ancoramos nas contribuições de Zygmunt Bauman e suas análises sobre o que esse pensador denomina de “comunidades cabides”. Tendo como foco a situação das mulheres, apresentamos itens que priorizam nosso olhar para esse público e, para isso, acolhemos as contribuições de Hannah Arendt para refletir acerca da ação enquanto condição humana e também os escritos de Françoise Collin, para refletir sobre categorias que circundam esse tema (singularidade e pluralidade) em relação ao contexto das mulheres e suas ações políticas na busca por cidadania.

O capítulo segundo, *Trilhas percorridas*, descreve os encaminhamentos dados à pesquisa empírica, seja quanto à aproximação ao campo de estudo e os procedimentos assumidos, seja quanto ao tratamento desses dados. É onde anunciamos nossa forma de

caminhar para acessar as informações necessárias à feitura desse trabalho e apresentamos as motivações para a abordagem escolhida na estruturação e os sujeitos da pesquisa.

No terceiro capítulo, *Linha da Vida em Ações Formativas com Mulheres: entre pluralidade e singularidade*, apresentamos os sentidos produzidos a partir dos diálogos estabelecidos com as educadoras entrevistadas, apresentação das entrevistas analisadas, de categorias e unidades de sentido elencadas. Há, ainda, uma caracterização histórica e do sentido político da experiência da Linha da Vida. Ou seja, estão apresentados os dados levantados acerca das ações formativas com mulheres: (a) como estas integram o processo de construção do pensamento feminista, e como hoje se apresenta; (b) como se deu historicamente a produção de conhecimento sobre as mulheres por elas mesmas; e (c) como a Linha da Vida se situa nesse cenário. Em suma, esta parte contempla os tópicos sobre ação formativa e organização política das mulheres na RMR e as estratégias por elas utilizadas: práticas de autocuidado (ex. auto-exame para conhecimento do corpo, grupos de autoconsciência), Linha da Vida e sua presença nos grupos de autoconsciência (definição, objetivos).

Nas Considerações finais, *Diálogos para além-fronteiras das humanidades*, expomos os sentidos que se produziram para a pesquisadora com este estudo. Com isso esperamos que as reflexões aqui apresentadas possam integrar debates contemporâneos sobre conflitos vivenciados pela humanidade, que são nutridos pela desigualdade e intolerância e que não se limitam às linhas de fronteiras. Estes atingem linhas de vidas plurais em vários países e continentes e se encontram submetidos às regras de funcionamento de um mundo onde predomina o domínio, o controle de pessoas sobre outras, a concentração de poder econômico, o desejo excessivo de posse e uma cultura de massa necessária à manutenção desse modelo.

2 NAS ENTRELINHAS DE COMUNIDADES E IDENTIDADES: os impasses à participação política em grupos

Integrar ou não grupos, comunidades na contemporaneidade? Eis o dilema de quem pretende aderir a formas coletivas de convivência. Os valores que dão sustentação aos grupos, às comunidades já não são mais os mesmos e isso torna os relacionamentos mais fluidos e a coesão dos grupos cada vez mais rara, o que torna o tecido social frágil no que se refere à organização política.

Nesse sentido este capítulo tem como propósito refletir sobre a problemática enfrentada por grupos, coletivos, articulações, redes, fórum e outras organizações políticas para se afirmarem e construírem pautas comuns haja vista, dentre outros fatores, a fluidez com que se apresentam as relações na contemporaneidade. Tendo como foco a situação das mulheres, apresentamos itens que prioriza nosso olhar para esse público.

Considerando essa leitura, apresentamos as contribuições de Zygmunt Bauman (2003), haja vista seu olhar e os desafios que revela, ao analisar o contexto do mundo contemporâneo e as visões de Hannah Arendt (2015) e Françoise Collin (1996, 2006, 2008, 2010), tocantes ao conceito de *pluralidade e singularidade*, no que pese a contribuição dessas leituras na abordagem da questão. A intenção é compreender a possível relação entre as questões apresentadas pelo autor e autoras no que se refere às desigualdades sociais e à fragmentação da sociedade, refletindo se, e de que modo, estas se sintonizam com os propósitos da ação formativa estudada.

Ainda, nosso intento é demonstrar a respeito das contribuições possíveis da experiência em foco para suscitar elementos/ aspectos que reflitam sobre o sentido dos direitos humanos na contemporaneidade e compreender como se relacionam com as demandas por cidadania num contexto cujos desafios transcendem fronteiras, solicitam construção e abertura a novos paradigmas e, sobretudo, posturas políticas ancoradas no princípio dialógico.

2.1 Comunidades contemporâneas, a condição de *pluralidade* e os direitos humanos

2.1.1 Desafios à afirmação de grupos no século XXI

Partindo do sentido da palavra *comunidade* aos sentimentos que ela evoca, Bauman (2003) traz uma análise cuidadosa e preocupante sobre as motivações contemporâneas que

impulsionam as pessoas em busca de “comunidades” e/ou “identidades”. Para produzir as reflexões, o autor lança um olhar à história, que vai do contexto da revolução industrial até os dias atuais, apresentando a magnitude crescente dos problemas sociais relacionados à grande mudança de hábitos, costumes e valores em função da acomodação da sociedade ao novo formato de vida. Neste cenário, a mistura em integrar uma comunidade ou assumir uma identidade passa a fazer parte do cotidiano da multiplicidade e transitoriedade dos grupos aos quais as pessoas se aproximam e se distanciam com a mesma velocidade com a qual se instalam.

Considerando esta realidade, o autor destaca a correlação entre o florescimento do debate sobre *identidade* e o colapso da comunidade, com a substituição dessa por aquela. Apesar de já não mais terem o sentido que das comunidades antes da industrialização e, aparentemente, serem encontradas em formatos bem distintos, as pessoas sentem o desejo de integrar espaços coletivos para se sentirem mais seguras. De outro modo, o florescimento de alguns grupos identitários parece ser o intento de criação de novas comunidades, mas isso não ocorre sem valores e acordos que ofereçam o mínimo de segurança, que dão sustentação a convivência dos grupos, como apresenta o autor:

“Identidade” a palavra do dia e o jogo mais comum da cidade, deve a atenção que atrai e as paixões que desperta ao fato de que é a substituta da comunidade [...] Nenhuma das duas está à disposição em nosso mundo rapidamente privatizado e individualizado, que se globaliza velozmente [...] O paradoxo contudo, é que para oferecer um mínimo de segurança [...] a identidade deve trair sua origem; deve negar ser “apenas um substituto” – ela precisa invocar o fantasma da mesmíssima comunidade a que deve substituir. A identidade brota entre os túmulos das comunidades, mas floresce graças à promessa da ressurreição dos mortos [...] (BAUMAN, 2003, p. 20).

E, questionando o tipo de “civilização” de propagação europeia via o capitalismo moderno e sua face individualista, o autor destaca: “Como outros pontos de partida reunidos sob a rubrica do “processo civilizador”, a individualização foi, no que diz respeito aos valores humanos, uma troca. Os bens trocados no curso da individualização eram a segurança e a liberdade [...]” (BAUMAN, 2003, p. 26).

Valores comunitários tradicionais são afetados, abalados e passam a ser questionados em seu sentido mais profundo – as mudanças nos modos de vida são acolhidas numa dimensão subjetiva e tão intensa que afetam a vida das pessoas mesmo em suas relações mais íntimas – nos vínculos interhumanos, como anunciado por Martin Buber (2001; 2012). Para esse pensador, o vínculo primordial do Eu-Tu (BUBER, 2012) é a referência donde

compreendemos brotar a relação dialógica inerente e fundamental à humanidade. E, por conseguinte, afeta as diferentes formas de relacionamento e os modos de organização da vida humana em todos os âmbitos.

Um caráter fluido se afirma nas relações, como assinala Bauman (2003, p. 47): “Foi-se a certeza de que nos veremos outra vez, de que nos encontraremos repetidamente e por um longo porvir”. Nesse contexto, enaltecendo a irrelevância do lugar, diante da fluidez com que transita entre as fronteiras, a extraterritorialidade se instala como condição atual dos que detém poder. É a forma encontrada por esses para afirmar uma *zona livre de comunidade* (BAUMAN, 2003). E, paradoxalmente, também as muralhas e cercas elétricas, extremamente bem vigiadas, compõem as estratégias dos que acreditam que o distanciamento poderá assegurar sua ‘proteção’ da ameaça que representam as comunidades dos despossuídos de poder em seu sentido amplo – de sobrevivência nas condições humanas fundamentais, no sentido da *Vita Activa* anunciada por Arendt (2015).

O autor aponta que em busca da proteção e sentimento de segurança oferecida pelas ‘comunidades’ as pessoas aderem a grupos identitários os mais diversos, que classifica de “comunidade cabide”, em função de sua transitoriedade e da velocidade com que podem se formar e se dispersar. Denomina-se *cabides* por possibilitarem às pessoas a suspensão de preocupações cotidianas. Assim, com essas comunidades transitórias as pessoas vão encobrindo as preocupações, aflições e angústias duradouras que compõem suas vidas por vezes associadas à ausência de políticas de redistribuição dos bens socialmente produzidos.

Nesse cenário, a pluralidade de grupos parece não ser acolhida como uma condição humana, que conforma singularidades a partir do diálogo plural que se inicia quando da constituição do ser no mundo, como propõe Arendt (2015), assumindo para isso a perspectiva socrática. Com isso, o estranhamento e tensionamentos entre as ‘comunidades’ que se afirma a partir de intervenções extraterritoriais, alimenta a atitude de aparente indiferença da maioria dos que são submetidos (e/ou se submetem) à frenética alteração nos modos de vida em detrimento das condições humanas fundamentais (ARENDT, 2015).

Outra consequência das “comunidades cabides” é a produção e supervalorização de padrões culturais polarizados que acirram intolerâncias e, por vezes, desembocam em conflitos violentos entre grupos humanos insuflados por atitudes identitárias sintonizadas com a lógica dual e binária. E, sob o efeito das atitudes polarizadas, esses grupos têm sua visão ofuscada em relação às causas reais de seus conflitos. Referimo-nos às dores produzidas por violações às condições mínimas necessárias à vida digna, à cidadania. Conflitos que afetam a maioria da população e produzem desigualdades estruturais (materiais e/ou simbólicas) que

tocam de modo singular as pessoas, de acordo com seus contextos locais. E assim, a vida da maioria da população mundial é definida por pequenos grupos que estabelecem regras e normas que sustentam um modelo de funcionamento de mundo regido pela lógica de concentração de renda, poder político e econômico – que detêm em suas mãos.

No sentido do que acima se anuncia, como consequência do acirramento dos conflitos entre grupos diversos e do ofuscamento da percepção das reais motivações que fazem perpetuar as desigualdades sociais, Bauman (2003) ratifica cada vez mais a urgência por diálogo. Nessa perspectiva, compreendemos essa a via de restabelecimento do diálogo *interhumano*, no sentido do que assinala Martin Buber (2001, 2012), sobre suas diferenças, suas ‘humanidades’ – correspondentes à diferença que transcende a mera distinção cultural radical que remete à separatividade.

Atuar politicamente por redistribuição de bens e serviços indispensáveis à vida, por igualdade de acesso a estes, solicita integração e atuação plural, articulada de grupos que são vitimados pelas mesmas violências – fome, egoísmo, discriminação, dominação, opressão, que nutrem a cultura da morte e difunde o desrespeito às culturas e populações tradicionais, aos valores e princípios humanos que asseguram a dignidade humana.

Diante de um tecido social fragilizado por conflitos, desarticulado politicamente, com pouca resistência organizada, a ‘ordem global’ de mercado capital, como paradoxo às concepções culturalistas radicais, restringe e padroniza os modos de vida. De outro modo, a divisão cultural produzida pelo culturalismo radical é compreendida como aspecto inalienável da liberdade de escolha, quando mesmo aprisiona e guetifica as pessoas e amplia os fossos separatistas e a desigualdade (BAUMAN, 2003). Nessa perspectiva, o autor avalia que a concentração de renda, ou seja, a demanda por “redistribuição” de bens e serviços está definitivamente excluída, lançada à lata de lixo da história, e que o gueto é expressão da impossibilidade de comunidade (cf. BAUMAN, 2003, p. 111).

Contrapondo-se à visão culturalista dos direitos humanos, o autor apresenta a universalização da cidadania como um caminho que só pode ser pensado via a compreensão de uma humanidade comum, sendo essa a condição para qualquer política de reconhecimento: “A universalidade da cidadania é a condição preliminar de qualquer “política de reconhecimento” significativa [...] a universalidade da humanidade é o horizonte pelo qual qualquer política de reconhecimento precisa orientar-se para ser significativa” (BAUMAN, 2003, p.126).

Nesse estudo merece destaque a importância que o autor confere aos movimentos sociais e suas lutas políticas para a busca da universalidade da humanidade como uma via

para fazer frente às desigualdades comuns que as pessoas vivenciam para além das fronteiras. Essa concepção é significativamente expressa na afirmação seguinte:

A universalidade da humanidade não se opõe ao pluralismo das formas de vida humana; mas o teste de uma verdadeira humanidade universal é sua capacidade de dar espaço ao pluralismo e permitir que o pluralismo sirva à causa da humanidade – que viabilize e encoraje “a discussão contínua sobre as condições compartilhadas do bem” (BAUMAN, 2003, p. 126).

Mostra-se oportuno anunciar que a universalidade da humanidade não se confunde com uma forma universalista de compreensão dos direitos humanos. Mas o seu contrário. Nessa linha, é importante também que se ressalte, que não se pretende subestimar a importância das políticas de reconhecimento, mas também problematizar a ausência de políticas de redistribuição que aumenta o fosso da desigualdade. Assim, análises de cunho político e econômico não podem ser ofuscadas pelas acirradas discussões por reconhecimento, mas devem trazer maior lucidez para discutir o tema cidadania, e todos que dão a ele concretude (políticas públicas, seguridade social, participação política), para além das fronteiras (seja de movimentos sociais, seja de estados).

Ratificando a importância da organização política para a conquista de direitos fundamentais, Zygmunt Bauman acentua a importância do direito desde que em observância ao diálogo entre movimentos sociais e outros agentes que integram as lutas políticas frente às desigualdades:

Uma teoria dos direitos bem compreendida requer uma política de reconhecimento que proteja a integridade do indivíduo nos contextos da vida em que sua identidade se forma [...]. Tudo o que é preciso é a realização consistente do sistema de direitos. Isso seria pouco provável, é certo, sem movimentos sociais e lutas políticas (BAUMAN, 2003, p. 125-126).

Consideramos que há um desafiante percurso para emergência de ações educativas integrais que possibilitem uma formação que vislumbre a existência de pessoas livres, capazes de pensar, dialogar e agir politicamente, por si mesmas, de modo assertivo e, por essa via, construir e propor alternativas para além dos paradigmas cristalizados, de sistemas e referenciais tradicionais engessados, a exemplo do sistema jurídico e político, que urge por reformas radicais. Formação que possibilite acolher uma efetiva reflexão sobre justiça social e revisão (material e simbólica) de seu sentido.

O processo de realizar os direitos faz parte, na verdade, de contextos que requerem tais discursos como componentes importantes da política –

discussão sobre uma concepção compartilhada do bem e de uma forma de vida reconhecida como autêntica (HABERMA Sapud BAUMAN, 2003, p. 125-126).

Os debates sobre direitos é imprescindível às discussões políticas e estas por sua vez solicita das pessoas uma capacidade de análise de contexto, análise de conjuntura para que possa ser considerados propositivos, realizáveis. Discutir sobre concepção compartilhada do bem solicita maturidade política, senão acaba por serem discussões vazias.

2.1.2. Singularidade, pluralidade e direitos humanos

Compreender os direitos humanos bem como a produção de conhecimento sobre os mesmos solicita análise de seus contextos locais e globais em suas múltiplas dimensões (políticas, econômicas, sociais, culturais, ambientais). De outro modo, trazer à tona o que possa ser específico, singular, mas que se configura, afirma-se, surge no encontro plural.

É nesse sentido que compreendemos o sentido que Arendt (2015) atribui à “aparição”, como condição humana, o sair do isolamento, entende-se não só o encontro com a pluralidade no âmbito da *polis* (da política como domínio público), mas vir a público, aparecer para si mesmo, tornar-se atores/atrizes. O encontro plural, em suas diversas dimensões, faculta à organização política capaz de articular uma movimentação necessária às mudanças. Reafirmando: é a partir da reunião, no encontro com outros e outras no âmbito externo, que se confirma nossa pluralidade humana sendo, a partir daí, facultada as condições específicas, que se configura (via ação política) para ‘cada’ pluralidade – por vezes motivadas por desigualdades historicamente produzidas, mas também a partir dos modos de vida dos diversos povos tradicionais que habitam o mundo e conformam a maioria dos grupos historicamente discriminados.

A propósito, o olhar singular e específico para as relações sociais de sexo¹ está aqui sendo posto no sentido da importância de se conferir visibilidade às desigualdades históricas às quais as mulheres são submetidas, sem o intento de reforçar princípios basilares da não-discriminação (LINDGREN, 2005) fundamentados na perspectiva do texto de 1948 da Declaração de Direitos Humanos. Mas concordamos com o mesmo autor quando aponta que

[...] a Declaração dos Direitos Humanos precisa [...] ser fortalecida, como o foi nas grandes conferências [...] de Viena (sobre direitos humanos), Cairo

¹ Sobre relações sociais de sexo, ver volume organizado por Ferreira (2014).

(sobre população), Copenhague (sobre desenvolvimento, Beijing (sobre a mulher) e Istambul (sobre assentamentos humanos), naquilo que ela procura ser: um mínimo denominador comum para um universo cultural variado[...] um critério de progresso para as contingências desiguais [...] (LINDGREN, 2005, p. 41)

Diante dos discursos que compõem os múltiplos movimentos sociais, consideramos apropriadas as contribuições específicas sobre ética do diálogo, proposta por Collin (2006, p.103):

Creo que uma ética del diálogo plural – y el diálogo solo se inscribe em la palabra – evita tanto los avatares del individualismo como los de comunitarismo y puede aclarar la cuestión de la relación entre las mujeres así como la de la relación entre los sexos. Pero también aclara em primer lugar la relación que cada uno/ a mantiene consigo y em la que se enraiza la posibilidad del diálogo com el outro (COLLIN, 2006, p. 103)².

A abertura para lidar com o inacabado, com inconcluso, com a ausência de fórmulas definidas de ação é o que caracteriza a flexibilidade, a condição de movimento, que se expressa como um princípio a ser considerado para que se cuide do não engessamento no qual incorre muitos movimentos que se fixam em paradigmas e referências cristalizados e estanques que não dialogam com contextos locais, conectando-os com os condicionantes de um mundo que está em movimento, seja em aspectos positivos quanto negativos. E nesse sentido, Collin pontua:

Este “trabajo” toma formas diversas dependiendo de las épocas, los médios, las generaciones, las culturas y evidentemente los individuos. Su unidade em la pluralidad es dialogística. [...] um “movimiento”. Cada uma debe encontrar em el su lugar original [...] la articulación indispensable entre la exigencia singular y la relación com lo común, como entre la asunción de lo que es y el objetivo de lo que será. Vamos realizando [...] este común que no es “Uno”. [...] que no se identifica com la historia, siempre retrospectiva. Este es sin duda el sentido de la “herencia sin testamento” de la que habla Hannah Arendt y a la que apela (COLLIN apud PLATEAU, 2013, p. 91)³.

² “Creio que uma ética do diálogo plural – e o diálogo só se inscreve na palavra – evita tanto os avatares do individualismo como do comunitarismo e pode clarear a questão da relação entre as mulheres assim como a da relação entre os sexos. Mas também esclarece em primeiro lugar a relação que cada um/uma mantém consigo e que está enraizada na possibilidade do diálogo com o outro” (COLLIN, 2006, p. 103, tradução nossa).

³ “Este trabalho toma formas diversas dependendo das épocas, dos meios, das gerações, das culturas e evidentemente dos indivíduos. Sua unidade na pluralidade é dialógica [...] um “movimento”. Cada uma deve encontrar em lugar original [...] a articulação indispensável entre a exigência singular e a relação com o comum, como entre a assunção do que é e o objetivo do que será. Vamos realizando [...] este comum que não é “Um” [...] que não se identifica com a história, sempre retrospectiva. Este é sem dúvida o sentido da “herança sem testamento” do que fala Hannah Arendt e a que apela (COLLIN apud PLATEAU, 2013, p. 91, tradução nossa).

Em se considerando a perspectiva anunciada pela autora, importa analisar as possíveis contribuições que o feminismo enquanto movimento social e enquanto teoria tem para compartilhar com outros movimentos que se disponham ao diálogo conflitual, como indicado por Collin (2008), necessário à vida política plural inerente à condição humana e caro à democracia.

É nesse sentido que acolhemos o estudo da *Linha da Vida*, reconhecendo-a como sendo um exemplo de ação que, enquanto ação formativa, mobilizou e mobiliza tanto aspectos singulares quanto plurais, possibilitando refletir acerca de contextos locais quanto globais fazendo emergir o diálogo conflitual consigo e com os/as outros/as. A compreensão do sentido dessa ação, será apropriadamente abordada no terceiro capítulo deste trabalho.

2.2 As mulheres, o feminino e as diferenças

2.2.1 Práxis da diferença

Uma das principais questões que surgem a quem se dispõe a ler um trabalho sobre mulheres e/ou feminino está em querer compreender como a/o autor/a situa seu pensamento diante das mesmas. Ou seja, de que modo essa pessoa se posiciona frente às diferentes abordagens, que podem ser representadas nas correntes universalistas, essencialistas, desconstrucionistas, por exemplo. Nesse sentido reservamos este espaço no trabalho para expor nossa compreensão em torno daquelas categorias que perfazem esse debate: mulheres e feminino, num sentido que tenta se distanciar do julgamento dicotômico que costuma permear essa discussão.

Compreendemos que essa perspectiva pode ser encontrada na leitura de Françoise Collin, e de modo especial aqui abordarmos essa questão a partir da obra *Práxis de la diferencia. Liberación y libertad* (2006). Trata-se de uma coletânea de trabalhos, traduzidas por diferentes teóricos para a língua espanhola, que abordam temas que dão sustentação ao que a autora denomina a práxis da diferença⁴.

Ao iniciar a discussão no trabalho *A práxis da diferença: notas sobre o trágico do sujeito*, Collin (2008) apresenta duas afirmações que se contradizem que conformam a discussão pós-moderna sobre o sujeito no que se refere às diferenças de sexo. Uma se coloca

⁴ Para a leitura da *Práxis da diferença: notas sobre o trágico do sujeito*, assumimos a versão em língua portuguesa e pode ser conferido em Cadernos de Crítica Feminista, ano II, número 1, uma produção do SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia, 2008.

com exaltação do feminino que traz à tona a dualização sujeito x objeto. A outra posição está associada ao fato das mulheres desejarem ser sujeito por inteiro, o que acaba por ser paradoxalmente uma posição “falocêntrica”(cf. COLLIN, 2008, p. 8).

É tema central nas argumentações da autora a diferença dos sexos como *práxis*, para o que mobiliza alguns conceitos, como *pluralidade*, numa leitura construída a partir de Arendt, para se distanciar criticamente do antagonismo que preponderantemente se apresenta em correntes paradigmáticas universalista, diferencialista, por exemplo. A postura dicotômica se apresenta frequentemente em discussões sobre diferença de sexos, sendo esta postura mais confortável por já está cristalizada conceitualmente. Por outro lado, pensar em torno da noção de *práxis*, como é proposto pela autora solicita um desafiante diálogo permanente, aberto, inacabado e problematizador da categoria sujeito.

De outro modo, Collin traz em seus escritos que o feminismo surge num contexto de ruptura com a categoria *sujeito*, evidenciando uma busca das mulheres por autonomia quando as discussões já transitavam em torno da heteronomia. Ao discutir a diferença de sexos, a autora denuncia o debate que aprisiona o masculino e feminino conceitualmente.

Nessa linha, a autora se ocupa com temas polêmicos ao debate filosófico, e se ocupa em especial com aquele da “morte do sujeito” – tal como considerado na época moderna é interpretada de várias formas por pós-modernistas. Nesse novo cenário, o homem já não pode apreender o mundo como imaginava que pudera. A dualização sujeito-objeto como tradição do pensamento dominante é denunciada pelas mulheres feministas, mas alguns autores, como Jacques Derrida (1930-2004) que cunhou o termo ‘falocentrismo’, já contestavam essa forma de compreensão do mundo e das relações.

A autora ressalta que nessa situação, nem a realidade das mulheres, nem a dos homens é afetada com o fato da filosofia acolher o feminino. Ou seja: “O *mea culpa* do sujeito falocentrico ocidental não afeta o lugar daquele que o pronuncia” (COLLIN, 2008, p. 9). Nessa perspectiva, a autora alerta que ao assumir a posição de crítica ao sujeito (pós-feminismo) as mulheres podem estar se arriscando a permanecer sujeitadas, e questiona: “Será que a atração exercida por um modo de pensar qualificado – de forma mais ou menos justificada – de feminino não trará o risco de iludir a respeito do que está verdadeiramente em jogo para as mulheres?”(COLLIN, 2008, p.10).

Na realidade Collin (2008, p. 9) afirma que “os jogos interpretativos do masculino e do feminino não têm muito a ver com a realidade dos homens e das mulheres”. Ou seja, enquanto se discute essas questões que envolve o masculino x feminino conceitualmente, as condições reais de vida das mulheres e homens não se altera.

A lógica dual não deixa de se apresentar com a substituição do *contra*, pelo *pós*, pelo *depois*, com a destituição do sujeito, como destaca a autora: “O regime do “feminino” indefinido ressoa ainda como antônimo do masculino ou do fálico” (COLLIN, 2008, p. 12). E ainda: “O fim da metafísica, o fim do sujeito é um movimento sempre recommençado de “desconstrução”, não uma destruição. Nunca cessamos de acabar” (COLLIN, 2008, p. 13).

Ou seja, se utilizado para atravessar a fronteira dos grupos sexuais, o feminino ignora a realidade das mulheres. Se utilizado o feminino ligado ao grupo sexual de mulheres remete-se o debate para o enfoque metafísico e, por conseguinte para o dualismo essencialista (COLLIN, 2008).

Considerando essa realidade, a autora destaca duas formas de recorrer ao feminino: o feminino como ser no mundo humano e o feminino como ser no mundo das mulheres. Vinculada ao feminino como ser no mundo estaria a diferença dos sexos como uma diferença-indiferente, que evita a figura política. Nessa situação não haveria mais homens e mulheres numa indeterminação beatificada, como sugere a autora. Por sua vez, vinculada ao feminino no mundo das mulheres estaria a ideia de essência, a eliminação da dimensão dialética das mulheres entre si, dando lugar a um “nós mulheres” reunidas numa pluralidade edênica (COLLIN, 2008).

É nesse sentido que a autora pontua: “O tratamento dos homens e mulheres é irreduzível às categorias do feminino e do masculino, qualquer que seja a forma de conjugá-las [...] O desvio em direção à teoria do (bom) feminino, por mais sutil que seja, comporta uma parte de negação do real”(COLLIN, 2008, p. 15). Por conseguinte, é na discussão do real que se volta à discussão do sujeito em relação às mulheres, que mesmo tendo consciência da ‘morte do sujeito’ insistem em pautar a importância de estar nesse lugar (de sujeito) mesmo que seja para denunciar que ele não existe, que foi destituído, assim como afirma Collin (2008, p. 18), “as mulheres são levadas a querer ser sujeitos, até mesmo a ocupar a posição de sujeitos, nem que seja para comunicar a destituição do sujeito”.

E em paralelo a essa compreensão as mulheres seguem expressando, denunciando, reverberando as desigualdades das mais diversas formas (atos públicos, artes, produção de conhecimento etc.) no intuito de se fazer aparecer, de dar visibilidade à realidade na qual estão inseridas, afinal, concordando com Collin (2008, p. 17), em sua compreensão ser sujeito é “[...] poder ‘aparecer pela palavra e pela ação’ num mundo público e privado, tornar-se atores, atrizes de um mundo comum, atores que não podem ser confundido com autores, segundo a distinção importante introduzida por Hannah Arendt”.

Mas, na inquietude auto-crítica – característica do texto de Collin, e ao mesmo tempo, pergunta-se, como não se aprisionar a identidade coletiva de sujeitos políticos que devem constituir para afirmar-se? Nesse sentido a autora considera:

Esta operação só é possível se atentarmos para a falha do eu em todo eu e em todo nós substantiváveis (eu uma mulher, nós as mulheres). Pois se eu sou uma mulher, eu não é uma mulher. E o acesso das mulheres à posição de sujeitos visa devolvê-las à deriva imprescritível do eu – a pluralidade substituindo-se à coletividade – e ao dualismo maniqueísta que é a passagem obrigatória e perigosa de todo movimento de libertação (COLLIN, 2008, pp.19-20).

Nesse mesmo sentido a autora considera que se deve ter a luta por justiça como uma ideia reguladora para não se deixar tomar pela noção do sujeito-senhor: “Há que lutar contra a sujeição sem alimentar o mito do sujeito, lutar contra a injustiça sem sucumbir ao mito da justiça, ou defendendo-a apenas como uma ideia reguladora” (COLLIN, 2008, p. 20).

Quanto à diferença dos sexos, a autora anuncia como práxis, que não se pode reduzir a uma compreensão teórica: “Isto significa que a questão da diferença dos sexos[...] resiste a qualquer tratamento teórico. Ela é da ordem da práxis” (COLLIN, 2008, p.23). Ou seja, trata-se do tipo de relação que se estabelece, como assinala a própria autora: Para Collin (2008, p. 23): “A diferença dos sexos é construída na relação efetiva das mulheres e dos homens [...] Ela só pode ser dita na experiência do diálogo [...]”.

Nessa perspectiva, compreendemos que o feminismo, a psicanálise ou a filosofia esgotam-se em vão ao tentar dizer o que é uma mulher ou o que são as mulheres. Pois essa condição não está no plano do *saber*, mas é um ato, uma práxis ética e política, a questão da diferença dos sexos. (COLLIN, 2008). A autora pontua que [...] a diferença entre os sexos está em processo fora de toda representação do que são ou deveriam ser os uns e os outros [...] (COLLIN, 2008, p. 24).

Compreendemos melhor essa problemática, na abordagem proposta pela autora no trabalho intitulado *Deconstrucción o destrucción de la diferencia de los sexos*, no qual nos ancoramos para aprofundar as reflexões acerca do que denomina ‘práxis da diferença dos sexos’. Nele a autora apresenta reflexões acerca de debates recentes no pensamento feminista francês, que tardiamente se interessa pela leitura de filósofos dos anos 70-80, tais como Michel Foucault, Giles Deleuze e Jacques Derrida. Esses debates têm sido conduzidos principalmente pelo movimento feminista e movimento gay americanos, numa terceira corrente teórica, denominada de *desconstrucionista*.

Conforme a autora, essa corrente teórica contemporânea teve origem na crítica da metafísica ocidental e postula, dentre outros temas no que pese a esse debate, que o sexo não é um nem dois, mas uma “construção social”, é performativo. O gênero é um devir móvel e o feminino opera na desconstrução do logos e falogocentrismo em favor de uma *indecidibilidade* sexuada (cf. COLLIN, 2006, p.46-7).

A autora utiliza o conceito de *indecidibilidade* de Derrida para demarcar o sentido móvel da diferença entre as posições sexuadas. O conceito representa um rompimento com as polaridades sem representar uma neutralidade.

La indecidibilidad del sexo se decide – se construye – en cada situación y a partir de ella.

Em el texto derridiano, lo femenino opera la deconstrucción del logocentrismo y, del “falogocentrismo”, em favor de uma “indecidibilidad” sexuada que se decide y vuelve a decidir para cada uno/a em diversas coyunturas. Sin embargo desde esta perspectiva, la indecidibilidad no se reduce a la neutralidade del individuo que postula o pensamento clásico: es um movimiento de distanciamiento crítico [...] (COLLIN, 2006, pp. 46-47)⁵.

Para demarcar o caráter ativo e perpétuo do diferir contínuo, de mudança, característico da *indecidibilidad*, Derrida cunhou outro termo: *différance*⁶, sobre o qual a autora considera:

La afirmación de indecidibilidad permite sacudir la dualización de los estatus sexuales que se ha fijado históricamente, abriendo el camino a una gama matizada de prácticas, pero no pretende hacer tabla rasa: la diferencia no desaparece sino que se muta em um diferir perpetuo. La diferencia se convierte em “diferancia”, según el término forjado por Derrida para marcar su carácter a la vez móvil y activo (COLLIN, 2006, pp. 53-54)⁷.

⁵ A indecidibilidade do sexo se decide – se constrói – em cada situação e a partir dela. No texto derridiano, o feminino opera a desconstrução do logocentrismo e, do “falogocentrismo”, em favor de uma “indecidibilidade” sexuada que se decide e volta a decidir para cada um/uma em diversas conjunturas. Não obstante desde esta perspectiva, a indecidibilidade não se reduz a neutralidade do indivíduo que postula o pensamento clássico: é um movimento de distanciamiento crítico [...]. (COLLIN, pp. 46-47, tradução nossa).

⁶ O termo *différance* é um neologismo, ou neografismo, construído pelo pensador, uma vez que é homófono ao termo *différence* (diferença). Trata-se de uma busca, pela grafia, de agrupar os dois sentidos do verbo *diferir*, que nos remete ao “ser diferente”, e ao “diferir” no sentido ativo de remeter algo para depois, para um futuro. A diferença gráfica – a troca da letra *e* pela letra *a*, põe em questão a escrita fonética e assim o próprio sentido da diferença para este pensador, e como ele afirma: “Foi já necessário acentuar *que* a diferença *não é*, não existe, não é um ente-presente (*on*), qualquer que ele seja; e seremos levados a acentuar *que* ela *não é*, isto é *tudo*; e que, portanto, ela não tem nem existência nem essência” (DERRIDA, 1991, p. 37). A *différance* é o que faz com que as diferenças sejam diferentes, um diferir que não pode ser visto nem ouvido, como movimento próprio de diferenciação.

⁷ A afirmação de indecidibilidade permite sacudir a dualização dos estados sexuais que se tem fixado historicamente, abrindo o caminho a uma gama matizada de práticas, porém não pretende ser tábua rasa: a diferença não desaparece mas muda num diferir perpétuo. A diferença se converte em “diferancia”, segundo o termo forjado por Derrida para marcar seu caráter cada vez móvel e ativo. (COLLIN, pp. 53-54, tradução nossa).

É mediante o fio desses conceitos derridianos que Collin anuncia o que considera “práxis da diferença” – termo que a autora utiliza para se referir à diferença de sexos: “Um movimiento y de la creación a partir de uma situación, a la vez colectiva y subjetiva. Este es el sentido em que interpreto lo que por mi parte denomine uma práxis de la diferencia de los sexos”(COLLIN, 2006, p.52)⁸. É a partir dessa compreensão que nos identificamos com a categoria ‘mulheres’ sobre a qual trataremos no item seguinte.

2.2.2 *Mulheres: assumindo uma categoria*

Apesar de cientes do debate e impasse teórico que ainda perpassa a discussão em torno da categoria “mulheres”, anunciamos que aqui ela se apresenta em sintonia com a perspectiva da estratégia histórico-política de dar visibilidade à participação das mulheres no processo de construção e mudança social. Nessa linha, compreendemos *Mulheres* na mesma perspectiva que também já foi considerada a categoria “mulher” e “homem”, em dado momento histórico, ou seja, “numa perspectiva vazia e transbordante [...] vazias porque elas não têm nenhum sentido definitivo e transcendente; transbordantes porque, mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas”(SCOTT, 1989, p. 15).

A categoria aqui se apresenta numa perspectiva histórica analítica e não meramente descritiva, que possibilite a compreensão do papel ativo que as mulheres têm na construção da história da humanidade, apesar de todas as contradições e conflitos que a expressão possa conter, pois de modo conflitual também compreendemos as relações humanas que demandam o diálogo inerente à convivência. É nessa perspectiva que Collin (2008, p. 23), pontuando as diferenças entre homens e mulheres e a importância do diálogo cotidiano para isso, apresenta:

A diferença dos sexos é construída na relação efetiva das mulheres e dos homens. [...]. Ela só pode ser dita na experiência do diálogo – e de sua parte conflitual – que confronta um homem e uma mulher, homens e mulheres, no espaço privado ou público. [...] A diferença é teoricamente indecível mas ela se decide e se re-decide em toda relação.

⁸ “Um movimento de criação a partir de uma situação, uma vez coletiva e subjetiva. Este é o sentido em que interpreto o que de minha parte denominei uma práxis da diferença dos sexos” (COLLIN, 2006, p.52, tradução nossa).

Ainda partindo das considerações da autora, no artigo *A mesma e as diferenças*(1996), que serão expostas nos próximos parágrafos, anunciamos a perspectiva que influencia nosso olhar sobre a categoria ‘mulheres’ e como esta foi acolhida neste estudo.

Caracterizando a primeira etapa do feminismo como a que utilizava o pensamento do *Mesmo*, ou seja, procurava a identidade das mulheres no que as identificava umas com as outras, tentou-se ignorar o que poderia diferenciá-las. As diferenças eram reduzidas às diferenças do sexo, de modo binário, determinada pela ideologia *falocrática*, a exemplo do universal (o masculino) e do particular (o feminino).

Na corrente do pensamento feminista desta primeira fase, desenvolveu-se a ideia de uma feminitude, que se diferencia da feminilidade tradicional, mas não menos imponente, e que produzia uma harmonia espontânea entre as mulheres, designada como *sororidade*. De outro modo a primeira socialização das mulheres, se estabeleceu como que um pressuposto consenso (e não de democracia direta, como poderia se imaginar).

Esta postura de sociabilidade indistinta inspirou a prática de grupos feministas durante muito tempo. Encontra-se como origem desta corrente, a revolução cultural de Maio de 1968, na qual o coletivo prevalecia à afirmação singular – supondo a perspectiva fortemente singular. Também se pode considerar como primeira forma de sociedade das mulheres o modelo familiar. As relações aí estabelecidas nos remetem ao conceito de “sororidade”. Transferia-se para os grupos de mulheres feministas as demandas atribuídas à “boa mãe” (a do seio saturante), a que atende a todos os apelos e solicitações.

Diante da “incapacidade de mãe saturante” dos grupos feministas – oposto da mãe má da família falocrática”, no dizer de Collin (1996, p. 3), os conflitos se estabeleceram no interior desses grupos, transferidos para as próprias mulheres. Apesar de se poder observar este fenômeno em outros grupos considerados ‘minorias’, ele teve especial destaque no feminismo em função do pacifismo congênito que lhes era creditado.

Continuando em sintonia com as contribuições de Collin, afirmando que ao entrar em relação com o mundo no frente-a-frente, sem a mediação patriarcal (todas as instituições e seus códigos e regras implícitas de funcionamento), as mulheres se encontravam sem proteção. O pessoal passa a ser visto como político.

Ao negligenciar a toda e qualquer instância interna ao próprio movimento, por se imaginarem em fusão (e efusão) entre si e consigo mesmas - que pressupunha uma unidade, são obrigadas a recuar para a lei patriarcal (a que era objeto de sua crítica) quando surgem os conflitos de divergências individuais, coletivas, passionais ou ideológicas. Em suma, a sociabilidade da “sororidade” se fragilizou (COLLIN, 1996).

De outro modo, afirma Collin (1996, p. 4): “O fosso ou vinco da diferença deve ser pensado na relação das mulheres entre si e naquela de um indivíduo-mulher com a sua condição de mulher. A oposição nítida, que se supunha existir entre as mulheres e o mundo ambiente, deve também ser repensada”.

Num contraponto às perspectivas sexistas, que polarizam a diferença de sexo entre homens e mulheres e masculino e feminino, a autora situa a questão da diferença, através de uma terceira perspectiva. Situa a questão a partir de três níveis: diferença identificada entre 1) Cada mulher e a sua condição, sujeito-mulher (ela consigo); 2) Diferença das mulheres entre si; 3) Diferença entre as mulheres e o mundo dos homens.

Sobre esses três níveis de diferença, a autora pontua em relação ao primeiro nível de diferença que dentre outros (eus), sou uma mulher. O Eu não se reduz a sua feminilidade. Considerando a questão da transcendência do sujeito, relembra que nenhuma categoria e nenhum conteúdo podem definir o Eu. Em relação ao sujeito-mulher, sintetiza: “Sou uma mulher, mas eu não é uma mulher” (COLLIN, 1996, p. 4). E continua sua escrita anunciando que a determinação sexuada (de mulher) pode ser mais ou menos para cada uma dependendo de como esta escolha seja priorizada em seu pensamento, do seu processo de identificação com esta condição que, ainda assim, não se está totalmente mergulhada.

A autora considera que é nesse vácuo, nessa possibilidade de criação, nesse desprender-se da realidade, da condição de mulher, que acontece o feminismo ou ação feminista, assinalando que “a diferença instala-se no coração mesmo do ser mulher. Transcendência – ou se preferirem, suplemento do sujeito em relação ao “militantismo” [...] (*inclusive*) a uma condição (de mulher) (COLLIN, 1996, p. 5). Nessa linha, considera ser crédito do feminismo trazer à tona a esfera privada, e dessa forma aspectos como o amor, a família, por exemplo, como uma questão também política. Daí a política feminista também ser considerada uma política do privado. Com isso, não se pretende afirmar a inexistência da separação entre o público e o privado que, em realidade, ainda define a história de vidas de muitas mulheres.

Assim, reconhecendo a história em seu caráter analítico, consideramos ações formativas que acolhem as histórias de vida, através da Linha da Vida como importante para dar visibilidade às histórias singulares de mulheres que, em conexão e articulação, incidem nos contextos políticos, históricos, econômicos, culturais e ambientais onde vivem. Em síntese, em suas realidades. Nessa perspectiva, compreendemos que além de proporcionar uma visão do ser em sua complexidade, a experiência estudada parece possibilitar a

visibilidade da concretude das perversidades fruto das desigualdades construídas e o quão alarmante o número de pessoas inseridas nos grupos que compõe este cenário.

Dessa forma, com a categoria ‘mulheres’ apresentada intentamos contribuir para o deslocamento da visão dual que costuma permear análises sobre ‘diferença’ e, ao mesmo tempo, apresentar um dado de mundo vivido onde muitas pessoas vivem em condição desumana, compreendendo que isso coloca para as mulheres a necessidade de repensar os lugares ocupados (e não ocupados) no mundo, bem como sobre o sentido de algumas construções e determinações sociais que por vezes sobrecarregam nossas existências, sendo obstáculos a uma vida de inteireza, a vivência da cidadania numa perspectiva ética e ampla e não de uma mera “inclusão” ao mundo do consumo.

2.3 As mulheres e os direitos humanos

Considerando a amplitude de um movimento que consegue inspirar tantos outros movimentos, como o é o feminismo, é possível imaginar que a forma como acolhe os direitos humanos também seja diversa. Nessa perspectiva, é importante reconhecer que há um tensionamento entre algumas correntes feministas e os direitos humanos que se legitima pela pluralidade de formas de apreensão desses pelas mulheres. É nesse sentido que este item foi construído. Tentando trazer à tona os (des) encontros dos direitos humanos e os movimentos de mulheres (feministas e não feministas) desde mesmo antes do nascedouro dos direitos humanos, em sua versão formal (Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948), como apresentaremos com as preocupações de Mary Wollstonecraft – primeira filósofa a questionar os direitos humanos em sua formalidade – como veremos adiante (cf. WOLLSTONECRAFT, 2016).

Assim, aqui apresentamos resultados de nossa pesquisa do referencial teórico que orientou esta investigação e algumas considerações com base em nossa experiência no campo da educação não formal.

2.3.1 Os (des)encontros entre as mulheres e os direitos humanos

Os paradoxos que os direitos humanos representam bem como os debates sobre sua legitimidade e os relatos sobre seu processo histórico já compõem uma discussão que pode ser localizada em textos diversos (por exemplo: LAFER, 1988; HUNT, 2009), em fontes facilmente acessíveis em vários meios (digitais, impressos, documentário, cinema dentre

tantos). São múltiplos os sentidos e os interesses que circundam os discursos em torno dos direitos humanos, porém antecipamos que aqui o nosso olhar encontra-se orientado por conceitos tais como o de pluralidade de Hannah Arendt, como veremos adiante.

Assumindo riscos, como tentativa ousada de direcionar as reflexões sobre os direitos humanos em relação às mulheres, aqui esta categoria, ‘direitos humanos’, será compreendida a partir dos sentidos que possam ter para mulheres que se organizam de diversas formas (grupos, redes, articulações, coletivos, fóruns, associações, etc.) em torno de múltiplos temas. Desse modo, tem-se adiante um texto que busca romper com o aspecto disciplinar em termos de campo teórico, ou seja, não se ancora num campo específico – histórico, sociológico, antropológico, cultural, filosófico ou jurídico. Sendo esta também a forma como compreendemos os direitos humanos: com a amplitude necessária à compreensão humana, ou seja, para além de disciplinas, assim como tem sido alguns trabalhos formativos com mulheres na perspectiva feminista aqui adotada.

Para tanto, assumimos a perspectiva de Collin (2006), compreendendo que o desafio e risco de pensar e agir nessa ‘soltura contínua’ se vincula com o compromisso pela liberdade das mulheres em sua pluralidade – estando aí o limite de referências e/ou fundamentos doutrinários para pensar suas ações no mundo. E nesse sentido não se aprisiona, por exemplo, a perspectivas moderna ou pós-moderna, mas dá indicativos de uma construção móvel, que poderia se situar no que a autora classifica de ‘transmoderna’, como podemos observar na afirmação seguinte:

Em efecto, el movimiento de liberación de las mujeres es una invención constante, tanto teórica como práctica. No se apoya en ninguna doctrina fundacional previa (la obra de Simone de Beauvoir no puede ocupar el lugar de referencia que ocupó la obra de Marx para los marxistas) y no se representa con concreción su final, es decir, cómo sería una sociedad en la que se hubiese superado la desigualdad entre los sexos, así como tampoco concibe un retorno al estado inicial – la Idea del paraíso perdido de un matriarcado originario se desechó rápidamente. Así, el movimiento feminista no parte de unas condiciones previas que deba cumplir con el tiempo: al contrario, se constituye en el tiempo “en dirección a lo desconocido”. No cuenta con ningún modelo, ni histórico, ni teórico. No responde a ningún plan, ni divino ni humano, sino que inventa paso a paso su propio futuro. [...]El movimiento de las mujeres está entre lo moderno y lo posmoderno, por lo que podríamos denominar lo transmoderno (COLLIN, 2006, p.78-79)⁹.

⁹ Com efeito, o movimento de libertação das mulheres é uma constante invenção, tanto teórica como prática. Não se apoia em qualquer doutrina fundamental anterior (a obra de Simone de Beauvoir não pode tomar o lugar de referência que ocupou a obra de Marx para os marxistas) e com concreção não representa um fim, isto é, como seria uma sociedade em que se tenha superado a desigualdade entre os sexos e tampouco concebido um voltar ao estado inicial – a ideia do paraíso perdido de um matriarcado original foi descartada rapidamente.

É esta soltura em relação ao não enraizamento teórico ou prático que desafia quem se dispõe a integrar os debates e ações que pretendam a libertação das mulheres. É o risco de atuar, de se posicionar a partir de referências que estão em permanente movimento, construção e não tem vinculação ‘nem divina, nem humana’, como expõe a autora no texto acima. É como um texto que se constrói sem referência fixa, no qual é necessário mostrar a própria face.

Assim, num primeiro momento, compreendemos que pensar sobre direitos humanos implica pensar sobre nossa própria humanidade, ou seja, sobre o ‘eu’. E, ao *pensar* – referenciando Arendt (2016), se estabelece diálogo que se formula a partir de atos e palavras, de ‘vozes’ plurais. De outro modo, pensar sobre direitos humanos seria pensar na pluralidade, que tem a ação como condição humana. Aqui acolhemos o ‘pensar’ como uma ação dialógica plural – perspectiva socrática adotada por Arendt (2016). Ação conjunta – em sentido contrário à abstração, ao isolamento.

Essa problemática é reconhecida no âmbito do debate sobre os direitos humanos por diferentes autoras/es. A título de ilustração, como aponta Hunt (2009, p. 32): “as mentes individuais [...] têm sido [...] negligenciadas nos trabalhos recentes das ciências humanas e sociais. A atenção tem se voltado para o contexto social e cultural, e não para o modo como as mentes individuais compreendem e remodelam esse contexto [...]”.

Esse direcionamento pode ser compreendido a partir do conceito de *Vita Activa*, cunhado por H. Arendt (2016), como expressão de três atividades humanas fundamentais: *trabalho*, *obra* e *ação*. Enquanto o trabalho, que tem a vida como condição humana, e a obra (“artificial”), que tem a mundanidade como condição humana podem se realizar de modo individual; a ação, por sua vez, seria a única das três atividades que se realiza ‘entre’, em relação com outras pessoas e, corresponde à condição humana da pluralidade. Esta última seria, conforme a autora, “não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda vida política [...] A pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá” (ARENDT, 2016, pp. 9-10).

Assim, o movimento feminista não parte de pré-condições a serem cumpridas com o tempo: pelo contrário, se constitui em tempo e “em direção desconhecida”. Não conta com qualquer modelo ou histórico ou teórico. Não serve a nenhum plano, nem divino nem humano, mas passo a passo inventa seu próprio futuro.[...] O movimento de mulheres está entre o pós-moderno e o moderno, pelo que podemos chamá-lo de transmoderno. (COLLIN, 2006, p.78-79, tradução nossa).

Assim, em nossa compreensão, pensar em direitos humanos é elaborar diálogo plural, é ação. E ação, na perspectiva arendtiana é aparição política. A partir disso, compreende-se que pensar e produzir conhecimento no campo dos direitos humanos sugere realizar uma ação e revelar-se politicamente. Nesse sentido, compreender os direitos humanos e o percurso da produção de conhecimento sobre os mesmos solicita análise de seus contextos políticos.

Da mesma forma, relacionar os direitos humanos às mulheres e aos seus interesses específicos suscita algumas questões no sentido de compreender: como os direitos humanos se relacionam com os pensamentos das mulheres e de suas ações? O que são e como surgiram os ‘direitos humanos das mulheres’? O que hoje representam os direitos humanos para algumas organizações e movimentos de mulheres? Estas questões produzem as inquietações aqui postas e motiva nosso interesse frente ao tema - sem a pretensão de aqui respondê-las.

Nessa perspectiva, importa recordar as análises de Mary Wollstonecraft, primeira filósofa que se contrapôs a naturalização das diferenças entre homens e mulheres com base na diferença de sexo ainda na segunda metade do século XVIII, sendo precursora das reflexões acerca dos direitos das mulheres. Em torno da Revolução Francesa e da Declaração dos Direitos do Homem, a filósofa inglesa, em sua obra *‘Vindicación de los Derechos de la Mujer’* (1792) argumenta sobre os limites do pensamento iluminista de sua época para pensar os direitos das mulheres. Tendo como referência a própria vida e sua condição enquanto mulher, Wollstonecraft produziu reflexões inéditas nas quais, muito mais que os aspectos legais, revelavam preocupações em transformar as formas de agir e pensar das próprias mulheres. A autora defendia que, tendo acesso às condições necessárias que favorecesse independência econômica e de pensamento, as próprias mulheres decidiriam quanto aos seus direitos (MIRANDA, 2010).

Mesmo distante temporalmente, as reflexões da autora parecem apropriadas para analisar na atualidade aspectos dos direitos humanos – tal como se apresentam em sua institucionalidade e formalidade legal, sob a ótica dos conhecimentos produzidos por movimentos de mulheres que se afirmaram ‘pós-Wollstonecraft’.

2.3.2 Direitos humanos e a participação política das mulheres

Os novos arranjos sociais surgidos com o advento da industrialização e potencialização do neoliberalismo enquanto modelo de funcionamento do mundo abriram na história da humanidade páginas que anunciaram mudanças bruscas no contexto da

participação política e das relações sociais. Tendo como um dos fatores de grande peso para isso, um deslocamento mais marcante das mulheres para o ‘espaço público’ (ARENDT, 2015). Entretanto, deve-se ponderar que a presença de mulheres nesse espaço não implicou em grandes mudanças no cenário das desigualdades, uma vez que sua inserção se deu massivamente nos novos postos de trabalho reservados para elas e não nos espaços políticos que incidem em mudanças estruturais das relações sociais desiguais, a exemplo de espaços formais da vida política ou gestão pública. Até hoje as mudanças produzidas ecoam impactando a vida da maioria das mulheres, apesar de toda ação política de enfrentamento e resistência que desenvolveram ao longo da história da humanidade, mas que pouco tem registro e/ou reconhecimento da maioria da população.

Segundo a Base de Dados do Estado de Pernambuco – BDE, por exemplo, a partir do censo/2010, há registros sobre “Desenvolvimento e Renda” que apontam em 2000, na RMR um percentual de mulheres responsáveis pelos domicílios de 33,25%, enquanto em 2010 subiu para 46,30%¹⁰, o que indica que cada vez nós mulheres assumimos e acumulamos mais funções e papéis no campo da produção e reprodução da vida social, o que se traduz como aumento de sobrecarga de trabalho especialmente para mulheres pobres.

A participação das mulheres na vida pública, principalmente nas atividades de produção e reprodução, como mencionamos de outro modo em parágrafos anteriores, ratifica-se, pelo seu contrário, onde as mulheres são sub-representadas em espaços de poder político formal. Os dados revelam que o Brasil está entre os países que tem a menor participação das mulheres no parlamento, apesar da Lei eleitoral 9100/1995 que, depois de reformulada em 2011, tornou obrigatória a proporção mínima de 30% de participação das mulheres no poder legislativo, segundo informações do Portal Brasil, sobre cidadania e justiça.¹¹ De acordo com a Resolução de 2011, sobre a participação política das mulheres da Assembleia Geral da ONU, “mulheres em todas as partes do mundo continuam a ser marginalizadas na esfera política, muitas vezes como resultado de leis discriminatórias, práticas, atitudes e estereótipos de gênero, baixos níveis de educação, falta de acesso à saúde e também pelo efeito desproporcional da pobreza nas mulheres”¹².

Quando presentes em espaços formais de participação política, afirmando representação de interesses de coletivos de mulheres, alguns discursos e demandas são contraditórios e revelam/ denunciam vínculos epistemológicos que não traduzem os

¹⁰Disponível em: <http://www.bde.pe.gov.br/ArquivosPerfilMunicipal/RECIFE.pdf>.

¹¹Informação disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/mulheres-na-politica>). Acesso em: 04/05/ 2016.

¹² Informação disponível em <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/lideranca-e-participacao/>

interesses, e conhecimentos produzidos pelo conjunto plural de organizações, coletivos e movimentos de mulheres que se articulam em nível internacional, regional e local para incidir politicamente sobre as desigualdades vividas pela maioria das que permanecem historicamente em situação de pobreza extrema.

Sobre os discursos e demandas políticas formais legitimadas pelos coletivos, organizações e movimentos sociais de mulheres a quem representam, não conseguem ecoar para incidir favoravelmente de modo a promover mudanças efetivas do contexto de desigualdades (materiais e/ou simbólicas) vivenciado pela maioria de mulheres e expresso através de violações aos seus direitos fundamentais, como falta de acesso a serviços básicos essenciais – moradia, saúde, educação, trabalho, alimentação, enfim, à vida com dignidade.

Nessa linha, retomando as preocupações de Mary Wollstonecraft, referenciadas acima, parece atual a necessidade de busca por sentidos dos direitos humanos se colocados em relação com interesses de coletivos de mulheres que têm uma atuação histórica, política e filosófica importante na produção de conhecimento sobre si mesmas. Participação responsável por mudanças efetivas que aconteceram na história da humanidade no que se refere a processos de resistências nas mais importantes revoluções e eventos históricos, mas que é invisibilizada, principalmente no tocante à marcante presença das mulheres negras em lutas de resistência pela defesa de seus territórios e libertação de seu povo, de mulheres que participaram de movimentos políticos contra ditadura militar em diversos países (ex. Argentina, Brasil, Chile).

Tais questões se inserem em um contexto de crise na educação, de autoridade e de representação vivenciada em vários estados ao nível global, que desemboca em alguns países em conflitos e guerras civis e impulsiona o deslocamento de incontáveis quantitativos de refugiados pelo mundo, aponta para uma crise política a nível mundial que demanda urgente estudo e análise de ações formativas que pretendam produzir reflexões tocantes à dimensão política.

Em relação às mulheres, acrescentem-se ainda as consequências ‘platônicas’ da ideia de divisão da sociedade em classes, sugerindo a dicotomia da divisão da vida social entre o público e privado junto com a demarcação de papéis e lugares sociais para homens, mulheres, escravos – o que em realidade ainda se revela. Isso reforça a necessidade de estudos hermenêuticos que possibilitem como propõe Arendt (2015), a ruptura com o que não mais nos serve em termos de categorias ‘modernas’ para análise da sociedade e, ao mesmo tempo, a adoção de contribuições dos sentidos da filosofia socrática, especialmente no que inspira à ética e à política dialógica e plural como exigência à convivência humana e como resistência

para que não se (re) instale no mundo o que é assustador, por parecer já se anunciar em forma da atuação de grupos de interesse movidos pelo desejo à posse, ao controle e poder em nível global: os regimes totalitários – temidos e também já anunciados em textos por Hannah Arendt (2012). Também compreendemos, como a mesma autora, que o “mal é banal” – não tem raízes (ARENDT, 1993), porém diante da pulverização dos grupos políticos que se restringem e fragmentam nas lutas por reconhecimento – arrefecidos pelo culturalismo radical, há que se temer que a profundidade do bem não esteja com suas raízes articuladas ao ponto de evitar que o mal produza profundas dores, que marque outras páginas na história da humanidade.

Frente à perspectiva política em relação aos direitos humanos aqui assumida, importa abordar o tema relacionando-o ao que ora testemunhamos no Brasil, o que parece uma cisão no percurso de lutas políticas estabelecidas por coletivos, por bandeiras diversas numa perspectiva democrática. O contexto tem impulsionado as pautas de movimentos sociais, articulações, organizações, coletivos, comunidades enfim, as entidades representantes de lutas políticas historicamente responsáveis pelas mudanças sociais comprometidas com a busca da dignidade e liberdade humana a se debruçarem na tentativa de diálogos (sob perspectivas as mais diversas) e da articulação de seus discursos de modo a revisitar o sentido de suas existências – o que sustenta suas causas, na busca da urgente construção do que aqui estamos nominando de *‘dialogos de humanidades*, expressão que assumimos para definir a nossa compreensão sobre diálogos que está sendo pesquisado para compor outros estudos futuramente.

Mais que luta por direitos em seu sentido meramente formal, cristalizados em linguagens, que já não correspondem aos códigos de linguagens expressos em forma de demandas, movimentos e manifestações de ruas, de redes sociais, de artes em diversos estados de diferentes continentes, por um número significativo de pessoas e bandeiras, o momento presente – caracterizado por intolerâncias e conflitos humanos que transcendem fronteiras, apontam para necessidade de posturas políticas ancoradas em princípios dialógicos. Diálogos que acolham e que se disponham à tradução de códigos para os quais possivelmente não há dicionários ou manuais disponíveis. Códigos vinculados a habilidades humanas que algumas comunidades tradicionais utilizavam, a exemplo dos povos indígenas e das comunidades orientais para resolução de seus conflitos, mas não são mais valorizados – em função dos novos modos de vida que produziu os seres que hoje somos, perdemos (ou esquecemos). Códigos que solicitam o contato com valores como solidariedade, respeito, amizade, afetividade, dignidade, liberdade, ética, amor, bondade que são flexibilizados aos currículos

formais das escolas públicas (ao menos do Brasil). Sendo este mais uma violação dos estados aos direitos humanos – que deveriam acolher como exigências – ao menos os estados que integram a ONU, que se dispõem aos acordos consonantes ao direito humano à educação, que sugere uma compreensão integral da educação para além do tempo de permanência de estudantes na escola.

Considerando o sentido dos valores acima mencionados e de características e habilidades humanas que são perversamente classificadas entre ‘masculinas e femininas’, seria equivocado aqui adentrar superficialmente em questões simbólicas que ‘sexualizam’ valores e subjetividades que integram, na perspectiva feminista, estratégias de divisão de papéis entre homens e mulheres e que fundamentam a perversa divisão sexual do trabalho, implicando em sobrecarga de trabalho para mulheres e violação dos direitos humanos ao trabalho em sua formalidade.

É extensa a lista de violações aos direitos humanos tais como constam das declarações, convenções, acordos internacionais de proteção a homens e mulheres, que afetam com peso diferenciado as mulheres, em função das construções simbólicas que se materializam em relações desiguais e que se expressam em forma de opressão para as mulheres. Enfatadamente, vale reforçar que o grande número de pessoas – denominadas ‘minorias’, que são mais afetadas com as condições sub-humanas de vida têm representação de sexo, cor de pele, classe, de acordo com contextos locais a que pertencem. Em nosso caso brasileiro, são mulheres, negras e pobres que têm maiores dificuldades para acesso às condições mínimas que possibilitem seu livre viver e pensar. Como se pode conferir em breve análise de dados e pesquisas de organismos nacionais e internacionais.

De acordo com dados de órgãos oficiais (IBGE, DIEESE e outros) as mulheres pobres, especialmente as negras, ocupam os piores lugares sociais no que se refere à educação, saúde, moradia, saneamento básico, emprego e renda. Tais estudos destacam que as más condições se agravam para algumas mulheres, dependendo da sua orientação sexual – como é o caso das mulheres lésbicas. Ou seja, são estas últimas que mais sofrem com as violações dos direitos humanos, tais como constam da Declaração Universal de Direitos Humanos e as convenções e acordos (civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais)¹³. Consequentemente, elas convivem com os piores problemas de moradia na RMR, para citar o contexto no qual estamos inseridas. A título de ilustração do que anunciamos, apresentamos a seguir dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –

¹³ Como exemplo o Pacto internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais, que pode ser conferido em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm.

IBGE (Censo/2010) sobre a alfabetização de mulheres na RMR, onde se revela a disparidade no que se refere à alfabetização de mulheres negras.

Tabela 1: População residente alfabetizada (%) – Mulheres RMR (por cor ou raça).

MUNICÍPIO	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Camaragibe	62.490	22.457	4.874	821	4.242	96
%		36%	8%	1%	5%	0%
J. Guararapes	283.914	107.804	20.352	3.550	51.483	725
%		38%	7%	1%	3%	0%
Olinda	174.771	66.779	15.070	2.433	0.000	489
%		38%	9%	1%	1%	0%
Paulista	137.909	54.146	12.361	2.260	8.735	407
%		39%	9%	2%	0%	0%
Recife	713.515	310.727	53.709	7.778	39.462	1.839
%		44%	8%	1%	8%	0%
S. L. da Mata	41.168	14.206	3.230	446	3.227	59
%		5%	%	1%	6%	0%

Fonte: IBGE/ Censo 2010¹⁴.

Na classificação utilizada pelo IBGE, as “pretas” representavam 8% enquanto as “brancas” 44% dentre as mulheres alfabetizadas, na cidade do Recife. A mesma disparidade pode ser observada na tabela acima em outros municípios da RMR. Ao longo desse estudo apresentamos algumas informações constantes da base de dados oficiais, por acreditar que pensar em direitos humanos e na formação de mulheres requer nos apropriarmos da realidade plural de suas/nossas vidas, que são sinalizadas nesses registros.

Caminhando para finalizar este momento de explicitação quanto a nossa compreensão dos direitos humanos em relação às mulheres, ratificamos que consideramos direitos humanos como sendo um processo contínuo que se afirma em função de relações que se estabelecem e ações políticas de movimentos sociais diversos. E, sua efetivação, possível

¹⁴ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/uf.php?coduf=26&search=pernambuco>.

mediante articulação entre políticas culturais de reconhecimento e políticas de distribuição de bens e serviços, como ressaltado anteriormente.

3 TRILHAS PERCORRIDAS: o diálogo com a história

Na busca por referência sobre a Linha da Vida junto a educadoras de diversas gerações e instituições, constatamos que pouca informação havia sido sistematizada, mas foi indicada a publicação “Como Trabalhar com Mulheres”, organizado pelo coletivo FEMPRESS-Brasil, em 1989, como mencionado neste estudo¹⁵. Diante desse quadro, recorreremos às entrevistas com algumas educadoras que vivenciaram a experiência na Região Metropolitana do Recife tanto para compreender os sentidos dessa experiência formativa, como para a construção de um histórico dela. E daí este estudo ter como propósito ações formativas que se utilizaram da Linha da Vida, realizadas por educadoras que estiveram ou estão vinculadas a uma organização não governamental, que atuou na década de 80 com Grupos de Autoconsciência na forma de Linha da Vida.

Assim, este estudo foi conduzido junto a algumas das educadoras que integram ou integraram a equipe de educadoras do SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia. Trata-se de uma organização não governamental feminista, situada na cidade do Recife-PE, fundada em 1981, e tem histórico na realização de ações formativas com mulheres, contribuindo com a organização política de vários coletivos que integram movimentos de mulheres em diversos estados brasileiros, desde a década de 80. Seu início foi marcado por encontro entre mulheres que voltavam do exílio e contestavam o regime militar da época. Visando a emancipação das mulheres, propõe-se a contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária com justiça socioambiental. A ação do SOS Corpo fundamenta-se na ideia de que os movimentos de mulheres, como movimentos sociais organizados que lutam pela transformação social, são sujeitos políticos que provocam mudanças nas condições de vida das mulheres em geral.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que a organização da luta contra a pobreza, o racismo e a homofobia são dimensões fundamentais do feminismo da transformação social para o enfrentamento do sistema capitalista e patriarcal, produtor de desigualdades e sofrimento humano. Esse direcionamento foi assumido por essa organização e suas educadoras, e isso se evidenciou no encaminhamento dado à formação de mulheres naquele

¹⁵ A título de informação, a publicação está esgotada.

contexto, considerando a singularidade daquelas envolvidas. Dessa forma, pontuamos que a ação formativa em estudo foi realizada, com as devidas adaptações, por muitas organizações e coletivos de mulheres em diversas localidades, regiões do país e da América Latina em contextos múltiplos.

3.1 A Fenomenologia hermenêutica: metodologia e procedimentos assumidos

O estudo em questão configura-se como uma pesquisa qualitativa que está ancorada na abordagem da fenomenologia hermenêutica. Segundo Rohden (2005), a hermenêutica se apresenta enquanto ferramenta dialógica, com exigências e condições próprias de uma metodologia. A partir do pensamento de Gadamer, o mesmo autor pontua que o sujeito tem um papel ativo na produção do conhecimento e que nunca estamos partindo do zero – estando aí a crítica ao modelo científico moderno de produção de conhecimento. O diálogo hermenêutico possibilita uma interpretação do mundo que não tem autoria e, por ser participativa, conduz a uma solidariedade moral e social. Pressupõe um exercício para compreender o diferente para além da lógica cartesiana, mas sim dos sentidos.

Conforme Creswell um estudo é fenomenológico quando “descreve o significado comum para vários indivíduos das suas *experiências vividas* de um conceito ou fenômeno”. (CRESWELL, 2014, p.72). Nessa linha, o método fenomenológico se constitui em “recurso apropriado para pesquisar o mundo vivido do sujeito com a finalidade de investigar o sentido ou o significado da vivência para a pessoa em determinada situação, com o intuito de buscar a estrutura essencial ou invariante do fenômeno” (ANDRADE e HOLANDA, 2010, p. 264).

Não obstante as reconhecidas variações no que se apresenta nessa abordagem metodológica, é possível afirmar como ponto comum a essas o fato de que se orientam pela busca do significado da experiência em estudo. Essa foi a perspectiva assumida nesse estudo, que se debruçou sobre os relatos das experiências de educadoras que atuaram na formação de mulheres, sem a pretensão de explicá-las analiticamente. E, nesse sentido nossas compreensões se conectam novamente com o que é afirmado por Creswell(2014), ao considerar que, após analisar diferentes argumentos filosóficos, convergem para compreensão de que “[...] o estudo das experiências vividas das pessoas, a visão que essas experiências são

conscientes (...) e o desenvolvimento de descrições da essência dessas experiências, não explicações ou análises [...]”. (CRESWELL, 2014, p.73).

Dessa forma, e quanto ao tipo de fenomenologia, esta pesquisa se situa no âmbito da fenomenologia hermenêutica “em que descreve a pesquisa como orientada para a experiência vivida (fenomenologia) e interpretando os “textos” da vida (hermenêutica)” (CRESWELL, 2014, p. 74).

Assumindo essa perspectiva, buscou-se na escuta das colaboradoras nesse estudo e na análise das entrevistas realizadas com elas, discriminar as unidades de significado, compreendendo-as em sua articulação com as categorias centrais ao estudo anunciadas em nosso referencial teórico, ancorado nas contribuições de Hannah Arendt (2012, 2015), Françoise Collin (1996, 2006, 2008, 2010), Zygmunt Bauman (2003). Essas leituras se ancoram na abordagem assumida e nos procedimentos que perfazem as etapas do método fenomenológico, tal como propostas por Andrade & Holanda (2010), Creswell (2010, 2014), Plateau (2013), Rohden (2005), Silva (2010), Szymanski (2011).

A partir das escrituras de Hannah Arendt e Françoise Collin, buscamos aproximação com as categorias *singularidade* e *pluralidade*, assim como subsídios para compreendê-las no âmbito da problemática em questão, relacionadas ao contexto específico das mulheres e do feminismo. Em relação às contribuições de Zygmunt Bauman, temos recorrido às suas reflexões sobre os conflitos contemporâneos em torno da disputa por direitos ao reconhecimento à diferença, impulsionada pela radicalidade na perspectiva culturalista e a redução das disputas no campo das políticas de redistribuição – que amplia o distanciamento entre as pessoas e produz um tecido social fragmentado que o autor define como ‘comunidades cabides’. Tais leituras compõem mais especificamente o Capítulo 1, intitulado “Nas entrelinhas de Comunidades e Identidades”, assim como articulam as análises dos relatos das entrevistadas, que constituem o capítulo 3 deste trabalho.

Em relação ao tipo de pesquisa de campo, foram realizadas *entrevistas semiestruturadas*, com roteiro aberto para pautar as falas das entrevistadas. Como questão desencadeadora apresentamos: *O que levou você a adotar a Linha da Vida como prática formativa e como essa prática foi desenvolvida?* Essa questão objetiva abarcar aspectos relacionados a essa prática, os quais podem ainda ser resumidos nas seguintes indagações:

- *O que significa essa prática para a educadora?*
- *Para que essa prática é utilizada?*
- *Como essa experiência influenciou/ influencia sua prática enquanto educadora?*
- *Como avalia a influência dessa prática na formação das mulheres?*
- *Que relação pode-se estabelecer entre essa iniciativa e a afirmação dos direitos das mulheres?*

As entrevistas tiveram como orientação a prática reflexiva para assegurar uma boa compreensão e veracidade das respostas. Consideramos que a prática reflexiva pode

[...]auxiliar na construção de uma condição de horizontalidade e contornar algumas dificuldades [...] inerentes a uma situação de encontro face a face [...]

Reflexividade tem aqui também o sentido de refletir sobre fala de quem foi entrevistado, expressando a compreensão dela pelo entrevistador e submeter tal compreensão ao próprio entrevistado, o que é uma forma de aprimorar a fidedignidade [...] (SZYMANSKI, 2011, p. 15).

3.2 Sujeitos da pesquisa¹⁶: sobre a escolha e as personagens

Como assinalado anteriormente, foram realizadas entrevistas *semiestruturadas* com quatro (4) educadoras que vivenciaram a experiência formativa com a *Linha da Vida* com grupos de mulheres. Como *critério de inclusão* na pesquisa, definimos que as mulheres educadoras fossem, ou tivessem sido, integrantes de organização não governamental que atua com educação não formal nos anos 80, 90 e 2000 – período no qual acreditamos ter havido mudanças substanciais na ação formativa estudada. E como *critério de exclusão*, educadoras que não vivenciaram a experiência no período, pois se considera que houve importantes mudanças no cenário das práticas educativas, a semelhança da que foi pesquisada, em função da mudança de contexto sociopolítico brasileiro. Com isso, estamos demarcando cenários políticos distintos, resultados de ações distintas e que possivelmente favoreceram também ações educativas diferenciadas. Destacamos de maneira emblemática o fato de que a pesquisa acontece quando está em operação no país, pela primeira vez, uma gestão pública nacional de esquerda, que se acredita ter influenciado de modo importante as ações dos sujeitos que integram este campo político de ação educativa e que participaram desta pesquisa.

A escolha das educadoras – sujeitos da pesquisa, ocorreu em função da representação que as mesmas têm no cenário dos movimentos sociais de mulheres feministas ou não, que contribuem de modo significativo em espaços formais e informais de disputa política a nível local, regional e internacional. De outro modo, a escolha das mesmas se deu pela relação que tiveram e/ou tem com o foco deste estudo quanto pela representação que têm para muitos coletivos de mulheres.

¹⁶ Para compor este item foram analisadas entrevistas realizadas com as educadoras que vivenciaram e vivenciam a ação formativa em estudo na Região Metropolitana do Recife. Nesse sentido, anuncia-se que a pesquisa segue as orientações do Comitê de Ética e Pesquisa da UFPE, do qual obtivemos aprovação para esta pesquisa.

Pelo grau de representatividade e potência dos sujeitos desta pesquisa, assim como a disposição das mesmas para tanto, consideramos importante aqui dar voz às quatro educadoras que participaram da pesquisa. Trata-se de Carmem Silva, Dulcinéa de Oliveira Xavier, Regine Bandler (Gigi) e Silvia Camurça, as quais autorizaram a divulgação dos seus nomes como sujeitos desse estudo, sendo a apresentação seguinte construída a partir da descrição que cada uma fez de si mesma na forma de texto.

- **Carmen Silvia Maria da Silva** é militante feminista do Fórum de Mulheres de Pernambuco e da Articulação de Mulheres Brasileiras. É maranhense e está em Recife desde 2000. Atua no SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia desde 2003, principalmente como educadora popular feminista. É graduada em jornalismo e tem mestrado em Políticas Públicas pela UFMA, mestrado em História e Filosofia da Educação pela PUC-SP e doutorado em sociologia pela UFPE.
- **Dulcinéa de Oliveira Xavier** é Assistente Social formada pela Universidade Federal de Belém do Pará em 1971, com especialização em Desenvolvimento de Comunidade pela Universidade Federal de Pernambuco. Exerceu profissionalmente a função de Educadora Social durante quase 40 anos em Organizações não Governamentais. Criou metodologias educativas e programas que fomentam o exercício do Direito e a formulação de políticas públicas favorecendo segmentos sociais excluídos, a exemplo de sua atuação na Ong SOS Corpo-Gênero e Cidadania nos anos 80/90, quando participou da criação da metodologia educativa do Programa de Saúde Integral da Mulher (PAISM) favorecendo a ampliação do atendimento das mulheres pelo serviço público de saúde. De 1994 até 2010 foi Coordenadora Executiva e Captadora de Recursos do *Refazendo* apoiada pela ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS como Fellow (associada), onde também formulou as bases para o “Programa Convivendo com a Diferença”, e abraçou a luta para a implantação de uma política de Inclusão na rede de ensino público favorecendo a inserção da criança com deficiência no ensino regular em equidade com as demais crianças. Atualmente aposentada.
- **Regine Bandler**, mais conhecida na sua vida cotidiana e profissional como **Gigi**, é uma francesa nascida em 1951 na Suíça e que chega no Recife, em 1980, quatro (4) meses após a anistia política arrancada à ditadura militar depois de muita luta. Estava na época casada com exilado brasileiro pernambucano. Formada em Serviço Social, é sócia-fundadora do SOS Corpo (1981) – agora Instituto Feminista para a Democracia – onde integrou a equipe educativa durante quinze (15) anos. Em 1996, formalizou uma ação político-artística então

pontual, e fundou com outras companheiras feministas o grupo de teatro “Loucas de Pedra Lilás”, do qual se torna coordenadora geral¹⁷. Aposentada desde 2011, continua até hoje seu ativismo político na coordenação/secretaria do Comitê de Estudo da Mortalidade Materna de Pernambuco (CEEMM-PE) como representante do Fórum de Mulheres de Pernambuco

- **Silvia Maria Sampaio Camurça** é feminista, nordestina, tem 59 anos e integra a equipe do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia desde 1987. É militante do Fórum de Mulheres de Pernambuco e da Articulação de Mulheres Brasileiras. É mestra em sociologia pela UFPE.

As entrevistas foram realizadas em local reservado como forma de assegurar a devida confidencialidade da fala das educadoras. E, seguindo orientações de Creswell (2010), foram realizadas as seguintes ações a fim de proteger os direitos das educadoras entrevistadas: 1) informação clara (escrita e verbal) dos objetivos desta pesquisa; 2) Obtenção de permissão por escrito das educadoras para andamento do estudo; 3) As educadoras foram informadas de todos os critérios e das atividades da coleta de dados; 4) As transcrições literais, as interpretações e os relatórios escritos à medida que concluídos são disponibilizados para as educadoras; 5) Os direitos e interesses das educadoras serão considerados quando fizermos as escolhas com relação aos dados; 6) O anonimato das educadoras, será respeitado, de acordo com a decisão das mesmas. Em relação a este último item, informamos que as entrevistadas optaram pelo não anonimato, como já demonstrado acima.

Para realização das entrevistas solicitamos assinatura de ‘termo de adesão e de livre consentimento’ das educadoras participantes, seguindo as recomendações do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco, bem como das resoluções do Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos a qual este estudo está vinculado.

3.3 Sobre a Análise dos dados

Em sintonia com o tipo de pesquisa e com a prática reflexiva adotada para realização das entrevistas, e ainda, considerando que estamos trabalhando com a compreensão de sentidos da prática formativa para as educadoras, assumimos como referência para análise de dados a perspectiva hermenêutica que, de acordo com Szymansky (2004) citando Minayo

¹⁷ “As Loucas”, como é também chamado o grupo de teatro, organicamente ligadas ao movimento feminista autônomo local, nacional e internacional atuaram de maneira permanente até 2010, espaçando suas atividades gradativamente até abril 2016, fechando sua carreira frenética com um intercâmbio artístico com companheiras do Moçambique enfrentando cotidianamente a violência contra as mulheres.

“[...] indica um “caminho de pensamento”, orientador da comunicação contida no texto, que no caso da entrevista estará expresso na forma de comunicação escrita” (SZYMANSKY, 2004, p. 66).

Realizamos as entrevistas com questões semidirigidas, com roteiro aberto, como citado anteriormente, por considerarmos que a construção do conhecimento se dá na relação onde não se esgota as possibilidades de pergunta (em tempo oportuno e com devida maturidade) e resposta – característica da hermenêutica filosófica, que não tem como propósito conhecer para dominar, mas a liberdade e autonomia do sujeito (SZYMANSKY, 2004, p. 66).

Quanto ao caminho utilizado para a transcrição das entrevistas, houve um esforço para registrar as falas das educadoras o mais próximo possível de como se deu. Mas, como é inerente a esse tipo de atividade, há possibilidade de interferências da interpretação da pesquisadora na passagem do código de fala para o texto escrito.

Esclarecemos que trabalhamos a partir de um texto de referência, que se refere a uma segunda versão da transcrição, donde houve uma “limpeza dos vícios de linguagem e do texto grafado, segundo as normas ortográficas e de sintaxe” (SZYMANSKI, 2011), o que se considera não ter comprometimento para análise neste estudo, uma vez que este não tem como foco principal a construção da linguagem (SZYMANSKI, 2011). Então, esse texto foi nossa referência principal.

Para a mesma autora tanto a escolha dos procedimentos quanto a análise dos dados dependem da opção teórico-metodológica de quem pesquisa: “Minayo (1996) cita três grandes que orientam a análise de dados qualitativos: a análise de conteúdo, a análise de discurso e a hermenêutica” (SZYMANSKI, 2011, p. 66). Segundo Szymanski a análise de conteúdo e a de discurso desenvolveram técnicas elaboradas especificamente para o tratamento dos dados, mas não é esse o caso da hermenêutica que “por sua própria definição, indica um caminho de pensamento” (MINAYO, 1996, p. 220) orientador para a compreensão da comunicação contida no texto (SZYMANSKI, 2011, p. 67) da entrevista em forma de comunicação escrita. Minayo Considera que: “Para Gadamer, a hermenêutica é a busca de compreensão de sentido que se dá na comunicação entre os seres humanos” (MINAYO, 1998, p. 220). A autora também ressalta a importância que a hermenêutica dá para as condições cotidianas da vida, situadas social e historicamente.

Mas uma questão se nos apresenta: como trabalhar com a subjetividade que perpassa na relação pesquisadora-entrevistadas de modo a garantir uma análise de dados fidedigna? Quanto a isso, salientamos que nossa análise se orientou na condição de “hermenêutica

controlada”, baseada na dedução: a inferência. “Trata-se de uma prática que auxilia o pesquisador a superar intuições ou impressões precipitadas e possibilita a desocultação de significados invisíveis à primeira vista. (SZYMANSKI, 2011, p. 66). Adiante, referindo-se a Bardin, a autora complementa afirmando “que é na prática que se definem os procedimentos de análise”. (SZYMANSKI, 2011, p.68). E foi desse modo, que também se procedeu neste trabalho.

Considerando as contribuições dessas autoras e autores como abordagem teórico-metodológica, procedemos à análise dos dados obtidos nas entrevistas e organizados em quadros para realizar a escuta, análise, compreensão e apreensão de sentidos. Esses encaminhamentos em relação à análise são considerados importantes e cautelosos, para não incorrerem no erro de mera descrição dos dados obtidos, mas ao contrário utilizarmos com a devida propriedade as proposições que caracterizam a metodologia assumida, significativamente detalhadas por Szymanski(2011), procedimentos a partir dos quais orientamos a análise.

Anunciada nossa forma de compreensão de análise dos conteúdos das entrevistas, apresentamos adiante o percurso realizado. Ele se constitui dos procedimentos usuais para realizar as entrevistas: identificação dos sujeitos da pesquisa, elaboração de questionário aberto – e o respectivo ‘teste piloto’, agendamento e realização das entrevistas, seguidas da transcrição das mesmas.

No processo de análise também se observou as orientações para esse procedimento, tendo se iniciado após a escuta repetida das falas, dessa vez acompanhando o texto transcrito, destacamos os trechos recorrentes nas falas e transferimos para um ‘quadro analítico’ os conteúdos de cada entrevistada, conforme recomenda Szymanski (2011). Em seguida foram destacadas as categorias em cada entrevista e a organização delas em unidades de significação/sentido. A identificação se deu em função de sua relação com o propósito deste estudo, mas também em função da dimensão/ importância que ocupou ao longo da entrevista, e ainda, em função da recorrência da categoria ao longo da entrevista.

Em suma, a elaboração de um quadro, apresentado abaixo, composto de três colunas donde consta: relatos/ depoimentos/ falas; categorias/ unidades de sentido; explicitação de significados. Ao final obtivemos quatro quadros, sendo um para cada entrevista, e mais um quadro geral no qual se articulam os posicionamentos das entrevistadas. Estes foram colocados em diálogo na busca do que era recorrência, semelhanças e diferenças.

Pontuando o que se precisa para cumprimento dos objetivos propostos, após a análise dos quadros, surgiram categorias recorrentes, mas também únicas que muito revelaram a

respeito do objeto de estudo. São elas: Identidade/ eu coletivo comum, experiência, singularidade/ pluralidade, educação popular, metodologia/ recurso didático, pensar, direitos humanos/ justiça, liberdade, produção de conhecimento, sexualidade, autoformação, limites/ desafios, solidariedade, educação formal, feminismo, formação integral, memória.

Estas categorias foram articuladas para compor unidades de sentidos que são: Uma História da Linha da Vida nos relatos das educadoras; A identidade do sujeito-mulher; Educação popular e formação política; Linha da Vida enquanto formação integral; Singularidade, pluralidade e direitos humanos das mulheres; Uma práxis do conhecimento; Linha da vida enquanto autoformação; Linha da Vida e seus desafios. Essas unidades de significação se constituem nas temáticas que compõem parte do capítulo 3 desta dissertação, intitulado: *Linha da Vida em Ações Formativas com as mulheres: entre pluralidade e singularidade*.

A escolha destas categorias e unidades de sentido em detrimento de outras se deu principalmente por elas serem uma representação importante de uma “abordagem global” da leitura dos dados realizada, própria à metodologia fenomenológica, tal como anuncia Giorgi (2008), que permite perceber o que possa ser articulado sem comprometer os sentidos que emergiram das mesmas.

QUADRO ANALÍTICO DE ENTREVISTAS

Relatos/ Depoimentos	Explicitação de Significados	Categorias/ Unidades de sentidos
[...]você fazia uma elaboração sobre você mesma, se apresentando às outras e expressando isso de forma oral, mas também de forma estética, com a massa de modelar. E aí dava pra fazer uma grande discussão se afinal a gente era mulher, se era pessoa. [...] E o que é que a gente era? “Uma pessoa que é mulher!” [...] dava um debate sobre o ‘eu’ e a construção do ‘eu’ de cada uma interessante. E a Linha da Vida dava continuidade a essa construção de eu. Então era uma releitura de como meu ‘eu’ se construiu no mundo, mas uma leitura na perspectiva do feminismo. [...]“Eu descobri que eu era mulher nesse negócio...num sabia que era mulher, não! Eu descobri que era mulher nessa oficina. Eu não	- Identidade – ser-mulher/ser-pessoa? - Uma construção do ser-mulher - Torna-se mulher / reconhecer-se como mulher - A LV parece possibilitar o ‘diálogo primordial’ através do qual cada participante entra em contato consigo para descobrir ‘quem sou’, como seu ‘eu’ se constitui	A Identidade do sujeito-mulher

sabia. [...]Até então eu achava que era uma pessoa [...].mas eu não tinha a percepção da história da dominação da minha existência. [...]. Não tinha refletido sobre a minha experiência. Então era uma posição ideológica [...]“Eu sou mulher” e [...] eu disse: “Gente eu acabei de descobrir que sou mulher!” Eu disse no meio da oficina e todo mundo ria (risos). [...]Agora que eu to descobrindo, porque aí você vai vendo a gênese do, daquilo em você, entendeu? Que é próprio do processo de desalienação! (Silvia) [...] primeiro, eu fui sujeita de uma linha da vida... (p. 1)era como você se descobria como sujeito político mulher. E aí eu achei muito interessante... também interessante as análises que tinham como... bom, as diferenças, semelhanças, evidentes, NE (Gigi, p.3) [...] por que é que a gente se define através dessa... desse caminho de cruz: será que eu não sou inconsciente judeu ou cristã? Ou então, éhh... bom, porque a gente tem dificuldade de se ver pela alegria, tinha coisas também.(Gigi) [...] Mas mexia, mexia profundamente. Eu acho que era a maneira de ampliação da consciência identitária muito grande. (p.3) (Gigi) [...] o que tava em questão era essa vivência, era esse ser mulher, se conhecer perante outra mulher e tirar disso pra sua vida. Acho que foi uma coisa fantástica [...]. (p. 3) (Dulcinéa) Então a Linha da Vida permite que você se sinta parte de, de um conjunto de mulheres, que tá ali, que tem experiências muito semelhantes mesmo que as reações, que cada uma ao longo da sua história teve à aquela experiência seja reações muito diferentes [...]. (Carmen)	no mundo. - Como o ser “mulher” se incorporou ao ‘eu’ e como dialoga com a pluralidade de ‘ outras e outros’ que o constitui. - Proporciona o processo de desalienação de processos ideológicos e favorece o diálogo interhumano, como comenta uma das educadora em sua fala, onde pontua o contato com sua própria experiência percebendo que, como considera COLLIN(2013) que ‘[...] esse sujeito es muchos. El ser em el mundo consiste em el debate desgarrador de si mismo y del outro, residiendo la alteración em el enfrentarse com otros si mismos. ‘(COLLIN, 1995, p.40) - A experiência pessoal como referência - A descoberta da mulher como sujeito político, a partir de análises que acentuam diferenças [e], semelhanças - Um sujeito que se define pela relação com o sofrimento – “caminho de cruz”, e menos pela alegria	
--	---	--

4 LINHA DA VIDA EM AÇÕES FORMATIVAS COM MULHERES: entre pluralidade e singularidade

A invisibilidade das ações políticas das mulheres provocou historicamente o não reconhecimento público da importância de suas estratégias de organização. Dessa forma, processos formativos como a *Linha da Vida* promoveram o surgimento de muitos grupos, coletivos, fóruns e tantas outras formas de articulação e organização política, mas não ganharam visibilidade, tornando-se pouco conhecidos. Nesse cenário, é fundamental buscar compreender como as mulheres se articulam no sentido de construir estratégias e modos de organização política, e os caminhos que percorreram e percorrem para fazer acontecer seus processos formativos; indagar acerca das influências e qual a história de suas ações políticas, constituem-se em temas fundamentais a esse debate e que pretendemos abordar neste capítulo.

Para isso, tomamos como referência a análise dos dados levantados em entrevistas realizadas com educadoras e militantes do movimento feminista, acerca das ações formativas com mulheres, como estas integram o processo de construção do pensamento feminista, como se deu historicamente a produção de conhecimento sobre as mulheres por elas mesmas e como a Linha da Vida se situa nesse cenário. De outro modo, pretende-se apresentar aspectos sobre ação formativa e organização política das mulheres na Região Metropolitana do Recife, as estratégias utilizadas por elas, no sentido das práticas de auto-cuidado (ex.: auto-exame para conhecimento do corpo); grupos de reflexão; Linha da Vida e sua presença nos grupos de autoconsciência.

Considerando esse direcionamento, dividimos o capítulo em três tópicos, os quais abordam, primeiramente os elementos de síntese que resultam das unidades de significação, expressos no item *Que sentidos?* Essa elaboração é seguida das reflexões sobre a tarefa de caminhar *entre* singularidades e comunidades plurais, que se evidencia nessa leitura, sob o título *Formando Singularidades em Comunidades Plurais* e, por fim, com o título *A Linha da Vida no enfrentamento das desigualdades*, busca-se refletir sobre como a ação formativa pode contribuir para uma reflexão sobre as desigualdades.

4.1 Que sentidos?

Realizadas as entrevistas, a intenção foi analisar o conteúdo das falas para compreender os significados e sentidos produzidos pela experiência. O resultado dessa análise compõe parte da elaboração do como pode ser visto neste capítulo. Aqui apresentamos as

compreensões a partir dos conteúdos das entrevistas no intuito de informar o modo como foram trabalhados os conteúdos acessados em relação às categorias citadas e elencadas e aos referenciais utilizados. De antemão, importa anunciar que as categorias e unidades de sentido elencados decorrem do referencial teórico assumido, das entrevistas e /ou por estarem em sintonia com o tema deste estudo.

A descrição e análise das experiências relatadas pelas educadoras entrevistadas são reveladoras dos sentidos da ação formativa *Linha da Vida*, especialmente considerando as vivências da metodologia na Região Metropolitana do Recife. Esses relatos que evocam momentos significativos na experiência de vida de cada uma dessas mulheres – Carmem, Dulcinéa, Gigi e Sílvia. Há em cada fala uma riqueza de conteúdo que ultrapassa sobremaneira os intentos desse estudo.

Nessa perspectiva, aqui se pontua alguns dos aspectos relacionados aos objetivos propostos na pesquisa e que, em nossa perspectiva, se anunciam na análise das entrevistas através de algumas unidades de sentidos elencadas e constantes do texto das transcrições. Com efeito, importa considerar que para além dessas unidades outras surgiram a partir das compreensões que foram aparecendo quando do processo de leitura, releitura e escuta que constitui a análise das falas, dos conteúdos.

Dessa forma, podemos apontar com temáticas significativas que articulam as falas das entrevistas, a referência a própria *história da Linha da Vida*, como ela se constitui e sua trajetória; a questão da *identidade do sujeito-mulher*, apontada como possibilidade nessa experiência; o vínculo com os princípios da *Educação Popular e a Formação Política*; a compreensão de que a Linha da Vida constitui-se numa *Experiência de Formação Integral*; a perspectiva de que agrega os conceitos de *Singularidade, Pluralidade e Direitos Humanos*; *Uma Práxis do conhecimento*; *Linha da vida enquanto autoformação*; *Linha da Vida e seus desafios*. Considerando esses agrupamentos apresentamos abaixo essas leituras.

4.1.1 Uma história/narrativa da Linha da Vida

A experiência em estudo situa-se no âmbito das ações formativas não formais com mulheres, das organizações não governamentais, grupos, fóruns e outros coletivos que desenvolveram e desenvolvem na Região Metropolitana do Recife, importantes iniciativas, especialmente a partir da década de 80. Com o processo de redemocratização do Brasil várias dessas ações educativas foram inspiradas nas propostas de educação popular, na linha do que

era anunciado das ideias de Paulo Freire (1987, 1989, 2007)¹⁸ somadas aos métodos feministas de trabalhos com grupos de mulheres, incluindo atividades de autocuidado, tal como “autoexame ginecológico”, assumido como parte da metodologia de alguns desses grupos. Essas experiências foram desenvolvidas enquanto ação formativa numa perspectiva de reflexão política sobre o corpo e sobre as condições de vida das mulheres.

A educadora e teórica feminista Carmem Silva (2010, p. 12), demarca o papel desses grupos nesse contexto: “O feminismo mais recente no Brasil surge e se fortalece com a organização de grupos de reflexão e/ou de autoconsciência e de organizações de mulheres”. A autora aponta ainda que “a perspectiva pedagógica que se desenvolveu no Movimento Feminista apoiou-se na concepção de educação de Paulo Freire e articulou a isso ideias e dinâmicas da psicologia e reflexões oriundas da sociologia crítica e da teoria feminista” (SILVA, 2010, p. 14).

Dentre outros aspectos as ações educativas influenciadas pela visão educativa de Paulo Freire, assim como também o foi a Linha da Vida – como veremos adiante em item referente à educação popular, se pautam pela

[...] valorização da cultura popular; a participação dos educandos na formação dos objetivos e métodos de ação do programa educativo; a afirmação do caráter político da educação; a ênfase na metodologia; a proposta de partir sempre da vida dos participantes; a ligação entre aprendizagem e organização, entre reflexão e ação político-social das camadas populares; a “dialogicidade”; a relação pedagógica horizontal; as técnicas de grupalização, o estímulo à auto-estima e desinibição de todos os participantes; e o privilegiamento da organização de base (DI GIORGI apud SILVA, 2010, p. 15).

Não obstante a rica trajetória das práticas de educação popular no Brasil, é significativo a ausência ou o escasso registro dessas experiências, de forma que, para falar especificamente sobre a história dos grupos de autoconsciência e a Linha da Vida esse foi um problema que enfrentamos na investigação. Dessa forma, tivemos como suporte principal as descrições das próprias entrevistadas, assim como uma produção realizada no período relatado por elas, e que tem duas (2) entrevistadas como autoras – Dulcinéia Xavier e Sílvia Camurça. Trata-se da obra *Como Trabalhar com Mulheres*, publicada inicialmente em

¹⁸ Aqui neste trabalho compreende-se Educação Popular como um ato político comprometido com a autonomia e a libertação das pessoas e que não pode se dissociar da pedagogia. Como uma teoria que tem como referência a realidade e que se utiliza de metodologias que favoreçam a participação política das/os educandas/os para que tenham as condições necessárias à transformação social.

1988, e com segunda edição em 1989. O livro relata experiências de trabalho com mulheres e foi escrito por participantes do movimento feminista¹⁹.

Nessa publicação, as informações sobre Linha da Vida foram organizadas por Maria José Lima – militante feminista do Rio de Janeiro, que teve forte influência na difusão da experiência, especialmente no campo da saúde, assim como Dulcinéia Xavier, que na mesma publicação registrou experiência com uso de massa de modelar, no intuito de contribuir com as discussões sobre identidade – como uma introdução ao trabalho com a Linha da Vida, o que considerava como ‘oficina-mãe’. Esse aspecto é assinalado por uma das educadoras entrevistada: “[...] eu... essa metodologia, essa *linha da vida* foi integrada numa coisa que se chamou e que a Dulcinea montou, que era uma oficina-mãe [...] Sílvia entrou a partir de uma oficina-mãe, né? Ela ficou encantada com a metodologia...” (Gigi).

A educadora destaca ainda aspectos relacionados ao significado dessa experiência e sua relação com o surgimento do feminismo: “[...] tinha uma oficina-mãe[...]... não me lembro muito bem quais eram os passos, mas tinha a *linha da vida* como reflexão sobre identidade, como a gente se descobriu, e como o feminismo surgiu [...]”.

Dessa forma, é possível demarcar a influência que a Linha da Vida teve nas práticas de autocuidado realizadas através de oficinas com mulheres na década de 70 iniciadas na época, o que revela um caráter terapêutico, de viés psicanalítico da experiência.

Eu acho que a linha da vida liberava energia. Agora, não é pra todo mundo, porque uma coisa que a gente fazia também muito era o autoexame ginecológico, coletivo, que era uma prática dos anos 70 americanas, lá daquele grupo, Boston Health... Women’s Health Collectiv [...]era uma das minhas marcas da linha da vida. Toda a questão de lembrar como foi a minha linha da vida (Gigi).

A ausência de registros mais detalhados em documentos sobre a Linha da Vida nos conduziu à busca de informações a partir de histórias orais que ouvimos quando da realização das entrevistas para o presente estudo, como se pode perceber.

De acordo com Dulcinéia, outra influência que inspirou os grupos de autoconsciência no Brasil foram ações das Nações Unidas e Ministério da Saúde e, por conseguinte, a Linha da Vida. A educadora destaca essa participação dos órgãos públicos: “Vamos dizer que era o Ministério, do Ministério que começava, até por influência, de novo, dos estrangeiros, porque,

¹⁹A publicação foi organizada pelo Coletivo FEMPRESS-Brasil em 1988 e atualmente encontra-se esgotada. Destaca-se nessa produção, além da rica caracterização dessa experiência – em seu aspecto histórico, pressupostos teóricos, finalidades a que se propõe e princípios que orientam a proposta, um significativo *roteiro* orientador para ações com Grupos de Autoconsciência (cf. p. 46-69), que pode ser conferido em nosso Anexo.

vamos dizer assim, com a Organização Pan-americana de Saúde, com a Organização Mundial de Direitos Humanos” (Dulcinéa).

É interessante reconhecer o caráter supranacional dessa experiência, uma vez que as educadoras passam a ter contato com a *Linha da Vida* a partir de eventos ocorridos fora do Brasil, como destaca Dulcinéa, ao assinalar que o primeiro contato dela com a Linha da Vida se deu na Colômbia, nos anos 80, em um dos seminários latino-americanos de mulheres feministas, quando ela vivenciou pela primeira vez experiência com grupo de autoconsciência, donde se inspirou para realizar a primeira oficina de Linha da Vida com grupo de mulheres que viria, parcial e futuramente se formar como grupo de trabalho através do SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia. Este teve início em 1981.

Esse evento internacional envolveu mulheres representando outros estados que também estavam presentes, revelando que não foi uma experiência local, mas que assumiu proporções nacional, como destaca a educadora: “[...] foi simultâneo, porque tudo desencadeou nesse seminário da Colômbia, tenho certeza. Aí foram muitos representantes de vários estados do Brasil” (Dulcinéa).

Um dos registros significativos dessa história, é o fato do abandono da experiência, vista com pesar por uma das educadoras, que teceu considerações significativas sobre a história da Linha da Vida desde sua origem até os dias atuais, apontando o que avalia serem os motivos da metodologia ter sido ‘abandonada’ na década de 90, relacionando ao quadro do próprio movimento de mulheres nesse contexto. Vejamos como Carmem Silva tece essas considerações:

Eu acho que grupos de autoconsciência que utilizam a mesma metodologia da Linha da Vida ou outras metodologias assim durante a década de 90 no movimento feminista, elas foram muito abandonadas. Eu acho que é uma coisa que foi posta nas décadas de 70, 80 até meados de 80 e depois ela foi muito abandonada. Eu acho que a década de 90 é uma década muito difícil, para o movimento feminista. Em termos de movimento. É uma década de crescimento de muitas ONGS e muitos projetos sociais, com mulheres, mas de pouca movimentação.

[...]

Ai, eu acho, que foi muito abandonado. E eu, eu acho...Quando eu entrei no movimento feminista...Que foi 2003 - 2004.. Eu via muito trabalho educativo, com metodologias participativas, mas não era Linha da Vida nem era grupo de Autoconsciência, no sentido clássico do que foi a Linha da Vida. No sentido de que ela articula o sentir, pensar e agir (Carmem).

A fala acima revela as mudanças que foram se dando ao longo da linha do tempo da Linha da Vida, refletindo os tipos de preocupações que predominavam nas organizações e no

contexto sócio-político da época. De um enfoque mais terapêutico, de viés psicanalítico – mesmo nesse estando conectadas as questões singulares com contextos sócio-políticos, às análises abrangentes, de perspectivas conjunturais, as ações formativas, inclusive as que se apresentavam como Linha da Vida, foram tomando uma feição mais jurídica na luta por direitos. Daí a fala acima se referir ao ‘abandono’ sofrido pela a Linha da Vida.

Quanto a essa trajetória da *Linha da Vida*, podemos acompanhar no trabalho de Lima (1989) algumas influências na origem dos grupos de autoconsciência, e por conseguinte a Linha da Vida, relacionadas a pessoas ou obras disponíveis na época. A autora destaca as seguintes contribuições:

- Clara Cória, da Argentina, com discussões sobre o *omitido*, pondo em evidência a discriminação;
- Elena GianiniBellotti, Educar para a submissão Petrópolis: Vozes, 1983. Esta obra foi citada na Semana de Pesquisas sobre papel da mulher brasileira, em 1975, pelo conferencista Celso Furtado. A obra contém informações utilizadas para dinamizar os grupos de autoconsciência europeu;
- Gilda Grilo, recém chegada de Nova Iorque onde encenou a peça teatral “O Parto”, baseada no livro “Novas Cartas Portuguesas”;
- Kathie Sarachild. Americana que traduziu texto (produzido pelo próprio grupo) – “Conscientização: uma arma radical (Nova York, 1973). O texto serviu para consolidar os métodos e premissas que deram suporte ao processo de conscientização de mulheres no Rio de Janeiro (cf. LIMA, 1989, p. 36ss).

Detalhando essa trajetória, Lima acrescenta:

Feministas americanas como Roxanne Dunbar, acompanharam a técnica dos grupos de reflexão de mulheres originários dos revolucionários chineses com a participação de pessoas dos povoados, para fazê-las descobrir que suas opressões eram comuns e que através de seu conhecimento despertá-las-iam para consciência política (LIMA, 1989, p.36).

4.1.2 A identidade do sujeito-mulher

Aí eu vi na linha da vida que tinha uma coerência, um processo, né, muito forte do desejo meu de estar num grupo de mulheres, trabalhando as questões da saúde das mulheres, do corpo, da sexualidade, de todas essas questões, da rebeldia, do patriarcado [...]

[...] a história da linha da vida era pra tocar as emoções, era fazer também aquela ligação do intelecto com o coração[...] (Gigi).

O trecho destacado acima constitui-se numa síntese importante e representativa da compreensão acerca da *Linha da Vida* por ilustrar bem as falas de outras educadoras, donde faz compreender que a luta política não se restringe a aspectos cognitivos, mas também envolve sensibilidade e emoção. A luta política não pode prescindir da conexão com o coração.

Observamos que ao comentar sobre o intuito em trabalhar com a Linha da Vida, as educadoras apresentavam falas que sugerem compreender que a vivência possibilita o “diálogo primordial” através do qual cada participante entra em contato consigo para descobrir ‘quem sou’, como seu ‘eu’ se constitui no mundo, como observamos no seguinte trecho:

Ela (*a Linha da Vida*) era concentrada nos fatos principais que marcaram a sua formação de pessoa, de mulher, seja lá como você se definisse. E ela era precedida por uma reflexão sobre quem sou eu. [...] num primeiro momento com massa de modelar você discutia quem você era. Quer dizer, você fazia uma elaboração sobre você mesma, se apresentando às outras e expressando isso de forma oral, mas também de forma estética [...]. E aí dava pra fazer uma grande discussão se afinal a gente era mulher, se era pessoa(Sílvia).

A afirmação ao mesmo tempo que destaca os procedimentos que constituíam a metodologia formativa, indica a finalidade da ação, no sentido de que ela levasse a compreensão do ‘eu’. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a ação formativa Linha da Vida provoca a reflexão sobre a identidade, de como o ser mulher se incorporou ao ‘eu’ e como dialoga com a pluralidade de ‘outras e outros’ que o constitui:

Porque algumas de nós colocava: eu sou uma pessoa; outras de nós já ia direto: eu sou uma mulher que assim, que assado... Isso chamava atenção, de algumas que se viam como mulher e outras como pessoa. E o que é que a gente era? “Uma pessoa que é mulher!” E dava um debate sobre o ‘eu’ e a construção do ‘eu’ de cada uma interessante. E a Linha da Vida dava continuidade a essa construção de ‘eu’. Então era uma releitura de como meu ‘eu’ se construiu no mundo, mas uma leitura na perspectiva do feminismo (Sílvia).

Em trecho da fala de outra entrevistada, pode-se compreender o processo vivenciado por essas mulheres, que inclui as educadoras que coordenavam essas experiências, como podemos observar no relato seguinte:

[...] primeiro, eu fui sujeita de uma linha da vida [...] era como você se descobria como sujeito político mulher. E aí eu achei muito interessante... também interessante as análises que tinham como... bom, as diferenças, semelhanças, evidentes[...] por que é que a gente se define através dessa... desse caminho de cruz: será que eu não sou inconsciente judeu ou cristão? [...] Eu acho que era a maneira de ampliação da consciência identitária muito grande (Gigi).

Aqui nos arriscamos em anunciar que a ação formativa parece se configurar como uma via para reflexão sobre a radicalidade crítica contemporânea, em torno da questão do sujeito ao fazer apologia à diferença e enaltecer o feminino, o que pode induzir a uma postura ideológica essencialista. De outro modo, ao se contrapor radicalmente ao pensamento moderno (a ‘pureza do sujeito’), o pós-modernismo parece se aprisionar no pensamento dual (binário) e apenas substituir os ‘atores’ do cenário de disputa pela dominação entre as pessoas (cf. COLLIN, 1995).

Ainda sobre isso, uma das falas pontua o modo como aborda a questão do sujeito na ação formativa ao possibilitar a “troca das lentes” de modo que se reflita sobre o ser mulher, a percepção de como se deu a constituição do ser como hoje se apresenta, de como chegou a “isso”, atentando para que a auto-percepção não seja vinculada à ideia de ‘só vítima ou só sujeito’: “[...]Não botar mulher só como vítima nem só como sujeito, mas tentar pegar todas as dinâmicas da construção de nós mesmas e depois falar [...] e perguntar: como é que esse ‘eu’ chegou a ser isso? O que é que marcou na construção desse ‘eu’. Desse ‘eu’ mais profundo que acompanha a gente e tal” (Sílvia).

A questão nos remete às contribuições de Françoise Collin (1995), como suporte a essa compreensão. Considerando a afirmação da autora: “La desaparición de la dominación no es la desaparición del sujeto: el ego persiste en la sociedad de los iguales y el egoísmo no es sino una modalidad, una deriva, de una egoicidad – um “cuidado de si” – que no puede obviarse. El tú y el nos otros se articulan con el yo, del que no pueden prescindir” (COLLIN, 2006, p. 40)²⁰.

Em nossa visão, se afirma a importância atribuída à compreensão analítica da história ao se referir a “gênesis”, por meio do que a ação formativa proporciona o processo de “desalienação” de processos ideológicos e favorece o diálogo inter-humano- como comenta

²⁰ O desaparecimento da dominação não é o desaparecimento do sujeito: o ego persiste na sociedade dos iguais e o egoísmo não é senão uma modalidade, uma deriva, de uma egoicidad – um <<cuidado de si>> – que não se pode evitar. O tu e o nós outros se articulam com o eu, do que não pode prescindir” (COLLIN, 2006, p. 40, tradução nossa).

uma das educadoras, onde pontua o contato, o encontro com sua própria experiência percebendo a necessidade de abandonar-se (de seu eu) para encontrar-se através das outras - para ‘fazer-se’, como assinala Collin (2006, p. 40): “esse sujeito es muchos. El ser em el mundo consiste em el debate desgarrador de si mismo y del outro, residiendo la alteración en el enfrentarse com otros si mismos”²¹. Compreendemos que as afirmações seguintes, ilustram as afirmações acima, anunciando a importância da Linha da Vida para se situarem em suas identidades, para além de posicionamento ideológicos de classe ou partidário.

[...]Eu descobri que eu era mulher nesse negócio...num sabia que era mulher, não! Eu descobri que era mulher nessa oficina.[...]
Até então eu achava que era uma pessoa, uma jovem militante de esquerda lutando contra o machismo, contra tudo, mas eu não tinha a percepção da história da dominação da minha existência.
[...] Não tinha refletido sobre a minha experiência. Então era uma posição ideológica, assim como eu posso ser a favor dos metalúrgicos sem ser metalúrgico. Não é preciso perguntar de minha identidade. Lutava contra o machismo que oprimia as mulheres, mas sem refletir onde o machismo operou em mim (Silvia).

Outro fator que é possível perceber no relato que segue é a sutileza com a qual a Linha da Vida possibilita acessar conteúdos identitários. Isso se revela na surpresa que se pode conferir na fala da entrevistada, quando se percebeu ‘mulher’:

Então quando eu pude refletir onde o machismo operou em mim, é que eu disse: “Eu sou mulher” e [...] eu disse: “Gente eu acabei de descobrir que sou mulher!” Eu disse no meio da oficina e todo mundo ria. Mas gente é porque até então, eu não tinha me percebido como mulher, oprimida, explorada! Lamento! Eu sou jovem, estudante, livre, leve e solta, como é que eu podia imaginar que eu era uma mulher oprimida? Agora que eu estou descobrindo, porque aí você vai vendo a gênese daquilo em você, entendeu? Que é próprio do processo de desalienação (Sílvia)!

A experiência aqui descrita revela o movimento de autoconhecimento das próprias educadoras, e não só daquelas mulheres que elas acompanhavam nos momentos formativos com a *Linha da Vida*. É assim que compreendemos a carga emocional que a experiência de retomar esses relatos, possível de ser observadas em alguns momentos das entrevistas. Possivelmente a emoção ao falarem de sua própria experiência ao vivenciar a Linha da Vida. A experiência da educadora se encontrando com as experiências das outras mulheres

²¹ Esse sujeito é muitos. O ser no mundo consiste no debate comovente de si mesmo e do outro, residindo a alteração no enfrentar-se com outros si mesmos” (tradução nossa).

possibilitou identificar a opressão como elemento comum em suas experiências como expõem:

Então agente discutia quais os elementos comuns vividos nos anos 80, nos anos 90 e assim ia. Então foi essa experiência que me fez perceber a importância, na prática, de partir da experiência, refletir sobre a experiência e encontrar nas experiências dos outros e, nas experiências comuns, os elementos comuns da opressão das mulheres. Então achei muito poderosa e a partir daí comecei a usar como recurso didático de reflexão em muitos cursos e oficinas (Sílvia).

Ela é um caminho metodológico, que permite para as educandas vivenciarem uma reflexão, que associa sua vida individual às memórias que elas tem, sobre as suas experiências, com as memórias e reflexões que as outras tem (Carmen).

Ao relatar como ocorreu uma das vivências da Linha da Vida com profissionais de saúde, Dulcinéia faz uma avaliação interessante que revela o momento em que as profissionais se encontram com o ‘ser mulher’ das mulheres que atendiam, o que chamou de “Beija Maria” como uma inversão da lógica de indiferença para a da culpa e da problematização da relação sujeito x objeto:

[...] elas passavam no primeiro momento, dado o impacto no trabalho, elas passavam pelo que eu chamava de ‘beija Maria’. Elas não viam... primeiro elas não viam a Maria, e, também como ela, tá entendendo, tem desejos, tem... sabe? É uma pessoa, não é uma doente, depois elas passavam a beijar a Maria [...]É, que ela talvez nunca tinha se dado conta, que essa mulher não é uma mulher pobre, é uma mulher, não é, como ela, tem todas essas coisas (Dulcinéia).

Percebemos que a Linha da Vida tem como um de seus propósitos favorecer um processo de formação política através da visibilidade das experiências comuns das mulheres que vão se situando enquanto grupos identitários, o que é fundamental para formação de grupos políticos que se constituem enquanto coletivos, diferente das ‘comunidades cabides’, já anunciadas por Bauman (2003), que se formam e se diluem de modo rápido e fluido.

4.1.3 Educação popular e formação política

A Linha da Vida se apresenta como ato educativo que se ocupa com a dimensão política e se sintoniza com elementos da educação popular. Como veremos, a perspectiva de educação popular freireana ocupa lugar importante nas falas registradas. Afinal, de acordo

com Silva (2010), a educação feminista alimenta-se dos princípios pedagógicos fundantes da educação popular freireana dentre os quais se destaca a dialogicidade.

Porém, ao abordar este tema, pontua-se sobre os limites de algumas correntes do movimento feminista ao vivenciarem a prática da Linha da Vida enquanto ação político-formativa, o que situa como estando relacionado ao modo como são utilizados os referenciais teóricos por quem se encontra na função de educador/a:

O limite que eu vejo na Linha da Vida, na prática geral, é que uma parte da prática do feminismo não está ancorada na discussão da educação popular, então, como em outros movimentos, algumas formas de fazer a discussão se automatizam da prática pedagógica e aí ela vira um fazer estéril. Por exemplo, eu já acompanhei Linhas da Vida sendo feitas sem nenhuma mediação. As pessoas narram as histórias e as histórias terminam por si mesmas. Não há uma mediação de puxar fios ao longo das conversas e não há um momento de síntese (Sílvia).

Sobre a importância da educação popular e como esta se relaciona com a Linha da Vida, Dulcinéia comenta: “[...]eu passei pelo curso de Paulo Freire, eu estudei muito essas questões, eu fui a muitos seminários desses de formação, de educação popular[...] a gente tinha vários elementos, não era só a questão da educação popular, mas essa coisa de uma visão integral do ser humano e da sua relação com a história”.

Também nesse sentido remete à necessidade de compreensão dos processos do pensar enquanto uma ação política. E, nesse sentido se ratifica a utilização de elementos da educação popular como referencial teórico para ação formativa.

Eu já mexia com educação popular, portanto eu tinha uma boa base pra identificar, boas dinâmicas que ajudam as pessoas a pensarem juntas. Então a linha da vida promove uma leitura individual da sua própria vida e uma partilha que permite a todo mundo identificar os pontos comuns. [...]Eu acho que a educação popular me ensinou que a gente precisa compreender como as pessoas pensam e raciocinam, como aprendem como refletem pra poder mediar uma discussão (Sílvia).

Como anunciado, neste estudo acolhemos o sentido do “pensar” enquanto uma ação política dialógica plural, inerente ao ser humano, ou ainda, enquanto ato que se materializa no diálogo consigo e na representação desta na “relação com”, onde se pode localizar a compreensão de singularidade e pluralidade. Compreende-se que esse sentido se revela de modo distinto quando uma das educadoras fala sobre a necessidade da identificação do “eu coletivo comum” como caminho para uma ação política coletiva, como segue.

[...] Então agente fazia a linha da vida nessa direção assim: de pensar que tem algo que nos torna comum a todas nesse grupo e ajudar esse grupo a ter mais unidade de propósitos em relação a resistir e a lutar contra a opressão e a exploração em que vivem.

[...] tomar consciência de um ‘eu’ coletivo comum. Então, se eu ia fazer trabalho com as mulheres rurais e eu percebia que o grupo ainda não se percebia como um grupo que sofria junto das mesmas penas, então eu usava a Linha da Vida porque ajudava as mulheres rurais a partilharem, novamente, só que agora de forma organizada e pensada, as situações que viviam como mulher ao longo da infância, da juventude, da puberdade, da vida adulta (Silvia).

Em momentos distintos das falas das entrevistadas, fica evidente que a Linha da Vida tem como propósito a organização coletiva das mulheres. Através desses encontros, as mulheres encontram unidade de propósito – que é o resistir à opressão e exploração. E, com isso mais uma vez se afirma o sentido político formativo da ação em estudo.

Ela é um caminho metodológico, que permite para as educandas vivenciarem uma reflexão, que associa sua vida individual às suas memórias que elas tem, sobre as suas experiências, com as memórias e reflexões que as outras tem [...] Você não faz a Linha da Vida, para analisar a vida de uma mulher e nem para que ela mesmo se analise, mas para que ela se sinta parte de um grupo social mulheres, que tem experiências em comum. Às vezes formas diferentes de reagir, diante de uma mesma experiência, mas que aquilo gera uma identificação com as outras mulheres (Carmen).

Importa pontuar a mudança na forma de atuação das educadoras, a partir dessa experiência, no que se refere ao modo de atuação antes e depois de vivenciar a Linha da Vida. Indicando uma forma diferente de fazer política, de articular o pensar, o agir e o sentir, e, com isso, sugerindo ser uma formação política que opera de modo singular, genuíno.

Eu venho de uma formação política muito cerebral, vamos dizer assim, Na minha formação eu acho que ela foi importante, porque eu, originalmente venho [...] de uma formação política muito baseada, na racionalidade., [...] Começava-se a discutir o que se chamava ODV. Que era Outras Dimensões da Vida. [...]

Então, se você precisa discutir outras dimensões da vida, é porque a vida tá numa dimensão só, não é?

Então a Linha da Vida me ajudou a articular formação... à capacidade de pensar, com a formação ligada a capacidade de sentir (Carmen).

A Linha da Vida parece favorecer uma ação educativa potente que integra várias dimensões da vida, para além da racionalidade, associa a capacidade de pensar à capacidade de sentir. Ou seja, não se restringe a uma formação técnica ou mesmo ‘conteudista’. Sugere a

necessidade de um contato das pessoas consigo mesmas e com outras pessoas que transcende a mera difusão de conteúdos, daí sua sintonia com a educação popular.

Ainda, sobre formação política, a Linha da Vida parece contribuir tanto ao nível de cada pessoa, singular, quanto ao nível coletivo, donde brotam ações coletivas que por vezes incidiram no cenário público em forma de denúncias, planos, programas e/ou políticas públicas. Os grupos de autorreflexão e a Linha da Vida possibilitam um maior engajamento político por estar perpassado pelo tempo político, ou seja, pelo contexto político de cada época, e também pelo sentir, pensar e agir, pelo viés emotivo que surge quando das vivências em contato com memórias individuais e coletivas. Importa conferir este sentido político da Linha da Vida na fala de uma das educadoras, Gigi: “[...] o que também eu fiquei muito, assim, encantada, era que tinha também o tempo político. Como que o tempo político influenciava os nossos processos.[...] tinha toda a questão da participação política e das estratégias políticas”.

4.1.4 Experiência de formação integral

Uma das características do trabalho com a metodologia da Linha da Vida é a utilização de muitos materiais expressivos para favorecer e acolher as narrativas das mulheres, já que muitos momentos são marcados por relatos muito emotivos e/ou até mesmo pelo silêncio. Desse modo, os materiais expressivos facilitam para mulheres o contar suas histórias das mais diversas formas, e não só, através da linguagem falada - que solicita uma organização das informações, onde por vezes os conteúdos a serem relatados tinham uma expressão que extrapola a ‘organização discursiva’.

Compreendemos que a multiplicidade de linguagens possíveis, tais como a fala, o teatro, modelagem e outras, utilizadas nas vivências da Linha da Vida revela uma necessidade de compreensão das narrativas e também de estímulo para que as mulheres expressassem o que transcende a cognição, permitindo que os diferentes aspectos do humano pudessem se manifestar de forma mais ampla, permitindo uma interpretação de si e do mundo para além de dicotomias. Apesar de também favorecer um olhar mais amplo das pessoas e de suas histórias, a educação popular – que tem como foco a alfabetização, não era suficiente para realização da metodologia da Linha da Vida, como se pode conferir na fala de Dulcinéia e de Carmen:

[...] não era só a questão da educação popular, mas essa coisa de uma visão integral do ser humano e da sua relação com a história[...]se buscou outro

tipo de linguagem, principalmente a linguagem do teatro, a linguagem do desenho, da modelagem, de tudo quanto era coisa [...] massa de modelagem.(Dulcinéa)

[...] quando eu falo educação integral, eu tô pensando em processos educativos, que incorpore o sentir, pensar e o agir. Quer dizer, que tem...incorpore racionalidade, corporeidade, criticidade e criatividade, né? É visão do micro e visão do macro; local e o global (Carmen).

Ainda nos referindo à formação integral, compreendemos que o autoexame ginecológico coletivo, que era uma das etapas da metodologia da Linha da Vida que consistia no uso de espelho para as mulheres verem o cólon do útero, conhecerem seus corpos, era uma das estratégias, formas de expressão que se apresenta como um importante e potente momento da vivência da Linha da Vida, sendo considerado muito impactante para algumas mulheres por possibilitar uma mudança de perspectiva sobre si mesma e sobre a leitura que se tem da sociedade sobre os corpos das mulheres, como relatou Gigi:

E descobri de repente. Ah, mas... mas... não sei, ninguém me falou que eu tinha uma xoxota, não sei que, que era assim, não sei que... boba! Eu era boba! Quando eu deixei de ser boba? Foi naquele livro²², entendeu? E depois foi eu entrar no ambulatório das mulheres, ver o meu cólon do útero...
[...] descobri que havia um pano em nome de silêncio sobre o meu corpo, meu, mas do resto da sociedade também.

A intensidade com a qual era vivida a experiência possibilitava deslocamentos, desconstruções importantes para as mulheres. De outro modo, a vivência possibilita a problematização de dicotomias como a separação mente-corpo que se apresenta como um dos limites à compreensão do ser humano em sua inteireza e como tema importante para a história do feminismo.

4.1.5 Singularidade, pluralidade e os direitos humanos das mulheres

Quanto à forma como a singularidade e a pluralidade é considerada, observamos que a Linha da Vida possibilita a percepção da singularidade e subjetividades em histórias vividas em épocas distintas (pessoas de idades distintas) e contextos distintos. De outro modo, favorece perceber a pluralidade sem anular as histórias singulares. A relação, o encontro entre as mulheres possibilita a articulação entre o ‘tu e o nós sem anular o ego’, permite a percepção de “dores comuns” em histórias distintas e o brotar da solidariedade.

²² Livro: Nosso corpo nos pertence - utilizado por feministas na década de 70.

Então, a linha da vida é um dos instrumentos pra fazer isso, que é muito legal. Ele cria uma intimidade e uma solidariedade, uma sororidade que é importante para que a luta política, ela seja da emoção... ela junta coração... (Gigi)

Acima de tudo acho que a Linha da Vida abre a possibilidade de solidariedade entre as mulheres, porque agente compreende a dor comum. Mesmo cada dor sendo singular, cada estória sendo uma estória, mas tendo uma boa facilitação você pode pensar os elementos comuns das diferentes histórias. O problema com as mulheres profissionais de saúde, mulheres profissionais de creche, trabalhadoras rurais, mulheres de bairros de periferia urbana e todas, de forma geral [...] (Sílvia).

Compreendemos que assim como nos debates sobre singularidade e pluralidade, se torna oportuno adentrarmos nas categorias que circundam as discussões sobre direitos humanos, que traz em si os paradoxos entre o universalismo e relativismo e questionamentos quanto às suas origens. Vale pontuar que essas são questões que se distanciam da compreensão de justiça e do direito quando abordadas em ações formativas feministas como a Linha da Vida. Estes temas têm centralidade nas ações formativas com as mulheres, mas numa perspectiva dos sentidos que possam ter frente ao tema da desigualdade vivida por elas de modo singular em cada contexto. Ou seja, a pluralidade da desigualdade é diretamente proporcional à pluralidade de modos de vida das mulheres no mundo. A profundidade com a qual se discute a noção de justiça, direito, desigualdade ultrapassa as preocupações quanto aos instrumentos e mecanismos formais dos direitos humanos - que representa limite para amplitude da discussão sobre singularidade e pluralidade tal como as mulheres refletem - que sugere e solicita uma perspectiva de integralidade para compreensão do ser humano.

A relação ‘conflituosa’ das mulheres com os direitos humanos em sua formalidade, como comentamos, se revela em alguns momentos das entrevistas. Por exemplo, ao perguntarmos se poderia estabelecer alguma relação entre a ação formativa em estudo e a busca da afirmação dos direitos humanos para as mulheres, a fala de uma das entrevistadas foi objetiva:

Não! Porque a ideia dos direitos humanos das mulheres nasceu em outro âmbito: no âmbito das Nações Unidas e nas disputas internacionais. Pra mim, eu só conheço ela aí: nas conferências da ONU sobre direitos humanos, tentando colocar as mulheres como sujeitos de direitos humanos. O feminismo, do qual eu venho e atuo, não nasceu de uma luta por direitos humanos. Ele nasceu da luta das mulheres contra sua própria opressão, independentemente de ser direito humano ou ‘desumano’, ou o que for. [...] uma contestação da sociedade, da forma como ela tá organizada. Então a questão dos direitos das mulheres não se coloca (Sílvia).

Em contraponto a esta compreensão de Sílvia em relação aos direitos humanos, as demais educadoras afirmam que a disputa por direitos em âmbito local, regional e internacional teve como base de apoio as ações dos grupos de autoconsciência e dos argumentos que os encontros dos grupos foram construindo em termos de produção de conhecimento sobre as mulheres. De outro modo, a fundamentação teórica que foi subsidiando as discussões no âmbito das organizações, como as nações unidas, teve aí referência. Ao comentar sobre as possíveis relações entre a Linha da Vida e a luta por direitos humanos, Carmen considera:

Completamente! Isso foi exatamente o que fez. Quer dizer, não é nem o que contribuiu. Foi exatamente o que fez surgir. A luta das mulheres nessa fase do feminismo [...] em que se afirmou os direitos humanos das mulheres, que é basicamente nos finais das décadas de 60 – anos 70 e 80 para cá, um elemento muito forte foi exatamente os grupos de autoconsciência.

Dulcinéa também faz referência aos direitos humanos das mulheres no campo da saúde, tal como se deu à época:

[...] a Organização Pan-americana de Saúde, com a Organização Mundial de Direitos Humanos, essas coisas todas, elas sempre começam, a gente que não percebe, eles que começam primeiro, trazendo essas novidades, trazendo uma nova conceituação, e depois aquilo vai sendo passado. Aí eles começam a fazer planejamento a partir daqueles conceitos. E aí começa a ir pra turma de baixo (Dulcinéa).

Compreendemos que a educadora faz uma síntese que conecta: a ação política que surge dos grupos à produção de conhecimento e, por conseguinte a proposição e a criação de planos e políticas públicas, a exemplo dos planos e políticas de saúde para mulheres que surgem da ação política coletiva. De outro modo, as inquietações singulares acabam por se conformar coletivamente em demandas por serviços públicos específicos.

A noção de cidadania, do “direito a ter direitos” (ARENDT, 2012), está associada também à ideia de uma experiência que precisa ser vivida para ter sentido. Daí a “justiça formal” e, por conseguinte os “direitos humanos” serem problematizados em discursos feministas. Na entrevista com Sílvia é possível localizar estes embates quando a educadora fala sobre desigualdade e liberdade no seguinte trecho:

[...] se coloca a luta contra a injustiça, contra a desigualdade [...] pela liberdade. Se coloca de outra forma. Claro que na medida que as mulheres

vão se organizando, a luta por direitos se coloca porque [...] ela é muito forte na cultura política dos movimentos sociais de criar uma cultura de direitos e que as mulheres ‘têm direito a ter direitos’. Mas é sempre nessa perspectiva: muito mais filosófica do ‘direito a ter direitos’, do que o acesso a um conjunto de direitos chamados direitos humanos [...] Então, era muito mais ligado a: “Nós temos direito a ter direitos, nós temos direito a ter liberdade, nós temos direito de decidir nosso futuro, de ser dona da própria vida, de ser dona de nosso nariz [...] era muito mais uma discussão que ia puxando pra opressão, e pra autonomia como revés da opressão[...].

Compreendemos que o tripé: singularidade, pluralidade e direitos humanos se coloca como forma de não incorrer no risco da generalidade universalista que paralisa as reflexões e também da especificidade relativista que impossibilita a interação entre as mulheres. Sendo a Linha da Vida uma metodologia que favorece esse diálogo (singularidade e pluralidade) acreditamos ser uma via importante para nutrir as discussões sobre direitos humanos.

4.1.6 Uma práxis do conhecimento

Sobre o modo como se produz conhecimento sobre as mulheres, a práxis, enquanto modo de compreensão do mundo parece se confirmar como fundamento da ação formativa feminista. Ao falar da relação prática e teoria para ação educativa, novamente a importância conferida à experiência de vida vem à tona, mas, desta vez, associado ao pensamento ‘organizado’, reflexivo. Em nossa compreensão mais uma vez se situa o pensamento como uma ação política plural e, por conseguinte, deve ser coletivizado, se pretender o bem comum. Nesse sentido o trecho da entrevista de Dulcinéa confirma esta nossa compreensão, ao comentar: “Nós chamávamos, inclusive, de que era uma prática... nem chamava de prática, chama de práxis [...]” (p. 4).

Das entrevistas compreendemos que a ação formativa com as mulheres é a base empírica para o conhecimento que se produz sobre as mesmas, sobre o feminismo – ao menos no contexto no qual estamos inseridas, na Região Metropolitana do Recife. E, através de registros bibliográficos tem-se que assim também se deu na origem da produção de conhecimento que fundamentou o pensamento feminista em países como a França, Estados Unidos, América Latina, e hoje permeia diversas correntes de pensamentos sejam considerados de base científica ou não. Sobre isso, Gigi comenta: “[...] acho que, de fato, na síntese, é que o feminismo tem... a primeira prática dele é a autorreflexão. É se constituir a partir da nossa história”.

A produção de conhecimento sobre as mulheres se fundamentou em suas ações políticas e estas, por sua vez, nutrem a produção de conhecimento que inspirou e inspira outros movimentos e estudos sobre múltiplos temas, dentre os quais: masculinidade, movimento LGBT, etc. A feição de movimento, de continuidade na produção de conhecimento feminista não possibilita a ancoragem numa única perspectiva teórica e/ou empírica. Seu fundamento se constitui das relações e dos conflitos a elas inerentes que se dão de acordo com a dinâmica da vida. Ao pedir que comentasse sobre a existência de relação entre a ação formativa Linha da Vida, especificamente, e a produção de conhecimento sobre as mulheres, Sílvia comentou:

Sim, tem. [...] o debate com as mulheres é a fonte de reflexão do que se passa com as mulheres. A gente interpreta, tomando por base empírica o que a gente vê, ouve, escuta com as mulheres nas oficinas, nos cursos. É isso que a gente considera e lê até mesmo nas deficiências da cultura política [...] as deficiências de formação que estão entre as mulheres e também os saberes. Então a gente fica [...] no balanço de como a gente está lendo a organização e a presença das mulheres no mundo, que a gente diz: “Gente a gente precisa escrever alguma coisa sobre tal assunto [...]. As mulheres de tal tipo de movimento tão muito confusas sobre ‘isso’. Elas expressam essa confusão assim, assim, assim... [...] Então a tentativa de elaborar [...] é definida pra dialogar com uma questão que tá colocada num movimento [...] que agente observou em alguns grupos. Por exemplo, [...] fala muito de violência e não fala de violência sexual. A violência sexual crescendo nos dados, mas as mulheres nos cursos, nas oficinas não mencionam violência sexual [...] Então pra gente isso é um indicador que algo a gente precisa fazer pra provocar uma reflexão sobre um dado da realidade que tá passando batido do movimento. [...] então toda a produção de conhecimento e o trabalho, ou fazer uma pesquisa pra encontrar resposta de como tá vivendo aquilo, é muito definido pela agenda das oficinas e dos debates [...].

Nesse sentido a Linha da Vida integra os mais diversos meios de produção de conhecimento sobre as mulheres e/ou outros grupos que se disponha a este fim.

Percebemos que ao tentar categorizar o que seria a Linha da Vida, surgiram várias classificações: metodologia, recurso didático, instrumento, método, prática, ação formativa. Para Sílvia, por exemplo, a Linha da Vida é apresentada como um recurso didático que solicita uma facilitação capaz de possibilitar o processo auto-reflexivo das mulheres sobre si e sobre as outras, que possibilite a escrita e leitura de suas próprias vidas. É um recurso didático que possibilita a construção de um “livro coletivo” – como se apresenta na fala da educadora.

E, para Carmen, trata-se de uma metodologia: “Algumas pessoas chamam metodologia outras chamam técnica. Eu acho técnica um nome que diz pouco, sobre uma coisa tão grandiosa, sabia?”. Observamos que ao longo da entrevista a educadora se refere à

Linha da Vida como sendo “Metodologia de Trabalho Educativo Feminista”, que contribui para uma formação integral, que incorpora a corporeidade, os sentimentos, o pensar crítico, a análise da ação.

4.1.7 Linha da Vida enquanto autoformação

Em nossa compreensão a Linha da Vida, se apresenta como importante processo formativo autorreflexivo e de autoconhecimento das educadoras quando as coloca em contato com suas próprias ‘linhas de vida’. E, mais que isso, a Linha da Vida parece solicitar que a educadora/ facilitadora tenha uma visão ampla do ‘ser’ que favoreça as devidas conexões das histórias de vida comuns com as singularidades às quais as mesmas podem remeter. Ou seja, o sentido de questões de macro política, por exemplo, pode tocar de modo muito genuíno a história de vida de uma mulher, a depender de seu contexto de vida.

Para ilustrar esta nossa compreensão, o trecho da entrevista a seguir, apresenta a opinião de uma das educadoras ao perguntarmos se a ação formativa pesquisada solicita ou sugere alguma demanda específica das educadoras: “Sim! E eu acho que é aquela velha tensão entre a prática e a teoria. O que vem antes” (Silvia).

É importante reconhecer a importância de uma formação específica dessas educadoras para atuar na ação formativa em estudo. Referimo-nos a algum olhar, alguma vivência antes do trabalho com os grupos. Quanto a isso, é significativa a afirmação da educadora:

Não é só vivência não, é referencial[...] Referencial teórico. É aquela discussão entre prática e teoria - o que é que vem antes. Então eu acho que a linha da vida tem esse limite: muitas vezes ela é feita por companheiras que não tem uma bagagem teórico política de educação popular, que aí não aproveita o potencial do grupo e as informações para criar correlações, comparações de forma democrática participativa, mas ao mesmo tempo problematizadora. Então, você precisa criar questões geradoras a partir das histórias. Isso é o norte da educação popular. E tem de ser na hora. Então, se a companheira que está manejando não tem essa perspectiva, ela não cria questões geradoras e o grupo compartilha talvez espontaneamente, veja o que tem de comum e faça seus comentários, mas não dá um salto de qualidade na análise da experiência. Então eu acho que ela [...] Como todo recurso didático [...] não funciona por si. Um livro ou uma linha da vida ou um filme - qualquer recurso didático que você use para mediar a reflexão do grupo, ele não prescinde de uma educadora que possa ser estimulante, provocativa do grupo (Sílvia).

Considerando essa problemática, uma questão fundamental que se coloca é da necessidade de as educadoras realizarem a ‘sua própria linha da vida’ para poder desenvolver a vivência com outras mulheres. Contudo, essa não é propriamente uma exigência reconhecida por todas as educadoras, como podemos observar na afirmação seguinte: “Eu acho que não. Eu acho que precisa mesmo é entender de facilitação de grupo, como é que as pessoas pensam, como é que se organiza o pensamento coletivo [...] precisa de educação popular, de formação em educação popular” (Sílvia).

As declarações da educadora quanto ao que se solicita, se espera, sejam adequadas para alguém que assuma o papel de educadora frente a um grupo, se ratifica novamente no campo da educação popular. Mas outras educadoras trazem outras perspectivas e contrapontos apresentados em outras entrevistas. A exemplo, Dulcinéia que assinala a importância de viver previamente a experiência da Linha da Vida para quem pretenda utilizá-la com grupos, considerando, inclusive, as fortes emoções que a vivência pode promover e a multiplicidade de fenômenos que ocorrem quando da vivência, o que pode deixar a educadora ‘meio atrapalhada’: “Claro! Com certeza! Porque senão você não vai saber o que se passa com as pessoas. Com certeza, tem, sim!” (Dulcinéia).

Mas compreendemos que, independente do modo como hoje a perspectiva feminista seja acolhida, como influencia a ação política de grupos e pessoas de múltiplas correntes de pensamentos feministas (ou não), sem dúvida, seu fundamento se ancora na reflexão sobre experiências e histórias de vidas em suas dimensões singular e plural. De outro modo, é “um livro escrito coletivamente” que solicita interpretação depois de concluído – estando aí uma sinalização de outra exigência importante para quem assume o papel de educadora, como continua Sílvia:

[...] A segunda coisa muito importante que precisa, é a conclusão. Não se pode deixar um livro sem conclusão. E elas escrevem um livro no cartaz [...]! É um livro com a história de todo mundo, em cima da história a interpretação de porque que é assim porque não é, o que é que tem em comum e coisa e tal. [...]. Então realmente tem contexto no final sobre a situação daquelas mulheres.

Em nossa compreensão, esta interpretação não se pode efetivar de modo singular. De outro modo, o sentido ‘dialogístico’ do trabalho feminista, como aponta Collin (2013), é um dever, é um ‘risco’ como propõe a mesma autora, pois a referência é o resultado da reflexão sobre a experiência de vidas singulares que vão se conformando no ‘encontro’. De outro modo, no diálogo, que no sentido aqui compreendido é genuíno por ser humano e por isso,

sempre novo. Entendemos que por isso a necessidade de uma postura educativa presente, aberta e acolhedora - características que se nutrem em princípios dialógicos.

Ainda quanto à autoformação, compreendemos que os impactos da formação dependem de uma disposição pessoal para entrar em contato consigo mesma, com suas memórias, sua história. E, abrir-se para acolher e perceber a história das outras como conexão para um olhar mais amplo sobre o contexto no qual se encontram muitas pessoas. E que é a partir da descoberta de seus corpos que se descobrem enquanto sujeito e/ou atores/ atrizes.

Num olhar panorâmico das entrevistas observamos uma significativa capacidade das educadoras para a análise política, análise de conjuntura. Observamos que fazem conexões de sua trajetória com momentos histórico-políticos. A partir de seus contextos lançam um olhar sobre si e sobre os acontecimentos político-históricos e sociais e de como são impactados em nível local, regional, internacional. Isso demonstra a riqueza do processo autoformativo pelo qual passaram as educadoras entrevistadas e o quanto é forte o sentido militante político das mesmas.

4.1.8 Linha da Vida e seus desafios

Para além dos desafios que já citamos, para realização da Linha da Vida, que se refere ao processo formativo e autoformativo que toca, dentre outras habilidades, a de estar em sintonia com os princípios de educação Paulo Freire, a experiência da Linha da Vida conta com desafios, que se situam no “campo das emoções”, como afirma a Dulcinéia:

[...] porque eu acho que o maior desafio estava no campo da própria emoção. (...) eu penso que era um grande exercício de você ficar na sua, de você saber que está ali pra facilitar o outro e não pra você. Que eu acho que, talvez, é nesse sentido que a preocupação de quem trabalha com psicologia talvez fosse certa, porque se você enveredar por aí vai ficar duas pessoas se abraçando e não era o caso, está entendendo? (Dulcinéia).

Apesar de não ter o intuito de ser espaço de terapia de grupo - como de algum modo algumas educadoras destacaram em suas falas, as vivências da Linha da Vida contavam com grande mobilização de emoções das pessoas envolvidas. Daí a autocrítica da educadora ao relatar: “[...] A gente tava entrando numa área, que era essa área do psicológico, e que a gente não tinha capacitação pra isso, de ficar mexendo nas emoções das pessoas, porque como se chorava, né, muito...” (Dulcinéia).

Disso a importância de se avaliar a condição da pessoa que atua facilitando essas vivências. Compreendemos que o grande desafio reside no fato de que assim como nas experiências educativas quanto na terapêutica é preciso lidar com fenômenos que surgem no momento da vivência, solicitando uma desenvoltura e maturidade para atuar com a parcialidade inerente a essas práticas. Assim, para além da formação em psicologia, como sinaliza a educadora Dulcinéa, acreditamos fazer-se necessário uma postura lúcida que independe do campo formativo consiga “qualificar-se” para lidar com emoções e desenvolver atividades com grupos. Mais uma vez nos deparamos com a necessidade da experiência da Linha da Vida ser considerada também enquanto método terapêutico, uma vez que os fenômenos relatados extrapolam um mero acontecimento ‘informativo’, mas sim formativo, mais abrangente, do qual não se tem segurança do que pode surgir, uma vez que as memórias acessadas por vezes se encontram com acontecimentos de histórias de vida que mobiliza muitas emoções tanto das educandas quanto das educadoras.

4.2 Formando singularidades em comunidades plurais

Linha da Vida, desenvolvida no contexto dos grupos de autoconsciência trata-se de uma experiência que pelo potencial formativo, humanizador possui desdobramentos, sendo um deles o próprio fato de poder se converter em uma via para organização política das mulheres no sentido de dar visibilidade às multifacetadas desigualdades presentes nas relações sociais seja no espaço privado ou público, seja de ordem material e/ou simbólica.

De acordo com Lima (1988, pp. 46-49),

[...] Grupo de autoconsciência é um trabalho que se realiza a partir da experiência vital de cada mulher a busca de problemas que são comuns a todas, por um período determinado.

Desenvolvendo esta técnica as mulheres descobrem que uma infinidade de problemas que até o momento haviam acreditado ser individuais são na realidade coletivos [...].

A prática com grupos de autoconsciência, especificamente a *Linha da Vida* se assemelha ao método biográfico, que tem sido utilizado para estudo da subjetividade por distintas áreas como: educação, historiografia, antropologia, sociologia, dentre outras. De acordo com as análises de Bueno (2002, p.14), tendo como referência pensamento de Franco Ferrarotti: “[...] o método biográfico apresenta-se como uma opção e alternativa para fazer a mediação entre as ações e a estrutura, ou seja entre a história individual e a história social”. Seguindo ainda a mesma análise, o método se apresenta como uma via para estudo de tensões

e conflitos da vida cotidiana que não é possível analisar a partir de explicações macroestruturais.

No texto *Filosofia y biografia. O pensar/ contar según Hannah Arendt* de Collin (2006), constante da obra *Práxis de la diferencia. Liberación y libertad*, esta afirma a importância da narrativa de biografias, histórias de vidas para Arendt, ratificando com isso que a compreensão do mundo passa pela singularidade e não pela generalidade. A autora também destaca a relevância desse caminho, considerando a realidade das mulheres, assinalando que “[...] la comunicación entre mujeres también se nutre esencialmente de la confrontación de relatos de vida y no de choque de ideas” (COLLIN, 2006, p.203)²³.

Nessa perspectiva, é importante reconhecer a contribuição de Arendt, dada a importância que a mesma deu ao aspecto da singularidade humana, que se manifesta nas narrativas. Quanto a isso, destaca Collin (2006, p. 203): “Sin duda, ningún otro filósofo han demostrado como Hannah Arendt que la humanidad del hombre no pertenece a la generalidad – al género – sino a la singularidad”²⁴. Nessa perspectiva, urge reconhecer o sentido que a autora atribui à *singularidade*: “La singularidad no es individualidad: si el individuo puede entenderse como parte de un todo, homogéneo e intercambiable, lo propio de lo singular es que se trata de una unidad heterogénea, que no se relaciona con los demás en la *totalidad* sino en la *pluralidad*” (COLLIN, 2006, p. 203)²⁵.

Consoante o que afirma a autora, a singularidade se afirma na vida política – vida plural via um diálogo sempre aberto, o que não significa desaparecer no consenso. A vida política é uma via contrária ao totalitarismo que ameaça as sociedades modernas (COLLIN, 2006). Essa ameaça se constitui em meio a um contexto marcado por certo desinteresse das pessoas para vida política e a priorização pela vida privada, havendo um distanciamento da participação na vida pública.

A vida política – vivência da pluralidade solicita participação no espaço público, o que, segundo as análises de Arendt sobre a cidade grega, era negado às mulheres e escravos que deveriam estar sob privação de aparecer e ser alguém, por estarem restritos ao espaço privado. Entretanto, a autora considera que no mundo moderno o privado pode representar um certo modo de ser, de ser alguém, por escolha ou necessidade. (COLLIN, 2006).

²³ “[...] a comunicação entre mulheres também se nutre essencialmente da confrontação de relatos de vida e não de choques de ideias” (tradução nossa).

²⁴ “Sem dúvida, nenhum outro filósofo tem demonstrado como Hannah Arendt que a humanidade do homem não pertence a generalidade – ao gênero – mas sim a singularidade” (tradução nossa).

²⁵ “A singularidade não é individualidade: se o indivíduo pode entender-se como parte de um todo, homogêneo e intercambiável, o próprio do singular é que se trata de uma unidade heterogênea, que não se relaciona com os demais na totalidade mas na pluralidade” (tradução nossa).

Collin considera que quando Arendt reflete acerca da noção de ‘quem’, de ‘alguém’, tende a situar sua aparição na região do político. Neste sentido parece que todos os humanos não se convertem em um ‘quem’, em um ‘alguém’, já que alguns permanecem na região do privado. “É o nascimento, a emergência da bio na zoe, de la biografia na biologia” (COLLIN, p. 205), que caracteriza o nascimento da vida política.

Assumindo a perspectiva de Arendt, Collin afirma que temos dois nascimentos. Ou seja, a vida natural (zoe) que tem uma circularidade – a vida da espécie e, a bio, que representa o nascimento que ao nascer introduz um elemento inaugural, um começo – o que possibilita o nascimento de alguém. O que classifica como um segundo nascimento, a *natalidade*, que se confirma na vida plural, com o atuar – quando se confirma a condição de ator, atriz que tem a capacidade e possibilidade de introduzir novidades no mundo. Ainda nesse sentido a autora continua:

Um ser humano solo puede otorgarse esse segundo nacimiento, esa segunda aparición em la comunidade plural que constituye la vida política, si es fiel a sua condición, si permanece vinculado a su nacimiento. [...] En el pensamiento de Arendt, la Idea del inicio no se asimila a la de origen, y no remete a la idea del sujeto moderno, del cogito. Arendt lo puntualiza: el hombre no es *autor* de sua vida sino *actor*, no la constituye sino que actúa em ella (COLLIN, 2006, p. 206)²⁶.

Diante das considerações acima e das entrevistas realizadas, nas quais é citada a mudança, o deslocamento de perspectiva política de mulheres que participaram da *Linha da Vida*, compreendemos como possível natalidade a experiência relatada. Compreendemos que Linha da vida parece se assemelhar ao segundo nascimento para algumas participantes. De outro modo, é o encontrar-se com a pluralidade via encontro do particular com o geral.

Conforme Collin, Arendt afirma que o atuar não pode se separar do pensar e em sua concepção pensar é julgar. E este pensar é um exercício entre o particular e o geral.

Quanto a isso, ela assinala: “Cuando examina cómo se articula esta operación, Hannah Arendt se detiene em la idea kantiana de la “validez ejemplar”. Em lo particular reside uma revelación de la generalidad” (COLLIN, 2006, p.207)²⁷. De outro modo ela explica que a singularidade da vida de alguém é um testemunho eminentemente da

²⁶ “Um ser humano só pode conceder esse segundo nascimento, essa segunda aparição na comunidade plural que constitui a vida política, se é verdadeira a sua condição, se permanece vinculado à sua fonte. [...] No pensamento de Arendt, a ideia de início não é a mesma de origem, não colocando a idéia do sujeito moderno, o cogito. Arendt pontua: o homem não é o autor da sua vida mas um ator, não é, mas age nela” (tradução nossa).

²⁷ Quando examina como se articula esta operação, Hannah Arendt se detém a idéia kantiana de “vida exemplar”. No particular reside uma revelação da generalidade”. (tradução nossa)

humanidade. E complementa: “No hay um “género humano” hay uma vida, unas vidas, y cada una da testimonio totalmente de la humanidad”(COLLIN, 2006, p.207)²⁸. Disso a importância das biografias e dos relatos nos escritos de Arendt. Daí também se compreende a forte crítica de Arendt à História como totalidade, aos grandes relatos, às metanarrativas que atribui aos sujeitos a construção da história.

De acordo com Collin, “Actuar no es fabricar la historia, es desencadenar procesos [...]. Actuar é um riesgo. [...]A la concepción de la *fabricación* a la Historia, opone la de la *acción* política que requiere una decisión, um juicio sin garantías(COLLIN, 2006, p. 208).²⁹ Nessa linha, a autora destaca duas séries de reflexões das obras de Arendt que evidenciam a sua relação com a biografia, como relato de uma vida, que são:

[...]en primer lugar, las que atañen a la singularidad em su relación com la pluralidad y, em segundo lugar las que atañen a la natalidad como início, al contar. “Si la acción como comienzo, corresponde al hecho de nacer, se es la realización de la condición humana de la *natalidad*, entonces el discurso corresponde al hecho de la distinción y es a la realización de la condición humana de la *pluralidad*, es decir, vivir como ser distinto y único entre iguales(Arendt, 1989, p. 200) (COLLIN, 2006, p. 209)³⁰.

A autora enfatiza que estas questões são muito valiosas para o pensamento feminista, pois remetem a temas que lhe são próprios como: a crítica a História chamada dominante em proveito das histórias, a necessidade de manter o estreito vínculo entre teoria e prática, pensamento e ação, a irredutibilidade de uma vida tanto a Vida (natural) como a História (totalizante), as raízes do pensar no contar/ narrar e no contar-se, etc. (COLLIN, 2006).

Considerando tanto as informações obtidas na pesquisa de campo bem como leituras realizadas sobre o tema, observamos que a *Linha da Vida* tem grande incidência no processo auto formativo das educadoras e nas suas práticas formativas. Em Dominicé (apud ANTUNES, 2011, p.50) encontramos considerações que confirmam essas impressões: “[...] a formação de um adulto não pertence a ninguém senão a ele próprio” – este conteúdo integra pesquisa realizada sobre formação de educadores adultos com o uso de histórias de vida ou

²⁸ “Não há um “género humano” há uma vida, umas vidas, e cada um dá testemunho totalmente da humanidade”. (tradução nossa)

²⁹ “Actuar não é fabricar a história, é desencadear processos [...]. Atuar é um risco [...] A concepção de fabricação da História, opõe a ação política que requer uma decisão, um juízo de garantias”. (tradução nossa)

³⁰ [...] em primeiro lugar, a singularidade em sua relação com a pluralidade e, em segundo lugar as relativas à natalidade como início, para contar.”Se a ação como começo, corresponde ao fato de nascer, é a realização da condição humana de nascimento, então o discurso corresponde ao fato da distinção e a realização da condição humana da pluralidade, isto é, viver como sendo distinto e único entre iguais. (Arendt, 1989, p. 200)”. (tradução nossa)

método (auto) biográfico. Nessa linha, é significativa a afirmação de Camurça (2007): “Ali, as pesquisadoras-educandas se percebem mulher, e compreendem o ser mulher como uma experiência socialmente compartilhada e historicamente situada, ainda que seja uma experiência singular para cada uma”.

Como integrante da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras, Camurça (2007) reconhece o papel emancipador de ações formativas que focalizam histórias de vidas por questionar a naturalização de alguns papéis sociais que são atribuídos às mulheres.

A biografia tem sido fundamental para romper com o pensamento conservador sobre as mulheres, mesmo em sua versão essencialista–generosa, aquela que trata as mulheres como poço de virtudes humanitárias. Para Aspásia Camargo, as biografias e história de vida possibilitariam superar a dicotomia entre determinismo e livre arbítrio e, portanto, a meu entender, enfrentar a dicotomia clássica nas ciências sociais entre indivíduo e sociedade (CAMURÇA, 2007, 17).

A mesma autora também destaca a *Linha da Vida* como estratégia de formação política feminista, quando apresenta a prática como caminho de articulação de sujeitos de perspectivas diversas. Ou seja, tanto é possível a realização da Linha da Vida “entre pares” (como considera Carmen em sua entrevista), como entre pessoas de perspectivas distintas:

No feminismo, a biografia tem sido utilizada nos grupos de autoconsciência na forma de LINHA DA VIDA [...] sua análise, ainda por ser realizada, talvez nos dê pistas sobre a dinâmica de articulação entre subjetividade e historicidade nas práticas de formação, entre unidade e diversidade na formação feminista. [...] (CAMURÇA, 2007, 17).

Apesar de, em sua origem, por volta de 1960, nos Estados Unidos, sofrer influência de correntes de pensamentos diversos (educação popular freireana, esquerda multicultural, etc.), a prática pedagógica com mulheres no âmbito dos movimentos feministas, inspirada nos grupos de autoconsciência, foram adquirindo autonomia. Por volta de 1966, apresenta-se com formato e ação própria (SARDENBERG, 2004) tendo como propósito o fortalecimento do princípio feminista “o pessoal é político”, através do qual se buscava fazer a conexão entre as violações e dores vividas no âmbito privado das mulheres com a história de muitas outras. De outro modo, produzir reflexões que vinculassem as histórias pessoais com a história social das mulheres e, com isso, possibilitar questionamento quanto à naturalização das desigualdades sofridas pelas mulheres e vinculação das relações de poder que se estabelecem no âmbito público com o privado. O intuito era favorecer a compreensão da construção social da

desigualdade entre as pessoas e assim uma ação política organizada na perspectiva de conquista de direitos e políticas públicas específicas. Conforme Sardemberg (2004, p. 5),

por volta de 1966, portanto, esses grupos já haviam se tornado autônomos, reunindo mulheres para refletirem conjuntamente sobre o cotidiano do 'ser mulher'. Inspirando-se, para tanto, nas técnicas utilizadas por revolucionários chineses conhecidas pela expressão "Falar da Dor para Reviver a Dor" (e, assim, superá-la)(SARDENBERG, 2004, p. 5).

Os encontros entre as mulheres (6 a 10) aconteciam, por vezes, na casa de uma das participantes. Neles, trocavam vivências e experiências sobre temas como sexualidade, maternidade, trabalho, suas relações afetivas. A prática foi incorporada ao movimento internacional de mulheres, após ter sido difundida por todos os Estados Unidos. (SARDENBERG, 2004).

No Brasil, os Grupos de Autoconsciência tiveram maior expressão por volta de 1975, quando ocorre a proclamação do Ano Internacional da Mulher pela ONU. Atualmente, não só no Brasil, mas em toda América Latina há uma grande variedade de metodologias de trabalhos com mulheres inspirados nos Grupos de Autoconsciência(SARDENBERG, 2004).

A partir do trabalho de grupos de autoconsciência, vários outros se estruturaram para acolhimento de grupos específicos (urbanos, rurais...) e de diversos temas - como contraponto de feministas latino-americanas ao feminismo em seu formato inicial, denunciado como feminismo branco, hetero e de primeiro mundo. Dentre esses, surge a Linha da Vida. As variações nas técnicas e métodos se dão uma vez que as violências sofridas pelas mulheres divergem de acordo com categorias como raça/etnia, classe, sexo. Daí a complexidade de formas que a dominação assume em função dos tipos de relações sociais. As desigualdades estão associadas às relações econômicas, políticas e da cultura política de cada local onde as mulheres estejam situadas:

Dos grupos feministas de autoconsciência, a linha da vida transbordou para as práticas da educação popular feminista. Distintas organizações do movimento de mulheres fizeram muitas linhas da vida em seus processos de formação. Em pequenos grupos e oficinas, no campo e nas cidades. Em grandes grupos, nos encontros nacionais feministas. Muitas linhas da vida. Penso, entretanto, que esta reflexão deva estar orientada para a busca de compreender aquilo, que estando fora de nós e de nossa experiência, explica esta identidade e experiência(CAMURÇA, 2007, p.18).

Desse modo mulheres de continentes diversos foram pensando suas experiências e vivências e organizando-as para questionar o pensamento dual, a dicotomia entre o privado e

o público, o singular e o plural, convergindo para ação política de mulheres e para produção e difusão do conhecimento feminista, articulando a formação e constituição de sujeitos políticos com questões estruturais.

4.3 No enfrentamento das desigualdades

Há várias formas de organização política feminista como estratégia de repensar suas ações, considerando que “o processo de construção dos sujeitos políticos deve ser a reafirmação e, ao mesmo tempo, a desconstrução de identidades” (CURIEL, 2003), caso contrário corremos o risco de permanecer na sujeição” (CAMURÇA, 2007, p.14). Diante desse desafio de dialogar entre o particular e o coletivo, reconhecemos a Linha da Vida como uma prática de organizações de mulheres que se propõe a refletir, a partir de biografias, sobre questões atreladas a pluralidade de formas de vida no que se refere aos aspectos culturais, mas também estruturais – aspectos objetivos do cotidiano que incidem na segurança imprescindível à vida.

Enquanto educadora integrante de uma organização feminista que vivenciou e vivencia a Linha da Vida, Camurça considera:

Na minha experiência, organizar estes conteúdos na formação feminista tem permitido articular a reflexão sobre a experiência singular de cada mulher com a experiência historicizada das mulheres em conjunto e na diversidade. Permite concretizar reflexões sobre a forma como as desigualdades de classe e o racismo se articulam, através das relações de gênero, e como as desigualdades de gênero são construídas dentro e através da racialização da população e das diferenças de classe. (CAMURÇA, 2007, p. 21)

Nessa linha, a importância de as políticas de redistribuição de bens e serviços socialmente produzidos estarem conectadas aos debates sobre políticas de reconhecimento – apontadas por Bauman (2003), se apresenta na experiência formativa ao abordar, por exemplo, a divisão sexual do trabalho. Os movimentos e organizações políticas feministas consideram que

A naturalização desta divisão do trabalho, que é social, explica a ausência de políticas públicas de estímulo à inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, explica a desproteção social sobre o trabalho das mulheres, oferece as condições facilitadoras para a maior exploração da força de trabalho das mulheres, sendo funcional a esta exploração [...] No Brasil, 70% da população trabalhadora informal são mulheres. (CAMURÇA, 2007, pp. 20-21)

A Linha da Vida continua atual enquanto potente ação formativa feminista capaz de pensar desigualdades por nós mulheres vivenciadas nas mais diversas formas e contextos. Como resumiu Collin (apud PLATEAU, 2013, p. 91) “Su unidad em la pluralidade es dialogística”³¹. De outro modo, é a desigualdade o elo comum que confere firmeza necessária e resistência histórica às ações políticas de mulheres pulverizadas em diversas regiões do mundo. Desigualdades vivenciadas para além fronteiras comunitárias/identitárias.

Com a precarização das condições do trabalho via a terceirização de mão de obra e o crescimento da informalidade, mais uma demanda se apresenta para os movimentos sociais: construir novas formas que articulem discursos dos sujeitos políticos, apesar da difusão de princípios culturalistas que são reificados para fragmentar a ação política dos mesmos. Nessa perspectiva, em relação ao poder político das mulheres, apesar de conquistas observadas no curso da história da humanidade,

[...] temos o problema da não participação das mulheres nos espaços de poder. As interdições à participação política das mulheres e sua auto-organização não foram superadas no seu todo, como demonstram vários indicadores: a sub-representação das mulheres nos espaços de poder institucional e nas direções de movimentos sociais, a fragilidade das organizações e movimentos de mulheres e a baixa inserção das mulheres nos espaços políticos de decisão sobre a mídia comercial e alternativa, são alguns exemplos. (CAMURÇA, 2007, p. 21)

O não acesso às condições necessárias ao livre pensar é a negação da pluralidade enquanto condição humana, da aparição política. Representa a manutenção de estruturas de poder que impedem a cidadania, o acesso à pólis (ARENDT, 2015). Em sintonia, Camurça, ratifica que

negar às mulheres o direito à participação ou não enfrentar os bloqueios a esta participação, é manter um mecanismo de submissão das mulheres, pois constituir-se como sujeito político é condição necessária para a mudança na vida das mulheres e para a luta feminista das mulheres por transformação social (CAMURÇA, 2007, p. 21).

Bauman (2003), demarcando a importância da organização política traz uma referência importante ao diálogo entre movimentos sociais e outros sujeitos que integram as lutas políticas como via para enfrentamento à complexidade das desigualdades, ao citar Jeffrey

³¹ “Sua unidade na pluralidade é dialógica”. (tradução nossa)

Weeks (Apud BAUMAN, 2003, p. 126): “Não há agente social privilegiado para atingir os fins; somente a multiplicidade das lutas locais contra o peso da história e as várias formas de dominação e subordinação. A contingência e não o determinismo é que está subjacente ao nosso presente complexo”.

Testemunhamos neste momento, no Brasil, e em muitos outros países, atos políticos públicos unificados das mais variadas formas de organizações (articulações, redes, fóruns, movimentos sociais, coletivos, agrupamentos, etc.), num exercício de encontro plural entre diferentes pautas singulares, que se veem na urgente necessidade de pensar projetos políticos mais amplos, face a perda de referência quanto ao que possa servir como orientação para suas ações. A propósito, foi e ainda é movida por esse intuito que as mulheres se articulam via ação formativa na perspectiva aqui estudada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS - Diálogos para além-fronteiras das humanidades

*Tenho medo de gente e de solidão[...]
O medo é uma linha que separa o mundo [...]
O medo é uma casa aonde ninguém vai ...
Medo que dá medo do medo que dá[...]
(Lenine)*

Num tempo em que, por fatores diversos, muitas pessoas estão desencantadas com a política, parece oportuno puxar o fio da história da Linha da Vida para perceber que a política transcende as guerrilhas identitárias que guetificam as pessoas em ideologias fragmentárias. Tais ideologias podem restringir a perspectiva de mundo e reduzir a capacidade de interação entre diferentes grupos, por considerarem a diferença como um problema, ao invés de um valor a ser agregado nas relações inter e entre grupos.

Vimos que uma das questões apresentadas no capítulo primeiro, *Nas entrelinhas de comunidades e identidades: os impasses à participação política em grupos*, a partir das contribuições de Bauman, se refere ao que o autor chama de ‘comunidades cabides’, transitórias. Estas se caracterizam por promover a suspensão das preocupações cotidianas, das aflições e angústias duradouras e produzir a fragmentação da sociedade em guetos por trazer em si uma valorização de padrões culturais polarizados que incitam a intolerância, negam a pluralidade dialógica e fragilizam o tecido social e a democracia.

Ainda neste mesmo capítulo, a partir das contribuições de Hannah Arendt, compreendemos que a singularidade em relação com a pluralidade é uma via para fortalecimento político de grupos, sendo a diferença elemento agregador desde que considerado na perspectiva da práxis da diferença, do diálogo conflitual, como afirma Françoise Collin (2008). Se tomarmos como referência a multiplicidade de movimentos, articulações, redes, coletivos e outras organizações de mulheres que atuam pelo mundo a partir de diversas correntes feministas, concluímos que é o reconhecimento e o acolhimento da diferença, como um dado permanente e móvel, que favorecem a existência, a resistência e a convivência dos e nos grupos. Além de que o não reconhecimento da diferença impossibilita o reconhecimento da existência da desigualdade.

Também importa pontuar sobre a ‘universalidade da cidadania’, que Bauman (2003) aponta como sendo condição preliminar, para qualquer “política de reconhecimento” significativa, uma via para convivência com a diferença, que equivale ao pluralismo, em contraponto ao universalismo que despolitiza a ação dos grupos.

Seguindo as compreensões sobre diferença, após análise dos conteúdos das entrevistas realizadas para este estudo, observamos que, em contraponto às “comunidades cabides”, a Linha da Vida propõe olhar para as dores e aflições cotidianas em sua dimensão singular (diferença), mas também no que há de plural, como estratégia de articulação, de formação e fortalecimento político coletivo.

Aqui pontuamos alguns destaques da investigação realizada com as quatro educadoras (Carmen Silva, Dulcinéa Xavier, Gigi e Sílvia Camurça) tentando articular os conteúdos acessados via entrevistas com as nossas leituras sobre o todo deste trabalho. A propósito, compreendemos que a disponibilidade das educadoras para participar deste estudo revela um compromisso ético-político das mesmas em dar visibilidade às suas estratégias de fortalecimento de suas organizações políticas.

Em tempo, importa informar que este estudo não esgota a análise de todos os significados e sentidos apreendidos com as entrevistas, pela riqueza que as mesmas representam e também pelo volume de informações acessadas. Daí nos restringirmos aos conteúdos que tocam os objetivos anunciados na Introdução. Dentre os temas abordados nas entrevistas revisitamos aqui alguns deles, e, os aspectos que se sobressaíram tanto em função do olhar da pesquisadora quanto da dimensão ocupada na investigação como um todo.

Assim, no que se refere à formação política das educadoras entrevistadas, todas apresentaram uma importante postura analítica em termos político e de conjuntura e todas elas afirmaram que a Linha da Vida é muito potente e teve grande incidência em seus processos autoformativos. Isso permite concluir que a metodologia pode ser uma via interessante para formação de educadoras e educadores, apesar dos desafios apontados no item 3.1.8 – onde são destacados os desafios no campo das emoções que a vivência da metodologia proporciona ao mobilizar memórias e conteúdos de histórias de vidas.

Apesar dos desafios anunciados nas entrevistas, considere-se que a metodologia permite a adoção de variações na sua aplicação de modo a se adequar a cada grupo, a cada situação, ou seja, a Linha da Vida não se trata de uma metodologia de procedimentos fechados, de um roteiro pré-fixado, mas ao contrário, os encaminhamentos em cada vivência dependem do que surge em cada grupo. Sobre isso uma das educadoras comentou:

[...] pintava de tudo, tudo aparecia ali... e você não sabe o que vai surgir. O que eu acho mais incrível é que depois eu fui ver que na psicologia, essa psicologia de Moreno, que também é assim, né, você não tem a menor idéia do que vai surgir. Não tem. E aí é você aprender a trabalhar com o material que está lá, aqui e agora, sabe como é? (...) é aprendizagem ao vivo e a cores

[risos], (...) E eu achei que isso era uma coisa impressionante em termos de democracia, tá entendendo, de... criatividade. (Dulcinéa)

O espaço de fala e escuta, de expressão e narrativas das mais diversas formas que é disponibilizado nas vivências ocupa uma dimensão tão importante para algumas das participantes que acaba por se constituir num espaço de sentido criativo e democrático, onde algumas mulheres inauguram sua fala pública sobre suas histórias de vida e percebem as conexões com a história de outras mulheres.

Como vimos, a formação política via Linha da Vida traz em si um caráter de integralidade, quando também em seu processo aborda questões de autoconhecimento e autorreflexão, possibilitando uma experiência de formação integral que envolve conteúdos e atividades que possibilitam o conhecimento de seus corpos, de autocuidado (autoexame ginecológico, por exemplo) e terapêuticas através de narrativas das mulheres.

Além disso, utiliza dinâmicas com materiais e atividades expressivas como teatro e modelagem, de modo a favorecer a comunicação, a saída do silêncio opressor e possibilitar que as mulheres possam se expressar para além da fala, do discurso, da escrita. Isso indica para uma compreensão do ser que transcende suas habilidades cognitivas. Quanto a isso, vale aqui lembrar das considerações de uma das educadoras, Gigi: “[...] a história da linha da vida era pra tocar as emoções, era fazer também aquela ligação do intelecto com o coração[...]”. E em outro momento da entrevista a mesma educadora, se referindo ao significado do autoexame ginecológico, expressou: “[...]eu descobri que havia um pano em nome de silêncio sobre o meu corpo, meu, mas do resto da sociedade também” (Gigi).

É diante de falas como esta última que acreditamos que a Linha da Vida pode representar para algumas das mulheres que vivenciaram ou venham a vivenciar a metodologia estudada um “segundo nascimento”, a natalidade, o sair do silêncio, do isolamento no espaço privado. De acordo com o dizer de Collin, inspirada em Arendt, o segundo nascimento se dá diante da aparição no espaço público, na vida política, quando se confirma como um ser plural e se afirma a possibilidade e capacidade de atuar, de ser ator/atriz das pessoas no mundo, pela possibilidade de fazer o novo, introduzir novidades no mundo, ser inaugural.

A formação política via Linha da Vida opera de modo genuíno, articulando o pensar, o agir e o sentir ao mobilizar memórias e histórias de vidas e, sutilmente, proporciona a formação de grupos identitários com uma forma diferente de fazer política, forma que começa para algumas no reconhecimento de seus corpos (autoexame), na micropolítica. No dizer de

uma das educadoras: “Então a Linha da Vida me ajudou a articular formação... à capacidade de pensar, com a formação ligada a capacidade de sentir” (Carmen).

Apesar desta metodologia ainda ser pouco utilizada hoje em dia, sua importância e potência são reconhecidas pelas educadoras, que mesmo tendo sido “abandonada na década de 90”, como comentou Carmen, isto não afeta a sua relevância. A metodologia continua atual, podendo ser utilizada por grupos diversos desde que não se encerre nas histórias de vida individuais, sem fazer as conexões devidas com o contexto de cada grupo e problematizando a história pessoal com a história social em cada contexto.

Acreditamos que o abandono ao qual a educadora se refere se deu num período quando as prioridades de muitas organizações passaram a ser a luta pela afirmação de direitos e, por conseguinte, por políticas públicas e execução de projetos no campo da assistência, por exemplo. Tendo a ação política coletiva ficado num segundo plano, sendo exercida por apenas algumas organizações, enquanto a maioria das organizações estavam voltadas para a execução de seus projetos individuais, de modo pontual. Destaque-se que este foi um período (anos de 1990) no qual não só organizações de mulheres, mas diversas outras centraram suas ações para execução de projetos institucionais.

Com a Linha da Vida, há uma preocupação em “politizar” as discussões através tanto de conteúdos feministas quanto da educação popular, daí a crítica aos grupos que fazem uso da metodologia sem ter como referência alguns princípios freireanos, como a dialogicidade. As histórias de vida são contextualizadas no sentido de perceber que elas não se encerram em si, mas têm relação com um âmbito maior onde se conecta com outras histórias. Com isso se revela que, neste caso, a Linha da Vida toma como propósito a organização coletiva das mulheres.

Por mais que as vivências tenham um caráter também terapêutico e/ou de autoconhecimento e autorreflexivo, seu propósito não se esgota aí. Trata-se de uma formação política que atua de modo muito singular, articulando o pensar, o agir e o sentir. É um caminho de fortalecimento político dos grupos, uma vez que conecta pessoas com objetivos comuns sem aprisioná-las a uma identidade ideológica. Ao contrário, permite que as mulheres se descubram em suas identidades, como no relato de Sílvia: “[...]Eu descobri que eu era mulher nesse negócio...num sabia que era mulher [...]”. Chamou-nos atenção a surpresa no dizer dessa educadora, o que sugere que a metodologia dispõe de uma forma sutil de revelar seus conteúdos e de provocar reflexões.

O caráter biográfico da metodologia confere à mesma uma estratégia para conhecimento da realidade articulando as compreensões em nível local e global,

possibilitando uma conexão importante entre singularidade e pluralidade e, daí, uma forma genuína de compreensão e participação na política. A vivência é desenvolvida de modo a problematizar dicotomias, servindo como reflexão e problematização da lógica binária.

Ainda sobre o caráter biográfico da Linha da Vida, das narrativas que possibilitam o encontro entre as mulheres no que lhes é singular (diferente) e o que lhes aproxima, tem um intuito de organização política coletiva, não se fixando nas narrativas individuais. Daí a importância de educadoras que façam as devidas conexões das narrativas com o contexto sócio-político na qual as mulheres estão inseridas, como se fez sobressair em mais de uma entrevista.

Acreditamos que a metodologia induz ao sentimento de pertença e daí um nível de comprometimento político que mobiliza as mulheres de modo diferenciado para uma participação ativa nos grupos. Um fazer política não meramente panfletário. Importa relembrar este sentido político da Linha da Vida na fala de uma das educadoras: “[...] o que também eu fiquei muito, assim, encantada, era que tinha também o tempo político. Como que o tempo político influenciava os nossos processos. [...] tinha toda a questão da participação política e das estratégias políticas”(Gigi).

Sobre o ‘tempo político’ referido nesta última fala, a educadora comenta sobre o fato de que, por vezes, a metodologia era vivenciada junto com a “Linha do Tempo”, o que favorecia as reflexões sobre contexto histórico e político dos grupos e como as mulheres se reconheciam em experiências comuns em cada época. Sobre isso outra educadora comentou:

[...]porque essa Linha da Vida também era cruzada com a Linha do Tempo. Então agente discutia quais os elementos comuns vividos nos anos 80, nos anos 90. E assim íamos. Então foi essa experiência que me fez perceber a importância, na prática, de partir da experiência, refletir sobre a experiência e encontrar nas experiências dos outros e nas experiências comuns os elementos comuns da opressão das mulheres. Então achei muito poderosa e a partir daí comecei a usar como recurso didático de reflexão em muitos cursos e oficinas. (Sílvia)

Retomando o tema da formação das educadoras, compreendemos que é um processo que se dá nos dois sentidos da relação educadora-educanda onde – estando em qualquer dos papéis – a educadora precisa ‘abrir suas fronteiras’ ao processo formativo e autoformativo, se pretender uma atuação de compromisso ético-político tanto no plano singular quanto coletivo. Isso nos remete a um dos princípios de Paulo Freire: “Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar

e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996, p.25). Com isso se compreende também a parcialidade que por vezes ocorre com a educadora diante de narrativas das educandas.

A Linha da Vida tem um potencial formativo humanizador que promove solidariedade e sororidade entre as mulheres e, por vezes, também traz desdobramentos como a organização política das mulheres em forma de fóruns, articulações, coletivos, redes, organizações não governamentais, etc. Daí muitos grupos foram influenciados e/ou nasceram em vivências da Linha da Vida, como o SOS Corpo. No dizer de uma das entrevistadas: “Quinze dias depois de eu chegar aqui, tava lá encontrando as mulheres no Centro Luiz Freire, que voltavam do exílio, [...] deu início a um outro grupo de autoexame coletivo, que depois foi o SOS Corpo”(Gigi).

A propósito, as organizações políticas surgidas a partir de experiências como a Linha da Vida tiveram grande importância nos anos 1980, período da redemocratização do Brasil, assim como hoje, imaginamos, que teria diante do cenário político que estamos vivenciando após o processo de impeachment (2016) de uma presidenta da República (Dilma Rousseff) e a rejeição ao presidente atual (Michel Temer), como tem se apresentado recorrentemente nas mais diversas pesquisas de opinião pública – as referências político-partidárias estão sob questionamentos pela maior parte da população.

Embora a metodologia estudada faça parte de práticas que pareçam se encerrar numa dimensão da micropolítica, na realidade oferece elementos que possibilitam leituras de contexto e de análise de conjuntura a partir de histórias de vidas. E é justamente nisso que está sua riqueza, ao afirmar a importância da singularidade que se confirma na vida plural, na política. Como afirma Collin (2006), a partir das contribuições de Arendt, a singularidade da vida de alguém é um testemunho eminentemente da Humanidade. E, como já mencionamos, disso a importância das biografias e dos relatos nos escritos de Arendt. Daí se compreende não somente sua forte crítica, mas também de grupos feministas, à História como totalidade, aos grandes relatos, às metanarrativas que atribui aos sujeitos a construção da história.

É nessa compreensão que também se dão os des(encontros) entre alguns coletivos e grupos de mulheres feministas e os direitos humanos, onde há resistências a serem compreendidas como sujeito de direitos humanos, por remeter à ideia de sujeito universal que restringiria a luta por reconhecimento das singularidades, das diferenças que conformam a pluralidade dos coletivos, grupos, articulações, agrupamentos e tantas outras formas de organização política das mulheres. A luta por direitos das mulheres ocorre como consequência de um conjunto de lutas plurais e não por determinações constantes de instrumentos formais jurídicos que são representados através de acordos e/ou convenções, que nem sempre foram/

são discutidos apropriadamente com as mulheres e, por isso, quase sempre não representam seus interesses.

Enfim, as lutas e discussões em torno das questões dos direitos das mulheres têm uma dinâmica e um alcance que difere dos rituais e de alguns dos instrumentos e mecanismos formais de direitos humanos – a exemplo, o Pacto de São José da Costa Rica³², que é um impasse nas discussões sobre aborto, por ser acordo internacional que tem como norma a garantia do direito à vida desde a sua concepção. Disso, a discussão sobre aborto tem sido fixada no campo criminal e religioso quando o tema envolve grave situação no campo da saúde pública, pelo elevado número de mulheres pobres que morrem pela falta de atendimento adequado nos casos de abortamento nos serviços de saúde³³.

As informações sobre a realidade que envolve as mulheres por vezes não estão disponíveis nos órgãos oficiais, daí as mulheres produzirem conhecimento sobre si mesmas, a exemplo do que se vê nos dados produzidos por organizações como o SOS Corpo, pela Universidade Livre Feminista e outras. Como ilustração de grupos de mulheres “invisíveis”, por não aparecerem nos dados oficiais, muito embora haja dados produzidos pelo SOS Corpo, podemos citar: mulheres catadoras de materiais recicláveis (catadoras de lixo) e empregadas domésticas. Sobre estas últimas, a exemplo de publicação temos: *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres* (2014), organizado por Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira³⁴. São conhecimentos produzidos através de vivências como a Linha da Vida, na lógica da práxis, do entrelaçamento da teoria com a prática e com a experiência, que alimentam a produção de informações, conteúdos, saberes sobre as mulheres nas organizações feministas. Essas produções são uma via de denúncia da desigualdade, assim como a Linha da Vida que permite evidenciar as diferenças entre as mulheres, mas também a desigualdade ao articular as experiências, as narrativas singulares de cada mulher com a experiência historicizada delas em conjunto, como assinalou Camurça (2007, p. 21):

Na minha experiência, organizar estes conteúdos na formação feminista [...]permite concretizar reflexões sobre a forma como as desigualdades de classe e o racismo se articulam, através das relações de gênero, e como as desigualdades de gênero são construídas dentro e através da racialização da população e das diferenças de classe.

³² Mais informações sobre o pacto podem ser conferidas em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm.

³³ Mais informações sobre o tema pode ser acessado através do site da Universidade Livre Feminista: <http://feminismo.org.br/fundamentalistas-e-raivozas/>.

³⁴ Esta publicação pode ser acessada no link: http://soscorpo.org/wp-content/uploads/livro_trabalho_versaoonline-1.pdf.

Além de denúncias de desigualdades estruturais, metodologias como esta, permitem a visibilização das desigualdades simbólicas que se manifestam através de violências às quais as mulheres são submetidas, seja no campo da vida privada ou pública. Permite compreender como a desigualdade se estrutura socialmente para além das fronteiras comunitárias e identitárias. Assim, compreendemos que a desigualdade é o elo comum que articula diversos grupos entre si. Um exemplo dessa articulação pode ser o da AMB- Articulação de Mulheres Brasileiras, que coloca em relação diversos coletivos de mulheres de vários estados brasileiros e de diversas perspectivas feministas³⁵.

Apesar disso, é baixa a participação política das mulheres nos espaços de poder, espaços decisórios, como anunciado no capítulo 3, no qual uma das entrevistadas aponta:

As interdições à participação política das mulheres e sua auto-organização não foram superadas no seu todo, como demonstram vários indicadores: a sub-representação das mulheres nos espaços de poder institucional e nas direções de movimentos sociais, a fragilidade das organizações e movimentos de mulheres e a baixa inserção das mulheres nos espaços políticos de decisão sobre a mídia comercial e alternativa, são alguns exemplos. (CAMURÇA, 2007, p. 21)

Desse modo, as atividades formativas com mulheres são fundantes para produção de conhecimento sobre suas realidades, e também para sua organização política, daí também a importância da Linha da Vida para estruturação de grupos, apesar de termos ciência das dificuldades para ações coletivas que permeiam os grupos na contemporaneidade.

Como destaca Bauman, não teremos mais contato com as comunidades oferecendo aquelas sensações de refúgio, pertencimento e proteção que as pré-industriais ofereciam. Mas, a busca por um mundo menos inseguro continuará nos movendo – principalmente a todas e todos que resistem em acreditar na liberdade e na justiça social. Por isso, acreditamos no papel imprescindível dos movimentos sociais e suas organizações políticas, para fazer frente às reais fontes de desigualdades. Eles são referências importantes para o processo de formação de sujeitos políticos, já que a incidência do capital de mercado também atinge os sistemas educacionais, direcionando os currículos principalmente para ensino padronizado de habilidades técnicas para o mercado de trabalho, ao invés de favorecer a formação de seres humanos reflexivos.

³⁵ Mais informações sobre a AMB podem ser conferidos em: <https://www.facebook.com/search/top/?q=art%C3%A7%C3%A3o%20de%20mulheres%20brasileiras>

Questionar a forma de compreensão linear da vida, das relações – construída para atender necessidades excessivamente produzidas pela própria Humanidade, solicita deslocamentos de zona de conforto que conduz ao contato com dores humanas que rejeitamos, pois assim fomos acostumadas e educadas na cultura ocidental moderna. Dentre os desconfortos, se nos apresenta o medo de lidar com a diferença, tendo ciência da presença dela mesma em nós – afinal isso é diálogo plural. E isso solicita um olhar para nossas “linhas de vidas” percebendo o quão diverso e ao mesmo tempo singular (diferente) é nosso próprio percurso.

Entretanto, admitir que integramos uma rede (humana) e fazer contato com as fragilidades, também humanas, que demandam proteção, cuidado, segurança exige reflexão individual e coletiva. Percorrer histórias de experiências de vidas solicita partilha em diálogo de reconhecimento. Dessa forma, encontros formativos, como Linha de Vida, comprometidos com princípios dialógicos possibilitam a expressão de singularidades – que se compõem da pluralidade, que revelam a necessidade de direitos e deveres humanos em diversos âmbitos (sociais, políticos, econômicos, culturais, ambientais) em diversos contextos. São exemplos de ações formativas que abrem espaço para reflexões sobre cidadania e ação política coletiva, num período de descrédito e desqualificação da política (o que também favorece a concentração de poder “extraterritorial”).

Experiências dessa natureza pretendem fazer contraponto às linhas que estabelecem fronteiras – a exemplo, a construção de muros para controlar a entrada de refugiados que fogem de conflitos étnicos, ou para conter a entrada de imigrantes em busca de postos de trabalho disponibilizados pelas “comunidades de extraterritoriais”, onde lhes seja mais conveniente para assegurar “suas diferenças”.

Compreendemos que além de contribuir para uma visão do ser em sua complexidade, a experiência estudada possibilita o debate coletivo sobre a importância das políticas de reconhecimento enquanto problematiza, também, a ausência de políticas de redistribuição, ao colocar em pauta análises de cunho político e econômico, trazendo maior lucidez para discutir o tema cidadania – para além das fronteiras. Ou seja, a discussão dos direitos humanos além da perspectiva culturalista radical, questionando as desigualdades socialmente construídas, mas também denunciando o universalismo imperialista.

Que as linhas de medo que aumentam nossa insegurança, e nos separam do diferente e apontam para o que não queremos ver – mas que está em nossa “humanidade comum” (fragilidades humanas em forma de fome, discriminações, violências, preconceitos etc.), possam ser substituídas por linhas que tecem o diálogo entre experiências distintas. E que

estas se somem para enfrentamento das raízes do que na realidade provoca o que deveria nos assustar e causar insegurança: cultura do excesso e indiferença para com fome, racismo, homofobia, dentre outras misérias humanas que privam a maioria de nós da tentativa de viver nossas experiências de segurança e/ou liberdade (seja comunitária ou não).

Que ao invés de “linha do medo que separa o mundo”, como traz a canção de Lenine, possamos refletir sobre linhas de vida que permitam a compreensão do sentido coletivo das dores, que têm sido vividas de modo solitário pelas pessoas, como considera Bauman, e assim possamos exercitar princípios dialógicos que favoreçam encontros plurais que possibilitem o revisitar de valores comunitários, capazes de suscitar solidariedade humana para com as nossas misérias, nossas humanidades.

Que metodologias de trabalho – com grupos que vislumbrem a participação política reflexiva – possam ser difundidas e vividas não só por mulheres, mas que alcancem outros grupos identitários no sentido de problematizar suas ações no mundo, de modo a promover a ampliação de debates que questionem não só seus processos internos de fortalecimento institucional, mas que promovam a abertura ao diálogo com outros coletivos, a exemplo das articulações e redes e/ou outros tipos de organizações políticas. Que possibilitem encontros de bandeiras, a exemplo do que ocorre com alguns coletivos de mulheres que conseguem realizar atos unificados em torno de problemáticas comuns. Atos unificados que possam representar todo o processo de lutas cotidianas e não mera reunião de pessoas em eventos pontuais, mas que seja a culminância de diálogos conflituais (Collin, 2008), que desencadeiem processos políticos propositivos e que cuidem também da política no plano da micropolítica – que alimenta o cotidiano da participação política no âmbito singular e plural. De outro modo, que a pluralidade das lutas políticas dos movimentos sociais reconheça-se em suas singularidades e dialoguem a partir de suas diferenças.

Pelo que vimos, tanto nas entrevistas quanto nas fontes bibliográficas, a metodologia estudada assim como os grupos de autoconsciência tiveram uma participação muito importante na história recente do feminismo. Importância que se faz perceber teoricamente, quando serviu de fundamento para estudos acadêmicos e produção de conhecimentos sobre as mulheres; politicamente, quando contribuiu para estruturar diversos grupos feministas e não feministas, possibilitando a visibilidade de muitas mulheres que viviam na invisibilidade; denúncias, quando trouxe à tona desigualdades e violências materiais e simbólicas vividas pelas mulheres em âmbitos público e privado.

Por fim, conforme a fala de uma das educadoras, podemos compreender a importância da Linha da Vida para o feminismo: “É, eu acho que, de fato, na síntese, é que o

feminismo tem... a primeira prática dele é a autorreflexão. É se constituir a partir da nossa história. Então, a Linha da Vida é um dos instrumentos para fazer isso, que é muito legal” (Gigi).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Celena C.; HOLANDA, Adriano F. Apontamentos sobre pesquisa qualitativa e pesquisa empírico-fenomenológica. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 27, n. 2, 2010, pp. 259-268. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2010000200013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12.jul.2017.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. 12ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- _____. **Origens do Totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ANTUNES, Maria P. Histórias de vida ou método (auto)biográfico: uma experiência na formação de educadores adultos. **Roteiro**. Joaçaba, v. 36, n. 1, 2011, pp. 22-54. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/787>. Acesso em: 12.jul.2017.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade, a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BUBER, Martin. **¿Que es el Hombre?** Tradución de Eugenio Ímaz. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- _____. **Eu e Tu**. Tradução Newton Aquiles Von Zuben. 8ª ed. São Paulo: Centauro, 2012.
- BUENO, Belmira O. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 28, n. 1, 2002, pp. 11-30. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022002000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12.jul.2017.
- CAMURÇA, Silvia. ‘Nós Mulheres’ e nossa experiência comum. **Cadernos de Crítica Feminista** (SOS CORPO). Recife, ano I, n. 0, 2007. Disponível em: <http://articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Texto-base-2-N%C3%B3s-Mulheres-e-nossa-experi%C3%Aancia-comum.pdf>. Acesso em: 12.jul.2017.
- COLLIN, Françoise. Práxis da Diferença: notas sobre o trágico do Sujeito. **Cadernos de Crítica Feminista** (SOS CORPO). Recife, ano II, n. 1, 2008, pp. 4-28.
- _____. **Praxis de la diferencia: liberación y libertad**. Barcelona: Icaria Editorial, 2006.
- _____. Textualidade da liberação: Liberdade do texto. **Cadernos de Crítica Feminista** (SOS CORPO). Recife, ano IV, n. 3, 2010, pp. 68-79.
- _____. **A Mesma e as Diferenças**. Tradução Christine Rufino Dabat. 4ª ed. Recife: SOS Corpo. 1996.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª ed. Porto Alegre: Artemed, 2010.

_____. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa:** escolhendo entre cinco abordagens. 3ª ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DERRIDA, Jacques. **Margens da Filosofia.** Tradução de Joaquim Torres Costa e Antônio M. Magalhães. Campinas, SP: Papirus, 1991.

FERREIRA, Verônica; et al. (orgs.) **O Patriarcado Desvendado:** Teorias de três Feministas Materialistas – ColetteGuillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação como Prática da Liberdade.** 19ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Ação Cultural para a Liberdade.** 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GIORGI, Amedeo. Sobre o método fenomenológico utilizado como modo de pesquisa qualitativa nas ciências humanas: teoria, prática e avaliação. In: POUPART, Jean; et al. **A Pesquisa Qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/uf.php?coduf=26&search=pernambuco>. Acesso em: 18.set.2013.

LINDGREN, J. A. A. **Os Direitos Humanos na Pós Modernidade.** São Paulo: Perspectiva, 2005.

LIMA, Maria J. de. Linha da vida ou grupo de autoconsciência: uma reflexão sobre a ótica feminista. In: RÉGIA, M.; et al. (orgs.) **Como trabalhar com mulheres.** Coleção Fazer. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1988.

MINAYO, Maria C. S. **O desafio do conhecimento:** Pesquisa Qualitativa em Saúde. 5ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

MIRANDA, Anadir R. Mary Wollstonecraft e a reflexão sobre os limites do pensamento iluminista a respeito dos direitos das mulheres. **Revista Vernáculo**, n. 26, 2010, pp. 109-164. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/viewFile/20742/20618>. Acesso em: 12.07.2017.

PLATEAU, N. Sobre la creación literária e filosófica y feminista: Uma entrevista com Françoise Collin. **Lectora**, n. 19, 2013, pp. 83-91. Disponível em: <http://revistes.ub.edu/index.php/lectora/article/view/8154>. Acesso em: 13.jul.2017.

OLIVEIRA, E. M. O Feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 16, n. 1, 2008, pp. 229-245. Disponível em:

https://www.jstor.org/stable/24327725?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 12.jul.2017.

ROHDEN, Luiz. **Hermenêutica filosófica**: Entre a linguagem da experiência e a experiência da linguagem. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2005.

SARDENBERG, Cecília M. B. Considerações introdutórias às pedagogias feministas. In: COSTA, Ana A. C.; et al. (orgs) **Ensino e Gênero**: Perspectivas Transversais. 2ª ed. Salvador: UFBA/NEIM, 2011, p. 19-38.

Disponível em: http://s3-eu-west-1.amazonaws.com/pathwaysofempowerment-org-staging/downloads/consideracoes_introdutorias_originalf9d6475f0950cf0bfe39b58c169a59b9.pdf. Acesso em: 12.jul.2017.

SCOTT, Joan W. Experiências. In: SILVA, A. L.; et al. (orgs.) **Falas de gênero**. Teorias. Análises. Leituras. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999.

_____. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: **SOS Corpo – Gênero e Cidadania**. Recife, 1996.

SILVA, C. S. Os sentidos da ação educativa no feminismo. In _____ (org.) **Experiências em Pedagogia Feminista**. Recife: SOS CORPO, 2010, pp. 09-27.

SZYMANSKI, Heloísa (org.). ALMEIDA, Laurinda Ramalho. PRANDINI, Regina Célia A. R. **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. Brasília: Liber Livro Editora, 2004, 4ª Ed. (2011).

ANEXO ÚNICO



Como Trabalhar com Mulheres

Mara Régia
Maria José de Lima
Isis Baião
Dulcinéa Xavier
Sílvia Camurça
Eleonora M. de Oliveira



Um livro que fala das experiências de trabalho com mulheres, escrito por participantes do movimento feminista. De Brasília, Mara Régia apresenta o histórico e a proposta do programa de rádio "Viva Maria". Do Rio, Zezé, usando a técnica da linha da vida, mostra o processo de conscientização feminina; e Isis Baião, através da dinâmica do teatro, a luta pela libertação. Do Recife, o grupo SOS Corpo, pela técnica da modelagem, trabalha a identidade através do corpo e de suas representações no barro. De São Paulo, Eleonora de Oliveira, através de grupos, busca construir a cidadania e recusar ser o objeto do poder patriarcal.

É a fala da mulher comprometida, trabalhando pela valorização e libertação de companheiras mulheres.



ATENDEMOS PELO REEMBOLSO POSTAL

00016-2

© 1988, Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689 Petrópolis, RJ
Brasil

Este trabalho foi organizado pelo
Coletivo FEMPRESS-Brasil

Diagramação
Valderes Barboza

**EXEMPLO DE ROTEIRO PARA O GRUPO DE AUTOCONSCIÊNCIA ELABORAR
A "LINHA DE VIDA SOBRE IDENTIDADE FEMININA" 7**

Definição: Grupo de autoconsciência é um trabalho que se realiza a partir da experiência vital de cada mulher na busca de problemas que são comuns a todas, por um período determinado.

Desenvolvendo essa técnica as mulheres descobrem que uma infinidade de problemas que até o momento haviam acreditado ser individuais são, na realidade problemas coletivos. Na base de todos eles existe um componente comum: o poder que os homens têm em suas relações com as mulheres e que se expressa de diversas maneiras, tanto na vida cotidiana quanto nas organizações e instituições sociais.

Percebe-se que apesar de não existir um corpo teórico de idéias para explicar essa realidade, também não é necessário partir do zero. A busca se realiza por um caminho pessoal e intelectual traçado de uma só vez, mesmo sabendo que esse esforço é longo e penoso.

FASES	CONTEÚDO	TÉCNICA/ROTEIRO
Início de integração. Apresentação.	Nome, idade, profissão (solteira, casada, tem filhos).	Cada uma escreva os dados que achar importantes sobre sua identidade. A coordenação puxa a rodada (5 minutos).
Montagem da <i>Linha da vida</i> pela técnica da autoconsciência individual.	Lembranças, imagens, fatos, experiências vividas ou compartilhadas relativas à educação, vivência de: • crescimento e sensações; • fantasias; • sexo consigo mesmo (masturbação); • aspectos físicos da nossa sexualidade (higiene corporal), orgasmo, papel do clitoris, da vagina, útero, virgindade, visão moderna do celibato, bissexualidade;	a) Papel grande com desenho de linha, pilot de cor. b) Coordenadora: animação com perguntas, incentivo à fala; c) pede ajuda de alguém para anotar no papel o que vai sendo relatado.
Levantamento das vivências de cada pessoa relativas a identidade como pessoa em cada fase da vida: infância, adolescência, maturidade, menopausa, velhice.		

7. BALLORAIN, Rolande, op. cit., p. 34-35.

Definição: Grupo de autoconsciência é um trabalho que se realiza a partir da experiência vital de cada mulher na busca de problemas que são comuns a todas, por um período determinado. Desenvolvendo essa técnica as mulheres descobrem que uma infinidade de problemas que até o momento haviam acreditado ser individuais são, na realidade problemas coletivos. Na base de todos eles existe um componente comum: o *poder* que os homens detêm em suas relações com as mulheres e que se expressa de diversas maneiras, tanto na vida cotidiana quanto nas organizações e instituições sociais. Percebe-se que apesar de não existir um corpo teórico de idéias para explicar essa realidade, também não é necessário partir do zero. A busca se realiza por um caminho pessoal e intelectual traçado de uma só vez, mesmo sabendo que esse esforço é longo e penoso.

FASES	CONTEÚDO	TÉCNICA/ROTEIRO
Início de integração. Apresentação.	Nome, idade, profissão (solteira, casada, tem filhos).	Cada uma escreva os dados que achar importantes sobre sua identidade. A coordenação puxa a rodada (5 minutos).
Montagem da <i>Linha da vida</i> pela técnica da autoconsciência individual.	Lembranças, imagens, fatos, experiências vividas ou compartilhadas relativas à educação, vivência de: ● crescimento e sensações; ● fantasias; ● sexo consigo mesmo (masturbação); ● aspectos físicos da nossa sexualidade (higiene corporal), orgasmo, papel do clitóris, da vagina, útero, virgindade, visão moderna do celibato, bissexualidade;	a) Papel grande com desenho de linha, pilot de cor. b) Coordenadora: animação com perguntas, incentivo à fala; c) pede ajuda de alguém para anotar no papel o que vai sendo relatado.
Levantamento das vivências de cada pessoa relativas a identidade como pessoa em cada fase da vida: infância, adolescência, maturidade, menopausa, velhice.		

7. BALLORAIN, Rolande, op. cit., p. 34-35.

(Coleta de material — base para definição de interesses do grupo sobre a questão).

- sexo nas relações recíprocas (homem x mulher) (mulher x mulher);
- linguagem sexual (sedução, uso dos 5 sentidos);
- como dizer "eu realmente quero" na transa amorosa;
- fazer amor pleno;
- sensualidade e estimulação (massagens);
- sexo oral;
- estimulação anal;
- o momento pós-relação sexual;
- sexo na velhice;
- sexo com pessoas com limitações físicas.

Perguntas-chaves e indicativas:

INFÂNCIA:

- Como foi sua primeira noção de que era diferente de um menino?
- Com que idade?

ADOLESCÊNCIA:

- Como cada uma viveu a menstruação?
- Você sabia que a menstruação estava ligada a sua identidade de mulher?
- E o namoro? Como foi/é vivido?

JUVENTUDE/MATURIDADE:

- Como viveu ou tem expectativa de viver a primeira relação sexual?
- Como vivencia a vida em comum c/ homem?
- Quem tem filhos: Como viveu a gestação e o parto?
- Quem não tem: Quais as expectativas de viver a maternidade?
- Você sente algum limite de idade para a maternidade?

MENOPAUSA:

- Como viveu ou que expectativa tem da menopausa?

VELHICE:

- Como viver sua sexualidade na velhice?

MORTE:

- Que concepção tem da morte?

Passar da fase de depoimentos para apropriação/avaliação do material produzido. Projeção de cada uma ao grupo. Início da passagem da reflexão individual para a grupal-social.	Análise, interpretação do que pode ser comum com conteúdo das vivências e do que é diferenciado, significando sinais de mudança. Explicitar o que a sociedade ofereceu para acontecerem aquelas vivências (ajudas, quem apoiou, onde aconteceram, porque aconteceram, atendimentos).	a) Observação da linha produzida. b) Fala de cada uma, inclusive da coordenação, sobre o que vê naquela linha como comum ou em transformação, fazendo interpretação e assinalando o "onde e por que das vivências". Assinalar que há um forte obstáculo cultural que inibe a confiança e a franqueza das mulheres na hora de compartilhar seus problemas.
Reflexão crítica/política sobre a vivência social da mulher. A questão da marginalização. A opressão e injustiças a que estamos submetidas em nossa cultura e organização social.	Análise, denúncias, fatos, condições sociais da família, instituições, escolas, atendimentos etc.	• Fazer a passagem: Como estão sendo vivenciadas hoje nas instituições e nas experiências alternativas a questão da identidade feminina? • Fala de cada uma. • Anotação pela coordenadora/relatora.
Levantamento do material que o grupo quer assinalar como representativo. Escolha de uma ou mais questões para serem levadas ao plenário como interesses do grupo para debate.	a) material do grupo para a composição final; b) questões do grupo para debate.	— Fazer a passagem para o conjunto das linhas: • O que nosso grupo vai assinalar na composição final, como representativo de nossa vivência em comum e em transformação; • O que nosso grupo vai sugerir como tema ou questão de interesse para debate. Coordenadora: anotar e ler para o grupo. RELATORA: Assinalar para o grupo que a busca da liberdade depende de termos a certeza de que podemos vencer a opressão da mesma maneira que para chegar à luz temos que sair da escuridão.

os para apropriação/avaliação do material produzido. Projeção de cada uma ao grupo. Início da passagem da reflexão individual para a grupal-social.

comum com conteúdo das vivências e do que é diferenciado, significando sinais de mudança. Explicitar o que a sociedade ofereceu para acontecerem aquelas vivências (ajudas, quem apoiou, onde aconteceu, porque aconteceu, atendimentos).

d) raia de cada uma, inclusive da coordenação, sobre o que vê naquela linha como comum ou em transformação, fazendo interpretação e assinalando o "onde e por que das vivências". Assinalar que há um forte obstáculo cultural que inibe a confiança e a franqueza das mulheres na hora de compartilhar seus problemas.

Reflexão crítica/política sobre a vivência social da mulher. A questão da marginalização. A opressão e injustiças a que estamos submetidas em nossa cultura e organização social.

Análise, denúncias, fatos, condições sociais da família, instituições, escolas, atendimentos etc.

- Fazer a passagem: Como estão sendo vivenciadas hoje nas instituições e nas experiências alternativas a questão da identidade feminina?
- Fala de cada uma.
- Anotação pela coordenadora/relatora.

Levantamento do material que o grupo quer assinalar como representativo. Escolha de uma ou mais questões para serem levadas ao plenário como interesses do grupo para debate.

a) material do grupo para a composição final;

b) questões do grupo para debate.

— Fazer a passagem para o conjunto das linhas:

- O que nosso grupo vai assinalar na composição final, como representativo de nossa vivência em comum e em transformação;
- O que nosso grupo vai sugerir como tema ou questão de interesse para debate.

Coordenadora: anotar e ler para o grupo.

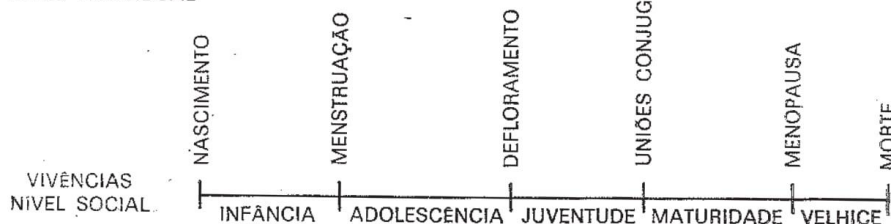
RELATORA:

Assinalar para o grupo que a busca da liberdade depende de termos a certeza de que podemos vencer a opressão da mesma maneira que para chegar à luz temos que sair da escuridão.

DESENHO DA "LINHA DA VIDA"

INTERPRETAÇÃO
DAS VIVÊNCIAS.

NÍVEL INDIVIDUAL



ONDE, POR QUE
E O QUE FAZER
DAS VIVÊNCIAS

NÍVEL POLÍTICO